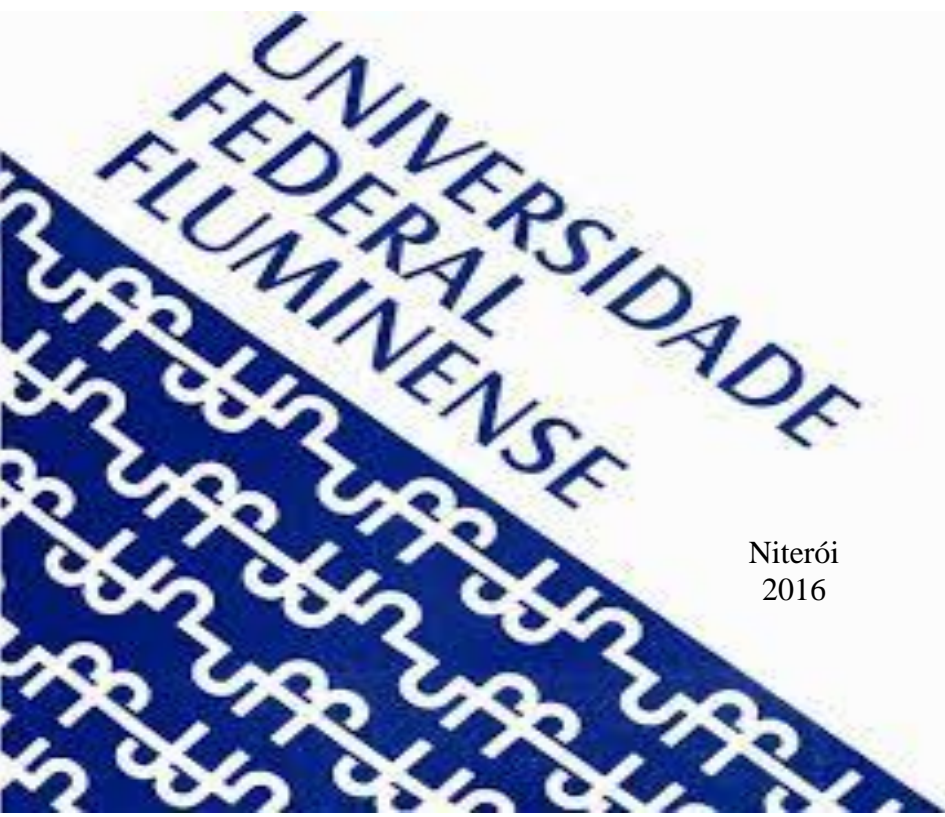




**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL**

**ESTUDO SOBRE OS AMEAÇADOS DE MORTE NOS
CONFLITOS PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ A
PARTIR DE LIDERANÇAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS.**

CRISTIANE DA SILVA LIMA



Niterói
2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL**

**ESTUDO SOBRE OS AMEAÇADOS DE MORTE NOS
CONFLITOS PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ A
PARTIR DE LIDERANÇAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS.**

CRISTIANE DA SILVA LIMA

Niterói
2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL**

**ESTUDO SOBRE OS AMEAÇADOS DE MORTE NOS CONFLITOS
PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ A PARTIR DE
LIDERANÇAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

CRISTIANE DA SILVA LIMA

Dissertação apresentada a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de estudos pós-graduados em Política Social.

Linha de pesquisa: Sujeitos sociais e proteção social.

Orientador: Profa. Dra. Luci Faria Pinheiro

Niterói
2016

L732 Lima, Cristiane da Silva.

Estudo sobre os ameaçados de morte nos conflitos pela terra no sudeste do Pará a partir de lideranças de movimentos sociais / Cristiane da Silva Lima. – 2016.

111 f.

Orientadora: Luci Faria Pinheiro.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016.

Bibliografia: f. 107-111.

1. Posse da terra. 2. Movimento social. 3. Conflito. 4. Morte. I. Pinheiro, Luci Faria. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). LUCI FARIA PINHEIRO – Orientador

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof. Dr. JOÃO MARCUS FIGUEREDO ASSIS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Prof(a). Dr(a). MARCELA SOARES SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof. Dr. LUIZ MARCOS DE JORGE LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Niterói
2016

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que participaram da construção dessa dissertação. Uma nota de agradecimento deixa pouco espaço, dentro de um trabalho formal, para eu dizer o quão profundamente elas afetaram minha vida. Esse trabalho é resultado, sobretudo, de aproximações e laços que construí. Mais do que meu conhecimento sobre certo assunto, ela acabou engrandecendo aquele que já era um vasto mundo. Por isso, às famílias de posseiros, que com tanta gentileza me acolheram em suas casas, dirijo todo meu respeito e meus maiores agradecimentos. E como a elas, também deixo meu sincero agradecimento ao grande apoio de todos os membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que possibilitaram minha pesquisa, e que em vários momentos ajudaram-me com o transporte e acesso aos arquivos pelos municípios pesquisados.

Ademais, agradeço meu amigo Hilário Lopes Costa que pacientemente me recebeu, e se importou em compartilhar com essa estranha nova conhecida as respostas às perguntas que ela tanto lhes fez. A hospitalidade e a generosidade de todos eles, assim como as suas histórias de vida e de luta, são coisas de que jamais me esquecerei.

A minha amiga Vera Bustamante. Sua dedicação ao que faz é admirável e seu esforço em me ajudar foi bastante inspirador.

A todos os professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, que tanto contribuíram com a minha formação. Em especial aos professores João Marcos, Marcela Soares que participaram de minha banca de qualificação, e assim, discutiram meu trabalho. Suas palavras foram fundamentais na elaboração dessa dissertação.

À CAPES, cujo apoio financeiro me permitiu passar esses dois últimos anos concentrada exclusivamente em meus estudos.

A minha orientadora Luci Faria Pinheiro, por todo apoio, amizade e paciência na construção desta dissertação.

À minha amiga Juliana Guanais, parceira de correrias e tombos e taças e a Gil Félix Almeida, meu amigão, que me acompanham desde minha primeira tentativa de entrar no mestrado. Sãos e salvos aqui chegamos e, assim espero, continuaremos!

E, de modo particular, aos meus grandes amigos Maria Inês Couto, de Oliveira, Celso Bredariol e família, por toda sua dedicação e esforço em me ajudar, principalmente nas aulas de Inglês.

A incrível gentileza da Maria Inês, por toda força e todos os auxílios, dos cotidianamente improvisados aos mais pontuais. Minha amiga e companheira generosa. Pelo apego ao presente, a paciência nas horas tensas, as longas conversas, os passeios pelo mundo, as tantas alegrias, e o afago de compartilhar a vida, desafiadora como ela é.

Ao meu querido pai que sempre me apoiou em tudo.

À minha família. Que as distâncias são nada perto do amor que nos une.

RESUMO

Busca-se compreender o significado social, político e subjetivo dos direitos no acesso à terra e à proteção, analisando os direitos sociais dos trabalhadores camponeses, sobretudo lideranças de movimentos sociais ameaçadas de morte por pistoleiros e fazendeiro na região sudeste do Pará. O objeto do estudo relaciona os direitos à terra como meio de trabalho, a violência e a impunidade como meios frear os avanços das lutas democráticas e instituir o medo como mecanismo de conquista do poder econômico e político dos grandes latifundiários, no contexto particular do capitalismo, que na região usa violência no campo como forma de reprodução. Realizou-se uma pesquisa empírica utilizando como instrumento entrevistas, observação participante e pesquisa documental na CPT de Marabá. Destacam-se entre os resultados obtidos a constatação de uma quantidade superior ao esperado de ameaças identificadas em situações de agressão ou tentativa de homicídio, o que demonstra o agravamento da situação de risco dos trabalhadores que lutam pela terra, o crescimento da impunidade e do papel questionável do Estado na garantia dos direitos humanos na região. Tratam-se de ameaças que se cumprem de maneira violenta, com tentativas de homicídio no momento ou logo após o anunciado. O sistema de proteção oficial é a última alternativa recorrida pelas vítimas, o que revela a importância do trabalho da CPT na resistência dos movimentos sociais, no apoio técnico e na proteção comunitária como alternativa democrática e de subsistência dos trabalhadores. A proteção policial realizada de forma individual isola os trabalhadores sob proteção, mas aumenta os riscos às próprias famílias, que passam com frequência a também serem perseguidas como forma de pressão aos ameaçados.

Palavras-chave: Ameaçados de morte, pistolagem, conflitos e luta pela terra.

ABSTRACT

The research aims to analyze the situations of death threats that leaders of social movements start from conflicts over land ownership, often being victims of gunmen. We seek to understand the social, political and subjective rights of access to land and protection of workers involved in land disputes, analyzing the social rights of threatened peasant workers to death by gunmen and ranchers in the region, seeking to question the constitution of rights social workers in rural land conflicts, as well as the social legitimacy of the practices of violence in this region. How is living under constant threat when it claims rights to the land? With the guarantee of impunity, the implementation of exclusionary policies that concentrate land, capital, and the State's failure in the face of violence, especially when it comes to rural workers and the slowness of justice to resolve cases of conflicts in the field, are facts enough to have an arena disputes between peasants and large landowners. There was the intention to understand the daily lives and livelihoods of workers threatened. Therefore, it sought to analyze, from their own experiences, lived dramas, through interviews with workers and leaders of social movements. It analyzed because the leaders are threatened with death, how they feel, because they engage in conflict because they do not give up when they receive a threat if they know the worker protection programs, which family members involved, if someone close has been killed.

Keywords: Threatened with death, banditry, conflict and struggle for land.

LISTA DE SIGLAS

ABNT –	Associação Brasileira de Norma Técnica
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CEBs -	Comunidades Eclesiais de Base
CVRD –	Companhia Vale do Rio Doce
CSN –	Conselho de Segurança Nacional
DECA –	Delegacia de Conflitos Agrários
FETAGRI -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
GETAT –	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
ICMS –	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDESP -	Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
INCRA –	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA -	Instituto de Terras do Pará
MAB -	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA –	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD –	Ministério da Reforma Agrária
MPA –	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF –	Ministério Público Federal
MST –	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
ONU –	Organização das Nações Unidas
PA –	Projeto de Assentamento
PDA –	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNRA -	Plano Nacional de Reforma Agrária
PGC –	Programa Grande Carajás
PROCERA –	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
RADAM –	Projeto Radar da Amazônia
RBs -	Relação de Beneficiários
STR –	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UHT –	Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Sumário

INTRODUÇÃO	10
METODOLOGIA: APROXIMAÇÃO EMPÍRICA DO OBJETO DE PESQUISA	13
CAPITULO I.....	18
RAIZES DA VIOLÊNCIA.....	18
1.0.BASES HISTÓRICAS DE SURGIMENTO DOS CONFLITOS DE TERRA NA REGIÃO SUDESTE DO PARÁ.....	19
1.1. CAPITALISMO, QUESTÃO AGRÁRIA E VIOLÊNCIA NO CAMPO	22
1.2. VIOLÊNCIA, IDENTIDADE E DISPUTAS DE PODER.....	35
CAPITULO II.....	51
AS LIDERANÇAS AMEAÇADAS.....	51
2.0 ENTREVISTANDO OS AMEAÇADOS DE MORTE: UMA PESQUISA “PERIGOSA”	52
2.1. ÁREA DE ESTUDO E ÁREA DE CONFLITOS NO SUDESTE DO PARÁ.....	55
2.2. CRIMES POR ENCOMENDAS E AMEAÇAS.	63
2.3. A EXPERIÊNCIA DE VIVER AMEAÇADO DO SEU JOSIMAR (53 ANOS).	65
2.4. A EXPERIÊNCIA DE VIVER AMEAÇADO DO SEU ANTÔNIO (58 ANOS):	67
2.5. A EXPERIÊNCIA DE VIVER AMEAÇADO DO SEU FRANCISCO (62 ANOS):	70
2.6. A EXPERIÊNCIA DE VIVER AMEAÇADO DO SR. RAIMUNDO:	72
2.7. REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS AMEAÇADOS:.....	73
2.8. QUEM SÃO OS AMEAÇADOS DE MORTE?	76
CAPITULO III	79
A MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS E AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO	79
3.0 AS LISTAS DAS AMEAÇAS E DOS AMEAÇADOS.	79
3.1. A IMPORTÂNCIA DOS MEDIADORES DOS CONFLITOS E NA DEFESA DOS AMEAÇADOS.	86
3.2. A MEDIAÇÃO DA CPT NOS CONFLITOS PELA TERRA	94
CONCLUSÃO.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

Introdução

Essa dissertação tem como objetivo analisar as práticas de ameaças de morte a trabalhadores rurais, lideranças de movimentos sociais, vítimas da pistolagem, no sudeste do Pará, buscando compreender o significado social e político dos direitos na luta pela posse da terra no contexto particular do desenvolvimento capitalista na região, caracterizado pela violência no campo como forma de reprodução. Este é entendido como uma condensação de processos sociais feitos de mudanças e permanências. A interpretação visa perceber, nos dados obtidos por meio de pesquisa empírica as lógicas que organizam os sentidos da violência na expulsão dos trabalhadores do campo. A violação dos direitos humanos é uma regra total de negação do estado de direito e os interesses antagônicos são base de manutenção das disputas pela terra, na visão de seus protagonistas e na ritualização das ameaças de morte contra os trabalhadores. Adotou-se como referência a perspectiva da acumulação primitiva presente no O Capital, de Marx.

Designamos como sudeste do Pará os municípios de Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Parauapebas, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia e Marabá.

As experiências dos participantes da pesquisa reconstróem os relatos em foco por meio de elaborações discursivas que operam a constituição de temporalidades vinculadas a processos sociais diversos, como: formas de organização, informações sobre os conflitos, a situação das ameaças, a participação em programas de proteção e participação política dos envolvidos nos movimentos sociais. Nesse sentido, os relatos dos sujeitos pesquisados apontam três condições que envolvem as disputas pela terra, são elas: a raiz da violência na questão agrária, os atores ameaçados, como resultado da falta de uma reforma agrária efetiva e a participação dos movimentos sociais na defesa das lideranças ameaçadas.

A raiz da violência circunscreve as relações sociais que levam à ocupação e relaciona-se ao sistema de dominação política tradicional, às formas de sujeição do trabalho nas grandes propriedades de terra, à concentração fundiária, à fragilidade dos sindicatos, e às condições da pequena produção agrícola em minifúndios próprios ao mundo rural do sudeste do Pará. O Sr. Francisco, uma liderança do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais, que luta contra o desmatamento no município onde mora e participa do programa de proteção dos ameaçados, descreve o problema social:

A responsabilidade dos conflitos e das ameaças é do Estado, é do INCRA que não resolve o problema dos conflitos pela terra. As ameaças são culpas do INCRA, um órgão do governo federal, pois são muito lentos. A morosidade é grande demais. O INCRA sabe dos problemas com o tráfico de madeiras e não faz nada. Se o INCRA resolvesse o problema agrário, as ameaças seriam resolvidas. A gente denuncia, prova e nada acontece contra o desmatamento. A solução para o problema da ameaça não existe enquanto não regularizar a terra. Eu sou ameaçado, mas não posso deixar minha roça, minhas criações. Não tem jeito de ficar longe da minha terra (depoimento de uma liderança ameaçada).

Os trabalhadores ameaçados, por falta de uma reforma agrária efetiva condensam os processos relativos à ocupação de terra e aos desdobramentos posteriores a ela: a constituição dos movimentos sociais como resposta da ação coletiva, que envolve o trabalho das lideranças locais do sudeste do Pará; a escolha da terra a ser ocupada; a estratégia de deslocamento das famílias; a chegada dos ocupantes; a fixação inicial na fazenda; o acampamento; as negociações com os órgãos estatais; a ocupação de prédios públicos para obter a desapropriação; os trâmites jurídicos; a ação da rede de entidades de apoio às lideranças (Igreja, sindicatos, institutos de assessoria e partidos políticos); a desapropriação; o trabalho coletivo e o engajamento político numa forma organizada de reivindicação das condições iniciais para viver na terra. Essa elaboração vincula-se ao processo de disputas pela terra e às transformações locais e nacionais ocorridas no contexto da redemocratização no Brasil pós 1986 e o começo do registro das ameaças de morte.

As temporalidades construídas nas percepções das lideranças assentadas ou sem-terrademonstram como se dá o processo social de constituição de uma coletividade. Nesse processo, a vida do patrão é atravessada pela vida dos ameaçados, vivido como expectativa na ação pastoral do “cristianismo de libertação” (LÖWY apud PINHEIRO, 2010), nos conflitos sociais existentes entre patrões e trabalhadores internos às propriedades rurais, na ação sindical e na mobilização social para a realização da ocupação com vistas ao estabelecimento da vida comunitária que se deu quando surgiu o movimento de sem-terra na região. Esses tempos estão incorporados na memória, história e experiências de constituição dos movimentos sociais.

As políticas sociais de resolução dessas formas de ameaças são vistas nas entrevistas realizadas como práticas ritualizadas de apropriação dos discursos e mostram-se fundamentais na compreensão das formas como o Estado e as organizações da sociedade civil defendem os trabalhadores. A interpretação desse processo considera que as “ciências sociais devem levar em conta a eficiência dos ritos simbólicos de instituição; eles estão a dizer a quem pertence o poder para agir sobre a realidade, agindo sobre a representação como investimento no real” (BOURDIEU, 1982, p. 59). De fato, a ritualização da memória sobre o que fazer para resolver os conflitos pela terra, institui idas e vindas das lideranças dos movimentos sociais como forma legítima de enunciação do vivido. Nesse sentido, o discurso de recordação encarna um papel justificador das ações de contestação no presente em referência a um passado de muitas mortes e desafios nas disputas pela terra.

Este trabalho dá ênfase aos registros que mostram os conflitos fundiários como ameaçadores da vida de trabalhadores rurais e adota como referência a memória de militantes que lutam pela terra e sua experiência social atribuindo sentido às suas vidas, alimentando a história das lutas sociais. A dissertação apresenta discursos sobre a história vivida em temporalidades nas quais se inscrevem relações sociais, articulando ameaças e formas de sobrevivência dos trabalhadores apesar e a despeito delas. Portanto, esta dissertação assume uma vinculação à produção sociológica cujo olhar sobre os movimentos sociais busca interpretar sua experiência particular e o sentido que os sujeitos coletivos conferem às suas práticas de mudança social, por meio da contestação coletiva nas articulações entre trabalho, cultura e política. Quais os arranjos de relações de poder (e ou por que estão em jogo) nessa região?

O método utilizado na pesquisa de campo foi o estudo de vários casos para selecionar ao final na exposição do trabalho quatro deles, segundo o critério de diferenciação e complementaridade, dadas nas possibilidades da observação sociológica e das entrevistas em um universo de trabalhadores, lideranças de movimentos sociais ameaçados de morte em conflitos pela terra. Como referência empírica de investigação, foram escolhidos os municípios de Marabá, Nova Ipixuna, Abel Figueiredo, Goianésia do Pará, Breu Branco, Canaã dos Carajás e Rondon do Pará.

Os entrevistados receberam na exposição pseudônimos, como se recomenda no trabalho científico, mas que no presente objeto de pesquisa justifica-se ainda mais e isto ficará claro ao leitor. A exposição dos resultados de pesquisa explora as potencialidades de diferentes leituras nas suas possibilidades de ampliação da compreensão do objeto de

estudo. A dissertação está disposta em três capítulos. O primeiro discute o contexto da questão agrária e da violência no campo, analisando a concentração fundiária no sudeste do Pará e a naturalização dos tipos de violência comumente associadas aos trabalhadores que se organizam em movimentos sociais, nas disputas pela terra. A revisão crítica da produção sobre essas ações coletivas problematizam como a sociologia dialogou com variados referenciais analíticos e constituiu momentos de maior e menor visibilidade da prática política de contestação popular.

O segundo capítulo é centrado na memória dos trabalhadores rurais que vivem ameaçados de morte no sudeste do Pará e que participam dos programas de proteção do governo federal. A partir da experiência social das lideranças ameaçadas, analisa-se a concentração fundiária, a vigência dos conflitos sociais em torno da terra, bem como, a dimensão socioeconômica e política atual. Aqui foram analisadas as percepções dos entrevistados ameaçados nas suas ambiguidades e na centralidade das relações de conflitos que compõem a temporalidade como o tempo do capitalismo.

O terceiro capítulo interpreta os processos de proteção elaborados através da mediação da CPT na resolução das ameaças, considerando a participação dos movimentos sociais e dos demais atores envolvidos no processo para o entendimento da experiência social que é enfrentar o avanço do capitalismo e as velhas formas de intimidação e dominação de quem é mais pobre na região.

Metodologia: aproximação empírica do Objeto de Pesquisa

Para alcançar os objetivos pretendidos, foi utilizada a metodologia qualitativa (DENZI; LINCOLN, 2011; FLICK, 2013) para o levantamento e análise de informações oriundas de fontes primárias e secundárias diversas objetivando reconstruir, com a maior fidelidade possível, os contextos políticos, históricos, sociais e ambiental que configuram o fenômeno social em análise. As informações levantadas foram tratadas através da utilização de fontes de caráter oficial, jornais e entrevistas.

O primeiro conjunto de fontes é de caráter oficial consistindo em relatórios apresentados por comissões científicas sobre os conflitos pelos recursos naturais no sudeste do Pará, registros de ocorrência nas delegacias, assim como os relatórios, pareceres emitidos pelo poder judiciário (representados aqui principalmente pelas delegacias regionais e de conflitos socioambientais). Foram analisados, principalmente, os relatórios expedidos pelo governo Federal e do estado na criação e efetivação dos

Programas de preservação do meio ambiente e os relatórios realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os arquivos que relatam os casos de violência no campo, são organizados pela CPT em forma de caderno de conflitos, desde 1970, onde são registrados dados estatísticos dos casos de ameaças de morte, desmatamentos, assassinatos e outras formas de violência. De uma maneira geral, estas fontes nos fornecem dados preciosos sobre a produção e a economia local, além de servir como material empírico para uma discussão teórica, oferecendo assim um panorama, acerca da estrutura de poder e do campesinato local, que favorecem a prática da pistolagem na região. Além disso, os relatórios oficiais da CPT forneceram informações fundamentais sobre as relações de poder e as intervenções realizadas pelo Estado em relação ao problema da violência no campo das ameaças de mortes a trabalhadores rurais.

Antes de iniciar a pesquisa empírica, foi realizada em fevereiro de 2016 uma pesquisa exploratória no sudeste do estado do Pará, passando por vários municípios onde há uma atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na catalogação do número de ameaçados e assassinatos cometidos pela pistolagem. O objetivo deste estudo preliminar foi realizar um levantamento de informações sobre a violência que se abate na região como um todo, daí a necessidade de conhecer a formação histórica e as características socioeconômicas atuais. Na mesma oportunidade foram realizadas entrevistas informais com agentes da CPT que acompanham os casos de ameaças de morte. Além disso, consultei algumas fontes primárias e fiz levantamento bibliográfico sobre a região e a violência por crimes de encomendas que resultam nas ameaças e assassinatos de trabalhadores.

É importante salientar que foram escolhidos apenas os casos de trabalhadores que são lideranças de movimentos sociais e formam grupos de acampados ou assentados vítimas das ameaças de morte por fazendeiros, pistoleiros e a empresa Vale, em conflitos pela terra. São trabalhadores que já participam do programa de proteção da secretaria de Direitos Humanos do governo federal e são acompanhadas pela mediação da CPT nos conflitos e em defesa dos mesmos. O núcleo escolhido para a pesquisa que sucedeu foi o município de Marabá, onde funciona o escritório da CPT. A escolha desse núcleo, após um bom período de reflexão sobre a realidade a pesquisar, se deu por considerá-lo o mais adequado e onde as condições eram mais favoráveis, no sentido de contatos mantidos anteriormente a essa experiência, portanto, facilitados naquela regional da CPT. Os contatos diretos com as pessoas ameaçadas, nos possibilitou a

realização das entrevistas com aqueles que fazem ou que já fizeram parte do Programa de Proteção aos Direitos Humanos do governo federal.

Os agentes da CPT têm importante papel de anotar as histórias de conflitos pela terra e a luta contra as práticas de pistolagem na região. Tive acesso a esse material e assim, consegui encontrar as lideranças ameaçadas para ouvir e gravar os depoimentos das vítimas. Entrevistei oito pessoas sobre os quais foi realizado um trabalho de interpretação. Algumas falas não foram gravadas porque as informações eram apenas pontuais e rápidas ou porque o trabalhador ameaçado aparentava estar intimidado e muito desconfiado com a minha presença e arguições. Após explicar como se deu meu acesso aos nomes destes trabalhadores, os próprios entravam em contato com a CPT para certificar as informações e os reais interesses da pesquisa, instituição proponente, etc., como forma de prevenção a ataques de pistoleiros. Todos os informantes eram pessoas ameaçadas e por consequência apresentavam características de estresse emocional.

Ao empreender esta etapa da pesquisa, através das entrevistas nos municípios citados, não havia segurança da suficiência do número delimitado para as entrevistas, assim como, a respeito de como aproveitar todas as informações encontradas. Dada a surpresa de constatar os aspectos jurídicos, socioeconômicos e psicossociais encontrados, foi possível analisar as principais áreas de conflitos, os tipos de conflitos, as condições de vida das lideranças ameaçadas e os impactos da violência sobre a situação emocional das mesmas. Dessa forma, utilizei basicamente as entrevistas como técnica de pesquisa, fazendo uma observação assistemática das pessoas entrevistadas e seus modos de vida, além de um levantamento de informações complementares no escritório da CPT. Isso foi realizado durante trinta dias de trabalho em campo.

As entrevistas com trabalhadores ameaçados sempre procuraram incorporar ao depoimento informações sobre os familiares mortos ou que sofreram algum tipo de violência por causa da atuação das lideranças. No início de cada entrevista, construía-se, através de uma ficha, o perfil de cada um dos entrevistados, considerando a situação econômica da família, a atuação das lideranças nos movimentos sociais, como ocorriam as ameaças até chegarem à participação ao programa de proteção. Ao fazer as entrevistas, observava-se um duplo procedimento: por um lado, as respostas seguiam o roteiro das perguntas, compreendendo a problemática da pesquisa; por outro, elas manifestavam o cuidado em não oferecer informações que comprometessem os próprios entrevistados.

Em ambos os momentos, a intenção foi de que a entrevista possibilitasse o relato das situações de ameaças vividas pelas lideranças, coletando histórias de vida e refletindo sobre as práticas do capital na expropriação dos trabalhadores do acesso à terra, como o problema de base. O comportamento dos entrevistados sempre foi de cordialidade e receptividade. Para facilitar a acolhida, somente comecei as entrevistas depois de conversar informalmente com as vítimas e informar os objetivos e as questões a serem feitas.

Cumprir fazer outra observação quanto às entrevistas. Os contatos preliminares com os entrevistados se davam sempre por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde todos participam de uma forma ou de outra, como lideranças dos movimentos. É mister mencionar que entre os entrevistados, em todos os encontros, era observado um clima de emoção. Até então eles não tinham tido a oportunidade de refletirem sobre as relações pessoais, seus medos, como se sentiam sendo ameaçados e acompanhados diariamente por um programa de proteção, enfim de serem ouvidos em relação às suas esperanças, sonhos, sobre o sentido da violência, do medo e das formas de resistência social em suas vidas.

A segunda etapa do trabalho mostrou um grande desafio. O grande volume de material colhido durante a pesquisa de campo foi distribuído conforme a história de vida de cada entrevistado, a história do local e a causa do conflito que resultava em ameaças de morte. Como sistematizar informações tão reveladoras e graves era uma preocupação e o encaminhamento foi uma aproximação maior dos entrevistados, seja indo aos sindicatos ou participando de suas reuniões, a exemplo da comemoração do dia das mulheres em um encontro de várias famílias, realizado a 40km da cidade de Rondon do Pará, em meio às terras em disputa pelos fazendeiros e os acampados sem-terra.

No decorrer das entrevistas, comecei a entender o processo que leva os trabalhadores aos conflitos e acompanhá-los em suas conversas nos sindicatos. Foi importante poder controlar as informações que acumulei, faltando compreender por que, apesar de ameaçados e amedrontados, os trabalhadores não desistem da atuação nos movimentos sociais. Foi então que compreendi de perto a importância da existência da CPT na intermediação dos conflitos, estimulando-os a se organizarem em busca do acesso à terra e aos seus direitos. Assim, acompanhar a organização dos trabalhadores sem-terra evitou que as interpretações pudessem ser distorcidas.

Paralelamente às entrevistas, foi realizada uma observação do cotidiano dos trabalhadores por meio de uma lista de ameaçados disponibilizada pela CPT, tendo sido

possível perceber a precariedade dos programas de proteção, os quais não garantem segurança às suas vidas por meio dos agentes do sistema de segurança pública.

O roteiro de entrevistas foi elaborado conforme as questões que explicariam quem são os protegidos pelo Programa de proteção, como vivem e se sentem enquanto ameaçados de morte, e como se dá a participação dos mesmos em movimentos sociais, a despeito das ameaças que sofrem cotidianamente. Claramente de caráter qualitativo, o trabalho de campo envolveu também técnicas de pesquisa participante, recomendadas pelas características de origem da pesquisadora, habitante da cidade de Marabá, mas também pela natureza do objeto que exigia a participação do pesquisador nos espaços coletivos ou na dinâmica de organização dos perseguidos e suas famílias. Isto permitiu observar, por exemplo, a implicação das situações de risco que justificavam o recurso de medida protetiva. Na medida em que os riscos e as ameaças eram confessados durante as entrevistas, novas informações eram buscadas sobre a participação das delegacias da polícia militar ou da Delegacia de Conflitos Agrários (DECA) nos boletins de ocorrência, registrados pelos trabalhadores contra os ameaçadores.

CAPITULO I

RAIZES DA VIOLÊNCIA

No presente capítulo, temos o objetivo de discutir alguns elementos que estão diretamente ligados com os constantes conflitos fundiários no sudeste do Pará, como a presença da acumulação de capitais e as disputas pela terra entre empresários, Estado e os trabalhadores rurais. Ao situar o objeto de estudo no contexto atual do capitalismo, estabelecer-se-á as bases para a compreensão das matrizes conceituais de discussão sobre essa violência na expropriação das classes menos favorecidas pelo capital.

Para abordar o fenômeno da violência em forma de ameaça, envolvendo os assassinatos seletivos de lideranças dos movimentos sociais e as perseguições que vitimam mulheres e homens ao longo das disputas pela terra, optamos por um método crítico, o pressuposto teórico da concepção de Marx sobre a acumulação primitiva e a expropriação da classe camponesa que vive sem acesso à terra, tendo apenas sua força de trabalho como recurso de sobrevivência. Mostramos que o fenômeno da expropriação da classe trabalhadora é visto de várias maneiras e existem diversas formas interpretação. Ademais, ao introduzirmos na reflexão autores contemporâneos percebemos que muitas tragédias poderiam ser evitadas como as ameaças, atentados e emboscadas, onde foram perdidas importantes lideranças dos movimentos sociais ao longo da história. Posteriormente procuramos conceituar as diferentes formas de violência no campo contra os trabalhadores rurais. O passo seguinte é buscar na história exemplos de diferentes formas de violência e as motivações ideológicas, tanto das disputas de poder e dominação, como da resistência dos dominados. A opção pelo método marxista decorre principalmente do fato de que se trata de uma violência com que os trabalhadores rurais são expulsos da terra e onde a violação dos direitos humanos é uma regra total de negação do estado de direito e onde os interesses antagônicos são as bases da manutenção das disputas pela terra.

Procuramos analisar o contexto social, econômico e político da região sudeste do Pará para poder estabelecer uma relação entre as questões fundiárias e a luta dos trabalhadores.

1.0.Bases históricas de surgimento dos Conflitos de Terra na região sudeste do Pará.

Esta região constituiu-se pelo processo de ocupação do sudeste do Pará no início no final do século XIX, quando religiosos passaram a desenvolver trabalhos de catequização de índios e pescadores, caboclos e caçadores que percorriam a região em busca das drogas do sertão. Estes últimos eram principalmente nordestinos que buscavam a terra para plantar sua roça e criar suas famílias.

A descoberta do caucho nas matas que contornam o rio Araguaia e o rio Tocantins estimulou a migração de um contingente maior de nordestinos para trabalhar na extração do látex. O caucho é uma árvore amazônica parecida com a seringueira e que também produz goma elástica. As terras onde se produz caucho foram sendo ocupadas por seringueiros envolvidos na produção da borracha, contribuindo para o aumento de uma grande quantidade de mão-de-obra na extração e transporte da goma elástica. As atividades econômicas do campesinato eram efetivadas cada vez mais nas encostas das matas, perto dos rios. Era ali que se formavam roças, sítios e fazendas. Comumente o que produziam era próprio para a subsistência das famílias e mesmo para o comércio local, em troca muitas vezes, de utensílios para manutenção das necessidades básicas (PEREIRA, 2004).

A partir da década de 1960, o sudeste do Pará passou por profundas transformações na estrutura da posse da terra, devido à abertura de rodovias federais e estaduais. A cidade de Marabá tornou-se uma importante porta de entrada para milhares de migrantes. A produção da borracha na região de Marabá modificou as relações entre os colonos que produziam alimentos para o consumo e um pequeno excedente para comercialização. A própria fundação de Marabá - cidade polo do sudeste do Pará – esteve apoiada no domínio do capital mercantil, o que facilitou o transporte e venda da borracha e mercadorias, ao longo dos rios Tocantins e Itacaiúnas. A vida econômica de Marabá era concentrada no extrativismo como atividade principal e a agricultura servia como complemento. É comum na história de Marabá, encontrar registros de violência, inclusive pela posse de terras de cauchais (Emmi, 1999). Segundo Emmi (1999, p. 38), “Naquelas épocas os caucheiros delimitavam a área marcada nos troncos das árvores com as iniciais do patrão. Quando a posse não era respeitada por bem, era respeitada por bala”.

As campanhas de integração regional feitas pelo Estado, em geral promoveram modos de reprodução capitalista que beneficiavam os latifundiários ou empresas, enquanto desconsideravam as necessidades dos pequenos agricultores. Foi possível perceber que as políticas de desenvolvimento pelo Estado na fronteira agrícola são claramente contraditórias em relação aos trabalhadores rurais. Hall (1989) afirma que embora milhares de nordestinos migrantes tenham sido estimulados a colonizar a floresta tropical úmida com o objetivo, entre outros, de aliviar os conflitos sociais em suas regiões de origem, o apoio oficial necessário para lhes garantir uma existência estável na Amazônia foi negado pelo Estado que, por uma grande variedade de razões, concentrou seus esforços em apenas garantir o capital de investimento comercial. Segundo este autor, o Estado assumiu a forma de incentivos ao setor de criação de gado e também para empresas industriais e de mineração, como no Programa Carajás, por exemplo.

O Pará é o estado onde mais se tem minérios descobertos. As mais importantes reservas de ferro, alumínio e cobre; tem também a segunda maior reserva de manganês do Brasil, além disso, tem importantes reservas de ouro, estanho, níquel e caulim. Não é por acaso que essa região foi escolhida para serem instalados os chamados grandes projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos na região. O Programa Grande Carajás, inaugurado em 1980, é o maior projeto de desenvolvimento em área florestal do mundo. O projeto tem como objetivo principal extrair, beneficiar minerais e transportá-los por ferrovia até a costa em São Luiz, onde é exportado para outros países, principalmente o Japão. A ferrovia de 892 km que liga Parauapebas, cidade próxima de Marabá, a São Luís é também usada para o transporte de passageiros (Petit, 2003, p. 97).

No sudeste do Pará, o Programa Grande Carajás serviu para transformar a paisagem econômica e social, atraindo milhares de trabalhadores em busca de uma chance de melhorar de vida, principalmente com a garimpagem. Essa também é uma história de luta, muito sangue e muito sofrimento. Uma das maiores batalhas em busca de ouro, a partir da década de 1970, foi entre grandes empresas mineradoras e pequenos garimpeiros, que utilizavam suas pás e picaretas provocando um grande impacto populacional em busca de ouro no garimpo da Serra Pelada. Enquanto empresas modernas utilizavam máquinas de última geração para ter lucro na exploração mineral, milhares de garimpeiros se amontoavam e se submetiam às condições degradantes de trabalho manual em busca de ouro.

Segundo dados da CPT (2015), em 2015 foram presos 39 trabalhadores rurais no sudeste do Pará, 133 foram agredidos e 29 pessoas foram ameaçadas de morte, dentre as quais 06 sofreram tentativas de assassinatos. Listas de ameaçados são organizadas todos os anos pela CPT, divulgadas e denunciadas ao poder judiciário para encaminhamento das medidas de proteção aos diversos trabalhadores rurais e suas lideranças, que vêm recebendo ameaças de morte. Mesmo com a divulgação e cobrança ao poder público, muitas ameaças aos trabalhadores são cumpridas, devido à dificuldade estrutural do Estado em dar encaminhamento a esse tipo de problema. A incapacidade de garantir proteção aos ameaçados, a lentidão dos processos judiciais, as dificuldades em prender pistoleiros e mandantes de assassinatos, são apenas alguns dos limites do Estado quando se trata do comprometimento com trabalhadores e os interesses ligados à propriedade da terra.

O fato é que as políticas de resolução dos problemas fundiários, como resultado dos longos e intensos conflitos agrários, não resolveram necessariamente, os conflitos pela terra, ainda continuam a existir grandes focos de violência no campo em áreas específicas, como as grandes propriedades rurais, onde milhares de trabalhadores rurais são as frequentes vítimas do capital.

“Esses problemas concentrados no sudeste do Pará estão diretamente ligados com a apropriação ilegal de terras. Essas violações vão desde a negação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado até a expulsão violenta e prisões de posseiros, ribeirinhos e indígenas que ocupam a terra há décadas”. (SAUER, 2005, 15).

Nesse sentido, é importante analisar as formas de ameaças às lideranças dos movimentos sociais, que lutam pelo direito à terra, assim como, as relações de poder que se estabelecem entre fazendeiros, grandes empresários, pistoleiros e a atuação do Estado na referida região onde é comum a prática da pistolagem e da violência bruta.

É preciso entender como se dão as relações na pistolagem, para depois entender como se chega à situação de um ameaçado de morte. De acordo com Guimarães (2010), o pistoleiro atende uma ordem de matar, por outrem e, nesse sentido, presta um "serviço profissional" ao mandante. Quem executa o crime não nutre sentimentos de ódio ou de pena das vítimas, afinal de contas, ele é apenas "o braço armado do mandante". Contudo, ele é um personagem chave da complexa rede de pistolagem.

A partir desse contexto, Loureiro e Guimarães (2007, p. 228) afirmam que a violência se espalhou como resultado da ausência de atuação do Estado nessa região. A

questão jurídica na Amazônia, principalmente, a justiça penal, tem tido enorme dificuldade para lidar com o fenômeno da pistolagem. A violência e a pistolagem são fenômenos complexos e muito piores do que um conflito entre acusados e vítimas. O que está em jogo nos crimes de encomenda no campo são questões socioeconômicas, políticas e a ausência de uma efetiva reforma agrária, que configuram necessariamente os chamados direitos sociais.

Ainda segundo Loureiro e Guimarães (2007), a estreita relação do Estado com a oligarquia local reduziu a capacidade de decisão do Estado, pelo menos quando esta se volta contra os interesses e as forças daquela. Na verdade, consolidou-se e aprofundou-se uma relação recíproca entre essas duas formas de poder. A notória aliança do Estado com os grupos detentores do poder, principalmente nas décadas de 70 e 80, passou a constituir-se num permanente desafio à autoridade do Estado, que decorre da perda de legitimidade, como consequência dessas alianças e procedimentos ilícitos.

A perda de legitimidade do Estado contribuiu significativamente para a desorganização social, a violência, à corrupção e a desobediência civil e esse quadro tornou possível a questão da pistolagem que prevalece até hoje, principalmente em regiões mais afastadas das cidades. São fatores que contribuem para que lideranças e trabalhadores sejam ameaçados de morte, por fazendeiros e pistoleiros na região.

Marx chama a atenção para a importância de compreender a realidade social e política do surgimento das disputas pela terra. Nessa dissertação, a preocupação não é apenas de entender a violência exercida na expropriação da terra, mas principalmente de entender a figura do trabalhador ameaçado de morte, que luta para permanecer em seu território. Há no curso do trabalho uma aproximação da “prática política” da classe subalterna, no sudeste do Pará, a principal vítima da permanência da violência no campo, seja na presença da impunidade ou da falta de compromisso do Estado com a população dessa região.

1.1. Capitalismo, questão agrária e violência no campo

A opacidade da divisão entre os detentores de capital e a classe de despossuídos sem-terra é contemporaneamente de tal densidade que o trabalho teórico de contextualizar a realidade das disputas agrárias, caminha no sentido inverso ao que se observa nas relações forjadas pelo capitalismo. Enquanto o sistema capitalista atua na subordinação e expropriação da classe trabalhadora, da sua força de trabalho, os

trabalhadores camponeses se organizam no sentido inverso, isto é, constroem uma identidade dos movimentos sociais agrários que vai de encontro ao que é preposto pelo capitalismo e isso torna a organização da classe trabalhadora muito mais difícil e complexa de ser reconhecida enquanto classe legitimada.

A emergência da reforma agrária no Brasil está diretamente ligada com as possíveis transformações sociais e políticas. As disputas pela terra se efetivam como sendo de legítimo direito, isto é, terra de trabalho. Para Martins (1982) a proposta burguesa de reforma agrária é aumentar a produção para o mercado, sendo que para os trabalhadores rurais a luta se dá pelo trabalho de sua família. Muitos trabalhadores foram castanheiros, garimpeiros, peões e muitos conseguiram um pedaço da terra para produzir, mas até hoje sofrem com o processo de expropriação pela burguesia agrária capitalista na Amazônia brasileira.

O Pará é historicamente um dos estados campeões da violência contra os trabalhadores rurais que se organizam, o que motivou diversas organizações de movimentos sociais a buscarem formas de preservar a vida de trabalhadores em função dos direitos humanos.

Para Moreira et al (2008) hoje sob a dominação globalizada do capitalismo, a vida passa a ser condicionada a situações que lhe são impostas, pois o que importa é o lucro, a circulação de mercadorias e de consumo. O ritmo da natureza já não corresponde mais as necessidades do capital. É preciso acelerar cada vez mais na produção de bens e capital em tempos bem mais curtos para atender as necessidades de consumo. O problema é que esse ritmo não envolve milhões de pessoas, já que a cada dia milhares morrem de fome, na pobreza. A solução para esses problemas da humanidade não está na produção de mais tecnologia, mas depende fundamentalmente de decisão política.

Para Moreira et al (2008) a velocidade com que as coisas são impostas às pessoas está associada à voracidade com que o capital se lança sobre os espaços, visando garantir o acesso a tudo com o objetivo de seu uso. Assim, a repercussão desse processo sobre regiões como a Amazônia, que concentra uma grande riqueza territorial e uma biodiversidade mais rica ainda, são terríveis. A exploração da natureza, valorada pelo capital, é uma das muitas consequências desse processo. São extensas áreas devastadas para a exploração da madeira, minérios e rios com grande concorrência no mercado internacional, o que estimula a grilagem de terras públicas pelos capitalistas e o próprio Estado.

Marx (1988, p. 828), ao analisar o processo capitalista de expropriação dos trabalhadores afirma que a acumulação de capital pressupõe mais valia, a mais valia a produção capitalista, que necessita de grandes quantidades de capital e força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Trata-se de um movimento em círculo que sóse pode escapar conceituando a acumulação primitiva, que não nasce do modo de produção capitalista, mas que aparece antes da acumulação de capital.

Marx (1988) afirma que a acumulação primitiva explica o porquê da existência de um lado, da burguesiae, do outro lado, um povo pobre e expropriado da sua força de trabalhoenquanto cresce constantemente a riqueza de poucos. Os meios de produção e subsistência, dinheiro e mercadoria não são capitais, mas antes tem que existir uma transformação entre as duas espécies possuidoras de mercadorias, que de um lado tem-se o proprietário do capital, que compra a força de trabalho dos outros e existem do outro lado, os trabalhadores, comerciantes da própria força de trabalho.

São trabalhadores que não fazem parte dos meios de produção por serem livres, o que é diferente da situação do camponês, que é autônomo. Esses são os dois lados do mercado que condicionam as bases da produção capitalista.

Para Marx (1988) a acumulação primitiva é o processo que retira do trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, convertendo em assalariados os vendedores da força de trabalho. É considerada primitiva porque antecede a pré-história da produção capitalista.

O trabalhador só pôde se transformar de produtor a assalariado quando foi libertado da escravidão e os que foram emancipados só se tornaram comerciantes da sua força de trabalho quando lhes foram expropriados todos os meios de sobrevivência. Todo esse processo que produz assalariado e capitalista tem seu início na exploração do trabalhador.

Marcam a história da acumulação primitiva todos os deslocamentos da população privada de seus meios de subsistência e de direitos como o trabalhador rural que não tem acesso à terra. Quando a servidão tinha sido substituída por assalariados, os trabalhadores proletários apenas trocaram de senhores. O poder do senhor feudal era baseado no número de súditos, de camponeses estabelecidos entre o cultivo de suas terras.

Com a dissolução do sistema de vassalagem, os camponeses foram expulsos das terras, nas quais tinham direitos e foram lançados a própria sorte no mercado de trabalho, sem direitos. A nova era capitalista é violenta na transformação da terra em

pastagens e conseqüentemente em dinheiro, e na expulsão dos camponeses da terra, de suas pequenas lavouras, de modo que a terra passou a sustentar muito menos gente, empobrecendo a grande massa popular. A terra ficou concentrada nas mãos de poucos, aumentando a renda. Os trabalhadores camponeses se tornaram proletários ou indigentes, não porque findou a escravidão, mas porque foram suprimidos da lavoura que cultivavam nas terras.

Os proprietários de terras, se utilizando das formas legais de apropriação, usurparam as leis e submeteram a população pobre ao regime da moderna propriedade privada. Os novos burgueses capitalistas transformaram a terra em mercadoria para a ampliação dos seus interesses econômicos, alterando decretos de expulsão do povo das condições de sobrevivência nas terras comuns, monopolizando os preços dos meios de subsistência e provocando o despovoamento do campo. Os trabalhadores foram forçados a fazerem parte do mercado, trabalhando para poucos e inchando as cidades e manufaturas com famílias procurando emprego. Esse é o sentido do arrendamento da terra.

A violação do direito à propriedade, ao solo, transformou-se em direito de propriedade privada e como encontrou a resistência dos camponeses, esses foram enxotados com o uso direto da violência. O ser humano passou a ter menos valor do que as criações nas terras transformadas em pastagens, passando a viver em espaços cada vez menores, enquanto os gados se dispunham de espaços cada vez mais livres.

O roubo das terras dos camponeses, a alienação cruel dos domínios do Estado e a transformação da terra em mercadoria privada e moderna são as bases da acumulação primitiva, incorporando a terra ao capital e a oferta fundamental de proletários sem direitos.

Essa massa de proletários disponíveis para a manufatura, não poderiam ser todos absorvidos, transformando em ladrões, mendigos e vagabundos uma boa parte da população. Daí terem surgido, no século XVI decretos violentos contra a vadiagem e a mendicância, enquadrando os trabalhadores expropriados no sistema de trabalho assalariado.

A expropriação da população rural dá origem apenas a grandes proprietários de terras. O arrendatário capitalista apareceu séculos depois, enriquecendo com a mesma facilidade com que o camponês ficava cada vez mais pobre. Com a revolução do regime de propriedade territorial, houve a melhoria dos métodos de produção e concentração de capitais, ao mesmo tempo em que a expropriação dos trabalhadores rurais liberava maior

índice de mão de obra disponível para o capital industrial e fortalecia o mercado interno. A classe trabalhadora, que antes trabalhava por sua própria conta, passou a ser explorada como condição de ruína do povo camponês e em benefício de um mercado interno extenso e sólido.

A acumulação primitiva se processava e o capitalista se apropriava da riqueza social como se fosse o único objetivo da humanidade em produzir mais valia. Na Europa ocidental o regime capitalista de produção estava mais desenvolvido e controlava as concepções de direito e de propriedade do mundo pré-capitalista.

Para Marx (1988) nas colônias o regime capitalista era limitado, pois bate de frente com o produtor que possui suas próprias condições de trabalho e enriquece a si mesmo. Ou seja, o capital é uma relação social histórica e de produção, onde não é possível se desenvolver com cada um trabalhando por sua própria conta, como acontece nas colônias americanas. Marx (1988) afirma que:

[...] sabemos que não constituem capital meios de produção e de subsistência, de propriedade do produtor direto. Só se tornam capital em condições nas quais sirvam também de meios para explorar e dominar o trabalhador. Mas na cabeça do economista político, a alma capitalista que se encarna nesses meios, está tão intimamente unido a sua substância material que ele os batiza, em todas as circunstâncias com o nome de capital [...] (p. 885).

Marx (1988) acredita que a humanidade adotou uma maneira peculiar de acumulação de capital. A sociedade foi dividida entre os proprietários de capital e os proprietários do trabalho, o que resultou em um contrato social de entendimento voluntário, de uma combinação entre os indivíduos. Afirma que:

A expropriação da massa do povo, que fica assim sem-terra, forma a base do modo capitalista de produção. Uma colônia livre se caracteriza por serem comuns grandes extensões de seu território, podendo cada colonizador transformar um pedaço de terra em sua propriedade privada e meio individual de produção, sem impedir o que vem depois de fazer a mesma coisa. Este é o segredo tanto do florescimento das colônias, quanto do mal que as devora, sua resistência a colonização do capital. (p. 887).

Para a terra ser um elemento de colonização, não tem apenas de ser intocada; mas tem que ser também uma propriedade da união, passível de ser transformada em propriedade particular. Marx (1988) afirma ainda que se a terra fosse barata e todos os

indivíduos fossem livres, podendo cada um ter um terreno, o trabalho se tornaria muito caro e seria muito difícil conseguir mão de obra contratada.

Nas colônias, quando não existe a diferença entre o trabalhador e suas condições de trabalho, não tem como existir a separação entre agricultura e indústria, também não se percebe a destruição da economia doméstica rural e o mercado interno se desenvolve a partir da produção do seu próprio capital. Nenhuma população é exclusivamente agrícola. Todos têm sempre um negócio secundário, como a atividade de um ferreiro, tecelão, que trabalham nas suas profissões, mas vivem também da agricultura, produzindo seus próprios meios de subsistência. Para Marx (1988):

A grande beleza da produção capitalista não reside só em reproduzir constantemente o assalariado, mas também em produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é, em relação a acumulação de capital. Assim, a lei da oferta e da procura de trabalho fica mantida nos eixos certos, a oscilação salarial confinada dentro dos limites convenientes a exploração capitalista e, por fim, garantida a imprescindível dependência social do trabalhador para com o capitalista [...](p. 888).

Nos países industrializados, o trabalhador, embora livre, vive subordinado por uma lei natural ao capitalista, já nas colônias não existe o sentimento de dependência dos assalariados ao capitalista. Assim, possibilita a dispersão dos meios de produção entre milhares de camponeses que trabalham por conta própria, impedindo a concentração capitalista e eliminando toda a relação de trabalho combinado.

Marx (1988) diz que para eliminar a possibilidade dos trabalhadores obterem terra, a melhor coisa para o Estado seria a colonização sistemática, onde se fixaria um preço a terra, independente da oferta e da procura e o trabalhador teria que ser um assalariado por longo tempo para conseguir juntar dinheiro e comprar uma terra. Ele afirma que: “O preço da terra deve ser naturalmente suficiente, isto é, tão alto que impeça os trabalhadores de se tornarem agricultores independentes, até chegarem outros que tomem seu lugar no mercado de trabalho” (Marx, 1988, p. 896). Esse preço suficiente da terra, é na verdade, um eufemismo para denominar o dinheiro que o trabalhador pagaria pela sua liberdade de cultivar a terra.

Marx (1988) afirma que com as enormes massas de imigrantes chegando a América, o progresso da produção capitalista foi rapidamente centralizado, já que a imigração lançou no mercado de trabalho mais gente do que se poderia absorver. Com isso, apareceram também a pressão tributária, a especulação da terra para a exploração

mineral, de estradas, vegetal, etc. e “a terra deixou de ser a terra prometida” dos imigrantes (Marx, 1988). Assim, interessa-nos apenas desmascarar o processo de acumulação que favorece a propriedade privada baseada no próprio trabalho, como condição de expropriação do trabalhador.

Para Florestan Fernandes (1963), o capitalismo como modo e sistema de produção no Brasil se constitui como uma manifestação tardia da evolução econômica e histórico-social. O sistema capitalista brasileiro se tornou possível, graças a desintegração do sistema de produção escravista. Foi através da expansão de uma economia de mercado moderna que conduzia em seu bojo a transformação do trabalho em mercadoria e a universalização do trabalho livre.

Para o autor o desenvolvimento do capitalismo ainda se encontra no estágio de permanente espoliação sistemática da economia agrária. Os possuidores rurais não se ressentem dessa situação por que eles extraem de ambos os processos os privilégios relativos de sua própria condição econômica e sociocultural e política. Já é diferente com a população despossuída da zona rural, que se vê irremediavelmente condenada à marginalização. É nesse nível que se desvendam as impotências da economia agrária brasileira: “uma moenda que destrói inexoravelmente os agentes humanos de sua força de trabalho” (Fernandes, 1963, p. 133). Portanto, para se redefinir as bases do desenvolvimento interno do capitalismo, o autor afirma que:

[...] para que o capital possa reproduzir-se na economia urbana, o trabalhador assalariado é necessário que exista na economia agrária o capital que reproduz o trabalhador semilivre. Do mesmo modo, o despossuído, que não logra sequer a proletarização na economia agrária, está na raiz das possibilidades de trabalho assalariado do operário urbano (p. 142).

Os trabalhadores e lideranças dos movimentos sociais resistem insubmissos, primeiro contra a dominação pessoal de grandes fazendeiros e coronéis, depois resistem contra a expropriação territorial por parte dos proprietários, grileiros e empresários e hoje, também, lutam contra a exploração econômica que se realiza nas ações concretas das grandes empresas capitalistas, que subjuga a força de trabalho e a política econômica do Estado, garantindo as condições para essa sujeição.

Ainda segundo Fernandes (1963), esse tipo de economia agrária que retira seu teor capitalista mais dos mecanismos de mercantilização dos produtos do que das formas de organização da produção e de mercantilização do trabalho, tem sido, um dos

eixos estruturais e dinâmicos da formação da sociedade de classes no Brasil. Mas tudo se passa como se o desenvolvimento capitalista apenas tivesse vigência em algumas partes da sociedade nacional, precisando excluir e sacrificar as demais para ter visibilidade e expandir-se.

Ou seja, não fica a menor dúvida de que essa situação deixa a existência de tensões latentes e abertas nos setores mais sacrificados do mundo agrário; também não fica a menor dúvida de que essas tensões podem ser resolvidas socialmente “dentro da ordem” porque o desenvolvimento capitalista não é extenso o suficiente e profundo para universalizar as funções classificadoras do mercado interno e as funções do sistema vigente de produção capitalista.

Dessa forma, estamos diante de um historicamente e estrutural capitalismo que se revela incapaz de superar as contradições que são formadas através das quais ele se manifesta e se expande na prática. Para o autor, os setores socialmente privilegiados ou apenas integrados podem mobilizar todos ou alguns interesses de classes e podem também, usar, de um modo ou de outro, a ordem social competitiva para se protegerem ou para melhorarem suas posições de classe.

Isso é verdadeiro para as classes alta e média e com referência aos assalariados, mas com a grande maioria das populações rurais incorporadas diretamente ou indiretamente as economias agrárias, não possuem qualquer possibilidade de utilizar a ordem social competitiva para resguardarem seus interesses, aumentarem condições favoráveis de participação no mercado interno e na sociedade nacional. A ordem social competitiva para essa parte da população é praticamente “morta”, no que tange a processos de suas relações positivas com as funções classificadoras do mercado interno e com as funções do sistema de produção do sistema capitalista.

Para o Fernandes (1963) é diferente quando se trata das relações de esbulho e marginalização social da grande maioria da população rural. Sob este aspecto não existe nenhuma possibilidade nem de “justiça social” nem de “revolução social” dentro da ordem. Afirma que, o único caminho que se abre na direção da integração, é um caminho penoso, que passa pela crise da economia agrária, sua desagregação e lenta reorganização se concretiza nas migrações internas.

Isso significa que as populações rurais pobres e despossuídas sofrem com o desenvolvimento capitalista como uma espécie “hecatombe social”. Ele não lhes dá, como ponto de partida, vias normais de combate a marginalização, ao desemprego e a

miséria, através de técnicas de classificação social, de competição ou de conflito que são inerentes ao regime capitalista. Fernandes (1963) afirma que:

“No fundo, porém, a inércia política é mais aparente que real. Existem apatia e acomodação passiva, produtos da desmoralização coletiva e de uma ordem de transição ultra repressiva, entre os condenados do sistema. Os que manejam esta ordem de transição a partir do meio rural, do meio urbano e das posições de controle policial-militar e legal do aparato estatal encontram-se em constante atividade política, de modo efervescente e eficaz, empregando suas probabilidades de poder e de dominação nas duas direções apontadas. Essa atividade, tanto nos níveis socioeconômico e cultural, quanto político, é dissimulada e quase invisível, especialmente no que se refere aos setores urbanos e aos que atuam através do aparato estatal. Ela se esconde atrás de propósitos tipos como de “preservação da paz social” ou de “aceleração do desenvolvimento econômico” (p. 147)

Martins (1983) afirma que a partir dos anos de 1950, camponeses de várias regiões do país manifestaram de vários modos, a vontade política de rebelião contra as opressões, quebrando velhas barreiras, levando os proprietários de terra a justiça na luta por reparação ou o pagamento de indenizações, organizando-se em formas de sindicatos e exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de várias formas a expulsão e despejos. De certo que o que marcou e definiu as lutas naquele período foram disputas entre as ligas camponesas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos trabalhadores em várias partes do país. No período colonial até o início dos anos de 1945, não havia política fundiária brasileira. O Brasil permaneceu inerte a esse problema dos conflitos agrários, de grande importância para seu futuro como nação democrática e desenvolvida, tanto na área social quanto econômica. O modelo de desenvolvimento rural que prevalece até hoje ainda é o de origem do latifúndio colonial, hoje “modernizado”, mais conhecido como agronegócio, que é também concentrador e excludente das populações rurais. Foi somente a partir de 1945 que as políticas de desenvolvimento agrário começaram a fazer parte da agenda política do Estado. O Estatuto da Terra foi criado pelo governo militar, basicamente para abafar as reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais, especialmente as Ligas Camponesas. Sua importância advém do fato de ter consagrado conceitos e definições que ainda hoje são de referências na elaboração das propostas de política fundiária.

Martins (1983) afirma ainda que as lutas dos trabalhadores se modificaram com o decorrer dos anos, principalmente a partir de 1964. Antes, a questão da reforma agrária tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste como no

Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. Depois disso, as grandes empresas capitalistas se desenvolveram no campo, com produção agrícola ou pecuária. A política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia acentuou os interesses da empresa capitalista pela terra. Em várias partes, milhares de trabalhadores camponeses viram-se ameaçados de expulsão, submetidos a toda sorte de violência. Os conflitos têm ocorrido em todas as partes do Brasil onde a multiplicação dos conflitos pela terra fez com que os posseiros se tornassem símbolos das lutas camponesas atuais.

Santos (1979) afirma que em se tratando de políticas sociais, o governo sempre esteve essencialmente ligado à política de acumulação. Todos os problemas, do ponto de vista do Estado, consistiam em conciliar uma política de acumulação que não provocasse ainda mais as desigualdades sociais a ponto de torná-las ameaçadoras, e uma política voltada para o ideal de equidade que não comprometesse o esforço de acumulação. O objetivo da análise do autor, quando trata da zona rural brasileira, é assinalar os momentos mais importantes da evolução legislativa e regulatória dos problemas sociais no campo. A grande massa de trabalhadores rurais sem-terra, sempre constituiu a parte da população escassamente participativa na ordem mercantil capitalista. Tanto sua participação no processo de acumulação, quanto sua posição no fluxo de distribuição de benefícios era carente de atenção por parte do Estado. Por motivos específicos do tipo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a área rural emergiu da escravidão para uma forma de organização econômica e social que se estruturava pela interpenetração de um mercantilismo parcialmente de jure e um sistema de servidão, de fato. E assim, atravessou a força de trabalho agrícola os períodos do laissez-fairianismo repressivo e da extensão regulada da cidadania sem que sua identidade social fosse definida, quer pelo mercado, quer administrativamente. Os problemas sociais que se foram acumulando no campo, problemas de saúde, segurança, de garantia de fluxo de renda após o esforço acumulativo, condicionaram os movimentos camponeses da segunda metade da década de 1950 quando, pela primeira vez, em escala nacional, reconheceu-se, oficialmente, a necessidade de integrar o trabalhador rural à sociedade legal.

As políticas sociais de acesso à terra começaram a fazer parte da agenda política do Estado brasileiro, somente depois das reivindicações dos trabalhadores rurais, camponeses, indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais do campo, que

lutaram e continuam lutando para que a população do campo seja incluída nas redes de proteção, através das políticas sociais rurais.

Ao relacionar as políticas sociais de desenvolvimento agrário, regulação social e das questões de acumulação e equidade, Santos (1979) descreve a evolução dos problemas sociais no Brasil, perfazendo a trajetória histórica de reconhecimento profissional dos trabalhadores rurais, desde 1930. O autor afirma que os trabalhadores do campo e os movimentos sociais, reunidos por interesses em comum, tiveram reconhecimento no processo de acumulação e provocaram importantes fissuras na ordem jurídica ou nas relações jurídicas institucionais *laissez-fairiana* após serem admitidas legitimamente as demandas coletivas, nas quais o poder público estava obrigado a tomar uma posição. Para o autor, a legislação rural sempre foi mais utópica no sentido de proteção dos trabalhadores rurais, do que efetivamente concreta, em virtude dos interesses latifundiários oligárquicos.

Ianni (1979) afirma que sempre houve um conflito entre o que é legal e o que é legítimo na posse da terra. Para os trabalhadores quem expropria ou invade determinada terra são categorias dominantes na figura dos fazendeiros, grileiros, madeireiros e grandes empresas. Os trabalhadores rurais utilizam a terra como meio de subsistência. Nesse caso, as lutas e ocupações de terras são vistas como formas de resistência entre a lei e a legitimidade na posse da terra como meio de trabalho e não apenas como meio de acumulação. São forças e relações de sujeitos sociais no meio agrário, muito conflituosas. Ou seja, a opção de lutar pela terra no território agrário se torna uma ação radical, presente nos modos de falar, de discursar, de viver e que vão além da conquista de um pedaço de terra. Suas lutas também vão além do espaço jurídico que se torna um entrave para essa parte da população na conquista da terra, pois ao se fazer parte do Estado a criminalização das ocupações de terra, legitimam-se nas ações de despejos através da violência.

Ianni (1979) argumenta ainda que a transformação da terra em mercadoria ou de forma mais geral, a transformação da natureza em história, não é um processo pacífico. Para o autor, isso envolve tanto a violência dos homens contra a natureza, como dos homens entre si. O processo de apropriação privada e legitimada da terra como acontece no sul e sudeste do Pará, principalmente nos últimos anos, tem aumentado o desenvolvimento de tensões e conflitos na região. Na medida em que se renovam e aprofundam as relações capitalistas de produção, ampliando-se na Amazônia como um todo, tornam-se mais graves as tensões e os conflitos de terras, conseqüentemente,

aumentam as ameaças de morte contra os trabalhadores e lideranças sociais. As contradições se acirram entre os posseiros, grileiros, fazendeiros, grandes empresários e mineradoras.

Essas contradições envolvem vários tipos de violência, tanto a violência privada, com a presença dos pistoleiros ou jagunços, a mando dos fazendeiros e grileiros, como também com a presença da violência do Estado, legitimada na prática policial. Em certas ocasiões, as duas modalidades de violência são postas em ação por grileiros e fazendeiros, a fim de acelerar a transformação da terra em mercadoria, segundo as exigências da acumulação de capital.

Martins (1999) entende que a questão agrária, no geral, tem a sua própria temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. É por isso mesmo alcançada continuamente pelas condições cambiantes do processo histórico. O próprio ato de intervir na questão agrária, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária. Não só a atenua ou a agrava, como também a muda qualitativamente, define as possibilidades de nela se continuar intervindo, e as próprias condições em que tal intervenção pode ser feita. A questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica. Para Martins (1999), embora a questão agrária possa se tornar uma questão partidária e política, há circunstâncias em que nem mesmo se expressa partidariamente, perdida nas miudezas de pequenos confrontos muito mediatizados por outras questões ou então no caráter difuso que grandes confrontos históricos podem às vezes ter.

No Brasil, não raro, durante quase um século, a questão agrária se expressou por meio de tensões religiosas, de confrontos sangrentos entre o catolicismo popular e o catolicismo institucional, ancorado no aparelho de estado, mesmo após a separação entre a Igreja e o Estado da era republicana.

Portanto, a questão agrária se torna questão religiosa, se torna questão política, se torna questão policial, se torna questão militar, como aconteceu em Canudos, no Contestado e em vários outros episódios das lutas sociais no campo, incluindo episódios relativamente recentes, da ditadura aos dias atuais. Para o autor, o balanço apropriado do conflito fundiário nas últimas décadas nos revelaria que ele é apenas um subtema de conflito maior e mal definido entre o Estado oficialmente laico, a Igreja e nossa cultura.

O acesso à terra é um dos fundamentais problemas pautados à questão agrária no Brasil, onde diversas reações dos segmentos oprimidos que lutaram, ainda permanecem em luta pela terra. Dessa luta surgiram os movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra, que adotaram os acampamentos e as ocupações de terra como principal estratégia para a realização da reforma agrária. No entanto, milhares de trabalhadores rurais preferem não aderir a essa tática, buscando outros meios para realizar o sonho da terra própria.

A luta por reforma agrária no Brasil faz parte de um amplo e abrangente processo de mudança social e elevação das escolhas e das oportunidades da sociedade, de modo a compatibilizar no tempo o crescimento econômico, a equidade social e a conservação do meio ambiente. Em síntese, surge desse processo a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e integradora das diversas dimensões da realidade, como a ambiental, a científica e tecnológica, a econômica, a sociocultural, e a político-institucional, objetivando o fortalecimento da cidadania e a democratização das instituições e da sociedade.

A concentração da terra é uma das características da região e garante a base do poder de grandes empresários e latifundiários. Esses alicerces são uma das principais causas das disputas e lutas de classe na conquista da terra, o que gera desigualdades, concentração e exclusão de trabalhadores camponeses, no acesso aos direitos básicos. Dessa forma, para José de Sousa Martins (1992, p. 13),

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associado ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros. A sociedade civil não é senão o esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil o atraso é instrumento de poder.

Ou seja, existe a presença de uma sociedade civil marginalizada por um lado, com a presença de um Estado marcado por acepções centralizadoras, patrimonialistas e extremamente clientelistas. Isso dificulta a realização de uma efetiva Reforma Agrária e facilita menos ainda a democratização do acesso à terra.

Verifica-se que muitas estratégias de lutas dos movimentos sociais, podem passar através da violência como sendo legítimas. A ocupação da terra é uma das

estratégias de pressão contra o Estado para desapropriar determinada área para fins de reforma agrária. Além disso, existe também a luta pelo reconhecimento legítimo da posse da terra, onde ambos os interessados utilizam a mesma estratégia, o que pode resultar em derramamento de sangue, caso ocorra um confronto direto entre dominantes e dominados. Assim, observa-se que as ocupações de terra, são também, uma forma de repensar as leis.

1.2. Violência, identidade e disputas de poder.

Para Santos (1992) para se construir o conceito de violência, enquanto análise sociológica é necessário o rompimento com as representações sociais do senso comum, que são orientadas pela tradição na sociologia, já que tem se orientado por uma dupla tarefa de representar o mundo da produção das ações sociais: tem-se de um lado, os pensadores e pesquisadores com uma visão baseada na integração e no consenso, e de outro lado, tem-se os analistas e investigadores que têm como base em seu mundo social, a ótica da conflitualidade e dos conflitos e neste processo, o centro de preocupações passaram a ser as relações de dominação e de exploração. Nesse sentido, o que temos de herança da sociologia, nos obriga de alguma forma escolher uma ou outra dessas visões, mesmo que de forma relacional, pensando o social entre ordem e desordem, conflitos e regras. No entanto, a escolha teórica também determina a forma do olhar sociológico com o objetivo de apreender as relações sociais de produção e reprodução, construção e transformações da sociedade.

Assim, as transformações da sociedade contemporânea revelam a historicidade das relações sociais e a forma complexa de existir, sendo a razão pela qual, a partir da epistemologia, somos conduzidos a diferenciar as questões sociais e as questões da sociologia, reconstruindo, dessa forma, o significado sociológico das relações sociais que sempre estiveram à frente das reflexões desde o surgimento da Sociologia. Dessa forma, a partir da percepção sociológica da realidade, as relações de exploração, marcadas pelas lutas de classe, se juntam as relações de dominação determinadas pelas relações de gênero, étnicas, culturais, entre categorias e grupos sociais.

Santos (1992) questiona no âmbito das preocupações, como pensar as relações de conflitos que se manifestam na agressividade e na violência recorrente na sociedade brasileira, especialmente no espaço agrário. Seria uma análise a partir da reconstrução das complexas relações sociais, nos quais se definem as relações de poder e dominação,

exercidos de diversas formas e estruturas nas várias formas de relações sociais e que podem, no pensamento sociológico, serem definidos em formas de conflitos nas classes sociais, relações étnicas, relações de gênero, processos disciplinares e no nível do inconsciente. Afirma que:

“Em cada um destes conjuntos de relações sociais, reconhecemos relações de força entre a ordem e a desordem: Estão presentes tensões sociais, algumas das quais se manifestam enquanto conflitos sociais, a partir dos quais podem se gerar lutas sociais, em diferentes níveis de organização e de expressividade. Em outras palavras, a partir do ponto de vista da conflitualidade, as tensões, conflitos e lutas são construtivos do social (1992, p. 3).

Para Santos (1992) o problema a ser tratado não é especificamente a “questão social da violência”, já que pode ser resultado de juízo moral, de disputa política, ações judiciais ou da ação direta de punição do Estado, que é legítimo de cada nação. Portanto, a análise sociológica da violênciaprecisa um objeto científico de análise, “construído e constatado” pela “investigação histórica e empírica sistemática”.

Para a CPT, o conflito é um conceito importante e é diferente da violência, pois aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder. Indica que sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos sociais têm visões/práticas distintas. O conflito é a contradição social em estado prático. Tomá-lo como conceito central para análise dos processos socioambientais é fundamental, ainda mais quando se trata de conflitos pela terra/água, necessários para à produção/reprodução da vida. A luta pela terra é mais que uma questão de economia, é fundamental para a democracia, pois diz respeito a relações de poder através do controle da terra (CPT. Conflitos no Campo Brasil, 2013).

Portanto, por violência entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercida sobre os trabalhadores. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo. De um modo geral, a violência no campo está relacionada diretamente a falta de uma reforma agrária efetiva no país; à ausência de uma política eficaz no controle e repressão aos danos ambientais; e a permanência da impunidade dos crimes praticados contra agentes de pastorais, advogados, trabalhadores rurais e suas lideranças.

Os trabalhadores rurais ameaçados de morte em conflitos fundiários no sudeste do Pará, se inserem nesse contexto de concentração da terra e de lutas dos movimentos sociais. São fortes lideranças que não deixam espaço livre para a dominação do

latifúndio e das grandes empresas rurais. Os trabalhadores rurais ameaçados de morte são vistos, por parentes, amigos e movimentos sociais, como pessoas corajosas, militantes, incansáveis na denúncia do assassinato de milhares de trabalhadores vítimas dos conflitos agrários, na denúncia da grilagem de terras, corrupção e conivência do Estado.

São fatores que contribuem para que lideranças e trabalhadores sejam ameaçados de morte, por fazendeiros e pistoleiros na região. Com a garantia da impunidade, a implementação de políticas excludentes, que concentram a terra e o capital e a omissão do Estado diante de tanta violência, principalmente quando se trata de trabalhadores rurais e a lentidão da justiça para resolver casos de conflitos no campo, são fatos suficientes para se ter uma arena de disputas entre camponeses e os grandes latifundiários.

É na busca por direitos que lideranças terminam sendo mortas, e não apenas ameaçados na sua integridade física. São direitos reivindicados não apenas pela terra, mas por direitos a vida, sem ameaças e outras formas de violência que impeçam trabalho na terra. As lideranças se utilizam de instrumentos legais para se oporem as injustiças contra os camponeses.

Stuart Hall (2002) reflete sobre o debate de identidade. Para o autor, velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio e surgem novas identidades que deixam o indivíduo moderno em fragmentos. O objetivo do autor é expor alguns problemas e questões sobre a identidade na pós-modernidade. Ao introduzir seus argumentos, questiona a ideia de "descentração do sujeito", na sua forma mais simples. Mas pensando nos sujeitos sociais envolvidos em conflitos de terra no sudeste do Pará, percebemos que as mudanças avançam quando se trata do capitalismo, dos avanços tecnológicos, contudo, velhos costumes ainda permanecem em algumas regiões do Brasil, como as práticas de pistolagem, de mortes por encomenda com quem se diverge, principalmente quando se trata de questões referentes a terra.

O movimento dos trabalhadores rurais não pode ser confundido com identidade, pois trata-se de uma questão puramente material nas relações. O movimento de mulheres ou o movimento negro não incomoda tanto capitalismo, pois não é uma lacuna deixada pelo capital.

Para Medeiros (1996, p. 9-10), em todo esse conjunto de transformações, os conflitos pela terra ainda estão muito presentes, mostrando uma forte contradição entre a modernização da agricultura e as antigas práticas de violência, ainda existentes no

campo, onde se mantém um amplo espaço social de utilização da força. O exercício da violência, seja por proprietários privados ou pelo Estado, também revelam o quanto esses personagens, no meio público, trazem de renovador as tradicionais práticas de violência, na medida em que são atualizados os discursos políticos sobre a questão agrária. É na questão agrária que ainda persiste um dos exemplos fundamentais das dificuldades às práticas da democracia no Brasil.

Desse modo, é fundamental a presença de mediadores de conflitos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Sem-Terra (MST), Sindicatos, entre outros. Com isso buscam se fortalecer em suas representações para serem bem representados diante do Estado e da “justiça”. É nessa força política que aparecem os advogados, religiosos, ONG's, sindicatos. Como afirma Feitosa (2011, p. 17)

Procuramos entender quais motivos para tanta morosidade nas investigações e impunidade dos mandantes e dos executores dos assassinatos de camponeses e trabalhadores rurais em nosso país? Em que medida os agentes da justiça e do direito podem ser responsabilizados pela impunidade e pela morosidade dos Inquéritos Policiais e dos Processos Judiciais envolvendo, de um lado, camponeses, posseiros e trabalhadores rurais. E de outro, fazendeiros e políticos? Sobre esta questão específica, uma de nossas suposições é que a morosidade e a impunidade só têm e, só terão espaço em um determinado contexto social quando existe a cumplicidade e a conivência dos agentes da justiça e do direito

Diante desse contexto de busca por direitos para as lideranças e pequenos trabalhadores rurais, pode ser um desafio tanto no que se refere ao Incra como ao poder judiciário. Primeiro porque existe uma grande distância entre os trabalhadores camponeses e o acesso à justiça. Isso exige paciência, tempo e dinheiro. Depois pela falta de confiança nas instituições públicas.

Por isso, refletir sobre as ameaças de morte feitas a trabalhadores rurais no sudeste do Pará, mostra que não são casos isolados, mas sim uma luta e disputas de relações de poder, de tensões, de conflitos armados, nos quais tem como participantes os atores, sujeitos com suas identidades como organizações e reivindicações que se transformam em lutas de classe, por direitos sociais, de cidadania e de justiça em torno da questão agrária.

Para Bourdieu (1989) o poder simbólico é um poder que se exerce com a cumplicidade daqueles que são dependentes desse poder ou mesmo de quem o exerce. É um poder comumente deixado de lado, mas que nos permite refletir sobre o acesso ao

direito como uma forma de controle social, já que o objetivo é tecer uma forma de comportamento de determinado coletivo.

Nesse sentido, E. P. Thompson (1991) na sua volta a história do trabalho, dos motins, dos crimes, das leis e das culturas populares, os hábitos e costumes da população mais pobre da Inglaterra, em fins do século XVIII, mostra quando surgiu o processo de cercamento das terras e deixaram de ser de uso comum, com o surgimento do capitalismo. Busca retratar o homem e a mulher no meio social, suas ações e as consequências das mesmas estruturas sociais.

Thompson (1991) mostra o movimento histórico de transição da sociedade Inglesa para o capitalismo industrial e afirma que a classe operária não surgiu tal como o sol em uma hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se. Para o autor, a classe não é uma estrutura, nem mesmo uma categoria, mas que ocorre nas relações humanas. Um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos.

Ou seja, os movimentos sociais acontecem quando alguns homens e mulheres, como resultado de experiências (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros grupos de pessoas, cujo interesses divergem. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção. As organizações dos movimentos sociais da classe trabalhadora se realizam na luta pela emancipação, se organizando para isso.

Para Thompson (1991) o foco principal na definição das leis na Inglaterra do século XVIII, levantam questões sobre as práticas determinadas como crimes, passíveis de punição com a pena de morte e da definição de direito legal para coibir ações de quem não fazia parte da nobreza. Em 1723, é aprovada a conhecida “Lei Negra” onde se constituíam crimes que seriam punidos com a pena de morte como a prática de andar armados com espadas, armas de fogo, ou outras armas de ataque, que aparecessem em florestas, reserva de caça, parque ou cercamento e ferissem qualquer espécie de animais. Além disso, a lei valia até para o simples ato de cobrir o rosto, ou portar armas. A aplicação dessa lei capital nos leva a uma grande reflexão sobre os estudos de Thompson que a partir de uma perspectiva histórica e rigor metodológico, apresentou uma importante compreensão da sociedade da Inglaterra da época.

Thompson (1991) caracteriza o contexto social da Inglaterra, considerando a ascendência da gentry Whig, enquanto grandes latifundiárias e responsáveis pela estruturação da lei negra. A “lei negra” foi aprovada para que houvesse a garantia de proteção das matas, floresta e campos reais ou da nobreza, contra “caçadores infratores”

que invadiam a região para caçar e matar animais. Além disso, objetivava também, prevenir o caos social que se instalara em torno das florestas de Windsor e Hampshire, entre outras cidades inglesas. Ao longo da leitura, compreende-se que havia certa luta de classes, entre ricos e pobres e os tais criminosos eram, na verdade, caçadores trabalhadores da terra, que precisavam sobreviver e sustentar suas famílias. A partir da análise dos camponeses, Thompson levanta questões que vão além da história e da percepção de conflitos sociais entre as leis e a sociedade inglesa, que ao longo dos cem anos de existência da lei negra, vai se tornando mais complexa, devido à reação de quem de fato sofria com a aplicação da lei e isso era visto como crime, podendo ser punido com a morte. É importante observar que Thompson parte da análise dos trabalhadores, onde a lei nem sempre servia como proteção da nobreza e isso aumentava cada vez mais, causando revoltas, reações, saques, manifestadas, também, através da caça e pesca ilegais em áreas nobres das florestas, já que antes, viviam disso livremente.

Para combater os rebeldes que não cumpriam a lei, o judiciário inglês trabalhou com o intuito de elaborar um estatuto com leis destinadas aos conhecidos “negros”. Eram assim conhecidos, pois tinham o hábito dos disfarces nas práticas de caça e pesca ilegais, evitando serem reconhecidos. Isso nos leva a entender que os conhecidos “negros”, eram reconhecidos pelas ações e não pela cor dos indivíduos. Assim, qualquer forma de esconder a identidade era motivo de estar sujeito a lei.

Thompson nos leva a entender os diferentes tipos políticos de interesses das classes nobres no contexto social da época. Observamos o avanço da lei negra no imaginário social e nos interesses dos responsáveis por zelar pelas áreas de florestas protegidas, que passavam a ser utilizadas em interesses difusos de alguns poderosos. Dessa forma, quem era dominante, se beneficiava das medidas administrativas e da lei que garantia e servia como base para o uso das áreas protegidas.

Além disso, Thompson nos leva a compreender que a “lei negra” serviu como meio de legitimidade para sustentar o poder de dominação de proprietários de terras, que se valiam dos meios jurídicos para privar-se de qualquer forma de partilha das terras e dos benefícios das florestas e, através do direito, detinham poder de perseguir, prender e matar, utilizando a lei como objeto de poder pessoal.

Como forma de interpretação de Thompson, podemos refletir sobre o papel do direito e da ação do Estado em confrontar qualquer indivíduo camponês que não se adegue ao sistema padrão capitalista (ou o sistema pré-capitalista da época), de uma sociedade burguesa e agrária, que busca reprimir formas de vida não capitalistas. Como

exemplo atual, lembrei da construção da usina de Belo Monte, onde trabalhadores rurais e índios são expulsos de suas terras e são expropriados de suas vidas, culturas, costumes, para dar lugar a grandes negócios. O direito, nesse caso, é usado também para legitimar as práticas de quem tem poder, como o novo código de mineração ou o novo código florestal.

Sale (1999), chama a atenção para a guerra ludista contra a revolução industrial e o desemprego, mostrando as contradições do avanço tecnológico na atualidade. Sua obra recupera as lutas ludistas da Inglaterra a partir da primeira revolução industrial. Mostra quando milhares de mulheres e homens pobres tiveram que lidar com as máquinas, transformando a vida comunitária de tradicionais costumes em uma sociedade da indústria, que passariam a se utilizar do lucro capitalista sobre os outros. Suas terras foram dominadas pelos novos ricos e sem ter o que fazer foram obrigados a migrar para as cidades, trabalhando em condições precárias, com salários insuficientes para o sustento das famílias.

O eixo comum que percorre e sintetiza a abordagem de Sale (1999) e de Thompson (1991) pode ser apresentado como a preocupação em investigar como se deu na cultura do povo Inglês, do século XVIII, a concretização das lutas de reação ao avanço do capitalismo e o desenvolvimento do mercado. Para isso, os autores identificam, a partir de detalhada e rica investigação, práticas e tradições na tentativa de compreender o que Thompson chama de “paradoxo característico daquele século: uma cultura tradicional que é ao mesmo tempo rebelde” (p.17).

Se distanciando da abordagem folclorista, os autores mostram as constantes lutas entre as pressões por reforma dos costumes e a resistência. Tanto Sale (1999), como Thompson (1991) mostram a relação, o marco legal dos movimentos sociais em relação as leis e ao Estado. O uso da lei é uma estratégia de luta, de resistência. Está presente na prática cotidiana. Por exemplo, ocupar a terra que pode ser desapropriada, quando se pensa na lógica da ação, se pensa no marco jurídico. Ou sejam, não se ocupa uma terra onde se sabe que está regularizada.

É importante perceber que a ideia de resistência tem um significado não só de identidade individual, como também é coletiva. Os trabalhadores ameaçados no sudeste do Pará são representações de sofrimento, de exclusão, de luta pela terra. O assassinato de milhares de trabalhadores rurais acontece, mesmo com a mobilização de entidades contra a violência no campo. Essas mobilizações têm repercussão nacional e

internacional, junto à comissão de direitos humanos. As formas de violência são denunciadas e registradas, mas não são impedidas de acontecerem.

Assim, a resistência dos trabalhadores ameaçados de morte em conflitos fundiários não é um fato isolado. As ameaças fazem parte de muitos outros crimes cometidos contra os trabalhadores rurais, lideranças, sindicatos, religiosos e não permanece apenas no estado do Pará, mas abrange vários estados, principalmente as regiões marcadas por disputas pela terra (Martins, 1981).

Nesse sentido, de acordo com Ianni (1978) o estado do Pará é o lugar onde a maioria das decisões judiciais referem-se a questões agrárias e normalmente atuam contra os trabalhadores rurais, se colocando sempre do lado dos grandes latifúndios e fortalecendo cada vez mais os processos de violência e assassinatos no campo.

As mortes são anunciadas com antecedência, tomando dimensões nacionais ou internacionais e a própria vítima tem conhecimento dos fatos. Alguns trabalhadores ameaçados valem mais, outros menos, dependendo do peso simbólico que o nome signifique para os movimentos sociais ou políticos.

Goldhagen (1997) mostra a história do antissemitismo cristão e sua evolução para se tornar uma questão de discriminação racial, mostrando o papel dos sujeitos ao tornarem-se históricos diante de aspectos morais em situações de extremada violência, como viveram os judeus. Todorov (1995), em “Em face do Extremo” mostra isso quando analisa os comportamentos dos sujeitos históricos diante do totalitarismo. Também dialogando com Hannah Arendt, o autor argumenta sobre a “banalidade do mal”, apontando as principais características do totalitarismo na sociedade alemã que deram forma as concepções morais dos indivíduos. Fato esse que impedia os alemães de reagirem negativamente ao holocausto.

Ao refletir sobre a realidade brasileira de hoje, podemos afirmar que vivemos crises em todos os setores da nossa economia, com intolerâncias, fome, misérias e ainda bem grave, vivemos uma guerra “invisível” de disputas pela terra. Arendt (1987, p.7) ao analisar os terrores do século passado, mostra na condição humana que “os tempos sombrios não são novos” e que “não constituem uma raridade na história”. Ou seja, outros horrores acontecem hoje e se tornam fatos históricos sem a sociedade questionar ou impedir que aconteçam.

Tanto Goldhagen (1997), Todorov (1995) como Hannah Arendt (1999) tem em comum o questionamento das determinações estruturais e da escolha racional dos indivíduos. Os sujeitos não são marionetes movidas por condições objetivas as quais

obedecem. São confrontados a mundos dos quais provam a realidade e a justiça em relação a suas maneiras de se engajarem. São sujeitos submetidos a fortes coerções, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E sobretudo dispõem de uma capacidade de julgamento estético, moral ou político em jogo nas ações coletivas.

Desse modo, com as experiências capitalistas hoje, os indivíduos são separados dos papéis, dos estatutos, das opiniões e das convicções que normalmente têm. As lógicas de ação ultrapassam os mercados, os campos ou os setores em que estão geralmente contidos, passando por cima de suas fronteiras. São constantemente deslocados, reconfigurados no bem viver, juntos, se confrontando com atos de resistência, protestos e desobediências e dando vida aos movimentos sociais.

Assim, as relações de poder, que são estabelecidas entre fazendeiros e grandes empresários rurais e trabalhadores camponeses, a maioria sem-terra, possibilitam a criação de identidades e grupos, principalmente quando se refere ao enfrentamento dos conflitos socioambientais que prevalecem na região sudeste do Pará.

É importante perceber os riscos que lideranças dos movimentos sociais da região correm, avaliando suas trajetórias e os valores de cada grupo, buscando com isso uma reflexão sobre a trajetória de cada grupo ou sujeitos sociais no conflito.

O sudeste do Pará sempre foi espaço de manutenção de relações sociais de poder, de disputas, de permanência em que a realidade local adquiriu peso de um arcabouço de fortes relações de poder, que define a região e expressa-se pela presença dos grandes fazendeiros e grandes projetos de mineração. É uma região marcada pela mudança, mas uma mudança que não contribui muito para quem não tem terra.

Além da realidade das disputas de poder no sudeste do Pará, que parecem ser eternas, percebe-se a presença forte e emergente dos movimentos sociais camponeses. O aumento da consciência sobre a exploração a que estão submetidos, entram em ação junto com a Igreja, o sindicato e o próprio Estado. Afirma Barreira (1992: 184), “que é possível concluir que a explicação dos conflitos, a articulação entre camponeses e mediadores, a busca de regras de convívio são questões fundamentais que configuram uma reestruturação das lutas de classes”.

As transformações econômicas dessa região, são manifestadas no processo de expulsão dos trabalhadores das terras, o que configura a expulsão dos locais de moradia e de trabalho. Esse fato é historicamente conhecido em outras regiões do país, mantendo

certa singularidade no sudeste do Pará, por ser uma região rica em minérios e grandes extensões de terras.

Diante disso, configura-se também um espaço de resistência, de manifestações dos movimentos sociais, ampliando os conflitos, tornando-se cada vez mais público e exigindo a presença de novos mediadores. Barreira (1992, p. 185), afirma que:

Os conflitos perdem seu caráter episódico e ilegal passando a ganhar uma dimensão institucional. Nesse sentido, o Estado, via INCRA, passa a ter uma presença permanente. A nova teia de relações abrange a estrutura jurídica, sobretudo através da mediação e da pressão do movimento sindical.

Assim a redemocratização da terra é marcada por conflitos sociais rurais de imposição, de formas de perceber a existência dos direitos sociais e de quem tem acesso a eles. As ameaças a trabalhadores rurais e lideranças, indicam o permanente padrão de conflitos. As disputas pela terra estão marcadas pela disputa em transformar a terra em mercadoria. A compra e venda da terra subjugam e a tendência é dar outros significados aos que nela vivem, sem considerar a presença dos sujeitos sociais enquanto sujeitos de direitos.

A questão de como os trabalhadores rurais utilizam a terra é importante para a análise da luta pela terra e para o debate sobre os modos de inserção dessa classe na sociedade. Musumeci (1988 p.30) afirma que boa parte dos trabalhos sobre o campesinato na Amazônia, refletem que o camponês tem uma concepção não mercantil, não capitalista da propriedade da terra e que sua forma de ocupação, através de direitos subordinados ao trabalho entram em choque não apenas com as normas que regulamentam que regulam o acesso à terra, mas também com as próprias normas do sistema capitalista, cuja expansão no campo depende da implantação e consolidação da propriedade privada e da economia de mercado.

Na forma de ocupação da terra praticada pelos trabalhadores camponeses, segundo alguns autores, reflete a especificidade da produção camponesa que é baseada na agricultura familiar, principalmente para a subsistência e reprodução da família, o que é o oposto da lógica capitalista, no assalariado. Para Musumeci (1988) haveria um modo específico dos posseiros em correspondência com uma racionalidade não capitalista, como o sistema camponês de ocupar a terra, considerando que os pressupostos básicos da penetração do capitalismo no campo têm como base a propriedade privada da terra e a sua transformação em mercadoria e o camponês vê a

terra apenas como sendo um meio de produção, um instrumento para a realização do trabalho da família. Uma característica muito peculiar do trabalhador rural, no modo de ocupar a terra, é que hoje em dia eles disputam o acesso à terra, não tendo sentido nenhum a ocupação da terra como mercadoria, mas sim como dono do seu trabalho. Somente o que resulta de investimento de trabalho na terra é que está sujeito a apropriação privada e pode constituir objeto de transações mercantis.

Se as análises convergem no sentido de destacar o dualismo entre a posse e a propriedade da terra, entre o modo camponês e o sistema capitalista de ocupação da terra, percebe-se também as reações dos trabalhadores rurais quando surge uma ameaça de expropriação.

O acesso à terra serve como investimento de trabalho e está sujeito a apropriação privada, podendo constituir objeto de transações mercantis. As produções ou formas de trabalho, por materializarem o esforço produtivo das unidades familiares, tornam-se passíveis de compra e venda não a terra em si mesma, mas quando se cria a reprodução da unidade econômica do campo. A possibilidade de adquirir um título de propriedade apenas se coloca para o trabalhador rural apenas como uma forma de defesa dos seus direitos no acesso à terra. A disputa pela terra entre os trabalhadores rurais e fazendeiros, entre pobres e ricos, posseiros e grileiros, frequentemente assume posições extremamente violentas e polarizadas, o que sugere um conflito, não só entre grupos sociais, mas entre valores opostos. Musumeci (1988) afirma que no Brasil a apropriação individual de terras devolutas, griladas, ainda continua sendo uma prática comum, mesmo depois da promulgação da lei de terras em 1850. O objetivo da lei de terras não era abolir a posse, mas regulamentar o acesso à terra.

Ao longo dos últimos 60 anos a Amazônia vem sendo transformada, e impactada com os grandes projetos dos governos federal, estaduais e da iniciativa privada (BECKER, 2001). São ações desenvolvidas e realizadas com a lógica capitalista, afetando o modo de vida das populações nativas que não se encontravam estruturadas sob essa lógica (HÉBETTE, 2004). O sudeste do Pará apareceu para esses atores como uma reserva intocada de recursos naturais, inexplorada, território de grande potencial econômico por conta das maiores jazidas de minerais já vistas (ferro, cobre, bauxita, ouro, etc.), dispondo de enorme potencial hídrico e grandes áreas de terras, biodiversidade animal e vegetal abundante, e muita madeira. Não se preocuparam com a população, apenas com a exploração dos trabalhadores camponeses aplicando modernos modelos de negócio que passam pela apropriação da terra e adoção de processos de

produção que exploram grande quantidade de recursos naturais, de forma predatória, e da mão-de-obra, de forma desumana. Esse modelo não leva em consideração a estreita relação que as populações nativas mantêm com o meio ambiente no aproveitamento sustentável dos recursos das florestas e dos rios, a partir do saber dos camponeses e comunidades tradicionais.

A violência é percebida como a base constitutiva do capital na região. A desagregação de comunidades e o deslocamento, além da concentração fundiária e a grilagem de terras públicas, o alagamento de áreas de importante significado para a população da região, a degradação ambiental e a consequente indisponibilidade de recursos para garantir a reprodução social das comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, bem como a ausência da participação da sociedade civil do sudeste do Pará nas decisões que afetam o futuro da região. A violência contra os trabalhadores rurais é caracterizada como muitas formas de intimidação, ameaças de morte, assassinatos e toda prática violenta com os objetivos de espalhar medo, pânico e o terror, como elementos fundamentais de sua estrutura.

No sudeste do Pará, há a modalidade de conflito social que está associada às ameaças de morte de trabalhadores rurais, que migram constantemente de uma terra para outra devido às condições de trabalho: o direito à terra na região. Ao se observar os primeiros registros sobre esse conflito, constata-se que ele reside na defesa, pelos trabalhadores rurais, do direito no acesso à terra como sendo forma de acesso ao trabalho.

As forças que controlam a distribuição de terras na forma de mercadoria valorizada, que deprecia o produto de subsistência dos trabalhadores e que remuneram em proporções cada vez menores os trabalhadores rurais, se comparado ao seu valor real de mercado. Sua renda irregular não permite ao camponês satisfazer as necessidades básicas de alimentação, saúde, segurança, moradia e nem ter forças para novos ciclos de trabalho, enquanto o excedente que nega a força produtiva das classes trabalhadoras com as pressões constantes para o abandono da agricultura, somam-se ao desgaste da saúde do trabalhador. O esforço repetido de gastos de energia com tarefas pesadas da roça, com gastos de calorias e reposição deficiente, sem descanso, em longas distâncias e com o clima quente, terminam por diminuir a força física e a saúde desses trabalhadores.

Ofato é que as ações das políticas influenciam e revelam uma grande disparidade entre o dominante e o dominado, a concentração fundiária e econômica fortalece uma

relação de poder que acentua o privilégio de um pequeno grupo. As transformações ocorridas no território, incentivadas pelas políticas de Estado, promoveram grandes consequências socioambientais.

No sudeste do Pará, os proprietários de terras, se utilizando das formas legais de apropriação, usurparam as leis e submetem a população pobre ao regime da moderna propriedade privada. Os novos burgueses capitalistas transformaram os recursos naturais em mercadorias para a ampliação dos seus interesses econômicos, alterando decretos de expulsão do povo das condições de sobrevivência nas terras comuns, monopolizando os preços dos meios de subsistência e provocando o despovoamento do campo. Os trabalhadores foram forçados a fazerem parte do mercado, trabalhando para poucos e inchando as cidades e manufaturas com famílias procurando emprego. Esse é o sentido do arrendamento da terra.

Segundo Hébette (2004, p.143) os impactos negativos no ecossistema estão: No solo, com cerca de 12.000 ha de área agredida por cavas, compactação e lavra, que depois de removidas as camadas superiores para a realização de procedimentos diversos, são recolocadas sem levar em consideração a diversidade de vida existente, ou seja, tratando tudo como um material “inerte”; na floresta, com o desmatamento que avança de 65 a 100 ha/ano onde as empresas realizam derrubadas com tratores que eliminam espécies variadas e ainda compactam o solo, para depois fazer um reflorestamento “principalmente com eucalipto e testando como se fosse laboratório”; na água, com a lavagem de minérios e a estocagem de dejetos próximo aos rios, lagos e igarapés; na atmosfera, através da secagem de minério, gerando risco de chuva ácida e emissão de poeira dos solos de estocagem. O impacto social é conseqüentemente grande, pois a diversidade de relações e povos existentes na Amazônia não estão isolados. Ainda há de se refletir que a importância da água, da terra, do trabalho para os índios, camponeses e para o capitalista é diferente (HÉBETTE, 2004, p. 152). A situação gerada por essas relações conflitantes e antagônicas de (re) produção de desigualdades contribuem para o início de uma mobilização, no intuito de pressionar o governo em relação aos riscos da expansão capitalista na região.

A situação no sudeste do Pará (HEBETTE, 2004) não se apresenta tão diferente de outras partes da Amazônia. A região teve dentro de seus ciclos econômicos um dos mais importantes que foi o da Castanha, nesse período foram constituídos os grandes latifúndios que mais tarde seriam palco de disputa, devido às desigualdades socioeconômicas que se aprofundavam na região. Essas desigualdades geradas pela

irregular distribuição de terras e de renda acentuaram a organização da maioria expropriada aumentando a tensão social.

Ianni (1979) afirma ainda que a transformação da terra em mercadoria ou de forma mais geral, a transformação da natureza em história, não é um processo pacífico. Para o autor, isso envolve tanto a violência dos homens contra a natureza, como dos homens entre si. O processo de apropriação privada e legitimada das áreas de florestas como acontece no sudeste do Pará, principalmente nos últimos anos, tem aumentado o desenvolvimento de tensões e conflitos na região. Na medida em que se renovam e aprofundam as relações capitalistas de produção, ampliando-se na Amazônia como um todo, tornam-se mais graves as tensões e os conflitos pela madeira, conseqüentemente, aumentam as ameaças de morte contra os trabalhadores e lideranças sociais. As contradições se acirram entre os posseiros, grileiros, fazendeiros, grandes empresários e mineradoras.

Em virtude da questão ambiental ter ganho uma preocupação global devido à necessidade de preservação da natureza e da qualidade de vida de toda humanidade, tornou-se imperativo entender o meio ambiente como um sistema complexo, onde há a necessidade de um constante diálogo com outras áreas do conhecimento (GUIMARÃES, 2010). Pois, a crise ambiental segundo Leff (2003) é a crise do nosso tempo, tendo em vista, que se coloca em cheque o conhecimento do mundo e do pensamento ocidental sobre o risco ecológico, a crise se apresenta a nós como um limite no real que resignifica e reorienta o curso da história. O autor ainda enfatiza que a determinação metafísica produz umaracionalidade científica e instrumental, que produz a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como forma de domínio e controle sobre o mundo. Por conseguinte, deve ser entendida como uma teia, ligada e interligada sistemicamente com outras questões da sociedade, onde neste sentido, é influenciada e também influencia em diversos problemas na atualidade como a miséria, a má distribuição de alimentos, os problemas climáticos entre outros que estão inter-relacionados (MARION, 2013). Tudo em nome de uma concepção de sobrevivência que manipula, separa o homem da terra, expropria, controla e mata.

Para Weber (1987), os fatos e práticas sociais são motivadas por indivíduos, que interagem através de regras jurídicas para o funcionamento da sociedade. As normas impostas à sociedade servem para estabelecer a lei e a ordem social e são reconhecidas como um todo. Weber traz uma boa reflexão sobre o dualismo entre o direito mágico e o racional, entre as práticas tradicionais, formais e religiosas e ambientes concretos,

materiais. Define o direito como um conjugado de normas a serem efetivadas fisicamente ou psicologicamente, ou às vezes através do poder do Estado. No capítulo VII da Sociologia do direito, Weber tem uma grande preocupação com os conceitos jurídicos desde a antiguidade, direito romano, passando pelo código de manú (corão), a história do direito na Idade Média, distinguindo as diferenças entre direito público e privado, direito adquirido por se tratar de direito natural e direito patrimonial, o surgimento das liberdades de contrato, poder de mando e regulamentação entre os detentores e os submetidos ao poder. Weber afirma que o Estado é considerado a única fonte legítima de poder, mas que está vinculado a normas jurídicas e é limitado por direitos subjetivos adquiridos, considerando os regulamentos do Estado que é baseado no direito que deve proteger os indivíduos (enquanto objetos de atuação).

Weber (1987) analisa a história do direito romano e de outras épocas históricas, conceituando as diferenças entre infração, delito e vingança e a natureza das “consequências jurídicas”, sentença e execução das penas. Trata das diferenças entre procedimentos do direito civil e criminal, comparando o sistema romano do sistema Inglês, onde é menos “burocratizado”. Além disso, vai discorrendo sobre contratos e queixas, os contratos na aquisição de terras, a aplicação do direito em casos de castigos, expiação e poderes, formas e regras dos chefes de família religiosa e militar que nada conheciam de poder estabelecido, jurídico, e o surgimento do poder do clã, depois o poder religioso e mais tarde o poder militar. Afirma que o direito tem na autoridade religiosa uma das fontes mágicas do direito penal. Além disso, discorre sobre juramentos, relações familiares, garantia da palavra, e da construção jurídica formalista que nasceu a partir do caráter formalista do ato de comprar. Analisa a história do direito em diversos períodos históricos e culturais para conseguir chegar a uma análise sociológica do direito e das normas institucionais da Europa da sua época, na sociedade moderna, em que as novas demandas da economia capitalista perpassavam as relações sociais do Estado burocrático com elementos culturais, tradicionais e religiosos, principalmente tratando-se da modernização do direito, onde herdou aspectos do direito antepassado. À medida que vai refletindo, Weber vai mostrando elementos de análise do objetivo do direito e sua aplicação nas sociedades.

A questão da propriedade da terra e a situação de quem precisa viver dela, é extremamente grave. Milhares de trabalhadores camponeses tem ou tiveram que sair de sua terra – seja terra própria, arrendada ou ocupada, para dar lugar aos grandes empreendimentos do capital. Apoiadas pelo Estado, o capital vislumbra grandes

negócios estabelecendo uma clara concentração da terra. Martins (1982, p. 54) afirma que a violência do capital se caracteriza através da expropriação como sendo o principal fator no processo de crescimento do capitalismo. É a lógica de reprodução do capital. O capital só pode crescer e se reproduzir às custas do trabalho, pois só o trabalho produz riqueza. Uma lei básica do capitalismo é subjugar o trabalho e conseqüentemente o trabalhador.

CAPITULO II

As lideranças ameaçadas

Proponho-me a analisar, neste capítulo, os processos sociais que configuram a existência dos grupos de lideranças ameaçadas de morte em conflitos fundiários no sudeste do Pará. Tomarei como ponto de partida teórico o conceito de violência no campo, a fim de chegar, ao término da exposição, ao conceito de quem são os trabalhadores rurais ameaçados. Emprego o conceito de violência no campo, no sentido de uma utilização social do sistema capitalista na expropriação dos trabalhadores camponeses. Em consequência, a tarefa da investigação será revelar como os trabalhadores rurais terminam sendo ameaçados de morte nos conflitos fundiários no sudeste do Pará.

Ao mesmo tempo, considerarei o avanço do capital como uma forma de violência que se personifica na expropriação dos trabalhadores rurais no acesso à terra. Nesta afirmação, estou supondo que os processos sociais de personificação do capital se realizam historicamente no movimento da própria dinâmica dos processos de assassinatos coletivos de trabalhadores rurais, como uma forma de resolver conflitos, sem a atuação do Estado na defesa dos direitos dos trabalhadores. Para Marx (1988) os homens assumem os movimentos das mercadorias como se fossem deles mesmos, na medida que existe uma subjetivação da realidade concreta, ou seja, da alienação. Nesse sentido, tentarei explicar como as lideranças dos movimentos sociais ameaçados de morte no campo se inserem no contexto atual do sistema capitalista imposto na região.

A tarefa será difícil na medida em que se descarta, desde logo, a percepção do Estado e se considera somente o ponto de vista dos trabalhadores rurais que lutam pelo acesso à terra e terminam se envolvendo em conflitos com a pistolagem. Descarta-se também a caracterização dos trabalhadores rurais sem-terra como uma classe social. Para Santos (1978) o conceito de classe social pressupõe a apropriação do trabalho que excede e é gerado diretamente por uma classe de produtores, por outra classe de não-produtores, dentro do próprio processo de expropriação da terra.

Para Marx (1988) o modo de produção capitalista pressupõe uma classe de trabalhadores expropriados de seus meios de viver e produzir e uma classe de proprietários do capital, que se apropriam da mais-valia obtida pelos trabalhadores. No

caso do trabalhador rural, a apropriação do excedente diretamente dos produtores não se observa dentro do processo de trabalho, mas é realizada pelo capitalismo, mediante um conjunto de relações que subordinam a vida do trabalhador rural como classe subalterna nas sociedades capitalistas.

A partir das hipóteses apresentadas nesta investigação sobre a existência do trabalhador rural ameaçado de morte conclui-se que é apenas manifestação das consequências da expropriação dos trabalhadores pelo avanço do capital em territórios camponeses. No decorrer da exposição, sempre procurou-se acompanhar ao mesmo tempo a realidade dos trabalhadores ameaçados de morte e o movimento das significações teóricas que explicam todo esse processo que leva ao surgimento dos conflitos pela terra.

A intenção aqui é proceder a uma discussão acerca dos caminhos metodológicos que se fizeram presentes na ocasião da pesquisa empírica. O contato com os trabalhadores rurais ameaçados de morte, fez aparecer os limites, as dificuldades e dilemas práticos da pesquisa. O relato das entrevistas se constituiu uma tentativa de explicitar as intenções e os principais atos de realização da pesquisa. Além disso, é importante destacar que as relações estabelecidas determinaram o destino da pesquisa com fortes influências nas informações colhidas. Nesse sentido, foi estabelecido a observação participante, na tentativa de estabelecer uma interação que me possibilitasse ter um maior número de informações possíveis. Ao mesmo tempo, tentei não me colocar enquanto avaliadora nas entrevistas, mas busquei diminuir ao máximo, as diferenças simbólicas entre entrevistador e entrevistado.

2.0 Entrevistando os ameaçados de morte: uma pesquisa “perigosa”

Para desvendar o mistério das ameaças de morte contra trabalhadores, lideranças de movimentos sociais no sudeste do Pará, foi-se arquitetando e montando o ato de fazer pesquisa. A cada dia, a pesquisa se mostrava mais rica e complexa. Quando se deu o início da pesquisa, não se esperava encontrar outros caminhos mais difíceis e tortuosos, num emaranhado de dimensões gigantescas.

Deparei-me com muitas dificuldades. Alguns pontos apareceram, inicialmente como fortes relações sociais e de desconfiança. A principal das dificuldades, é que meu tema de pesquisa veio com um objeto fortemente marcado por questões de riscos e

questões morais. Mesmo, como afirma Cesar Barreira (1998), tendo consciência de que um dos objetivos centrais da sociologia é compreender o código e a moralidade de outros grupos. Como incluir na análise, códigos que não se sustentam nos valores básicos da sociedade sem deixar cair num relativismo absoluto, em que tudo é explicado e justificado?

Outro fato mais complexo, referia-se a trabalhar com uma pesquisa que está em situação constante de ameaça de conflito no campo social. Para o senso comum e alguns autores da academia, esse é um tema interessante, mas impossível de ser pesquisado, já que não teria como entrevistar pessoas ameaçadas de morte e que participam de programas de proteção do Estado. A solução para meu problema de pesquisa, seria discutir os conflitos pela terra, a partir do ponto de vista capitalista.

César Barreira (1998) ao estudar o nordeste do Brasil, apresenta, entre outras questões, os assassinatos por encomenda, por pistolagem. Os assassinatos fazem parte da história do Brasil, onde esse tipo de violência é uma forma evasiva de manter no anonimato os mandantes dos crimes, de acordo com o pagamento de execução da morte anunciada. De acordo com o autor, comumente são meios utilizados nas disputas pela terra, disputas políticas ou em defesa da honra. Essas práticas sempre vêm acompanhadas de listas de marcados para morrer, como se verificará mais adiante.

Apareceu, então, outra questão: como estudar um objeto classificado como sendo, a princípio, muito perigoso, como resultado de falhas morais e éticas? Para Barreira (1998) se os crimes por vingança são carregados de valores, o crime por encomenda é destituído de valores éticos, sendo mediado, simplesmente, pela “ganância” ou pelo “lucro fácil”. Segundo Guimarães (2010), na prática da pistolagem a violência é instrumental, banal e disciplinar. De acordo com o autor, a violência é instrumental porque não se manifesta de forma espontânea. Ela é pensada e calculada, entre meios e fins objetivos, de forma racional. A violência é banal pois é um instrumento utilizado de forma irrefletida por pistoleiros, mandantes e intermediários, a partir de consequências morais. E é disciplinar pois a morte e a ameaça a pessoas, é uma forma eficaz de espalhar o medo, amansando politicamente quem permanece vivo nas disputas pela propriedade da terra.

Dessa forma, as vítimas ameaçadas de morte, em sua maioria trabalhadores rurais, posseiros, que entram em conflitos diretos com fazendeiros e pistoleiros, são considerados pelo Estado, especialmente pelo sistema penal, como "invasores de terra

alheia". Essa é uma categoria social discriminada e vista com desdém, como estranhos, destabilizadores da ordem posta. Tais conceitos negativos são logicamente naturalizados e por consequência naturalizam também, os assassinatos, sendo eles individuais ou coletivos, como no caso do massacre de Eldorado dos Carajás¹.

Para Barreira (1998), é possível dizer que nas ciências sociais, quando trabalham os excluídos da história e os processos de exclusão, tem-se no horizonte de suas reflexões, a recuperação das identidades abandonadas. Existe uma espécie de identificação entre a pesquisa e os excluídos da história. Quando se assume dar voz aos excluídos, a exemplo dos trabalhadores camponeses, das “minorias sociais”, é possível dar voz a quem sofre ameaças de morte nos conflitos pela terra?

Sabemos que jurar ou ameaçar alguém de morte é crime. Para que o crime esteja configurado, não é necessário que o criminoso leve suas palavras a cabo: basta que ele diga que vai matar. É o que chamamos de crime de ameaça, previsto no artigo 147 do Código Penal brasileiro: “Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa”².

Tinha absoluta clareza de que a natureza da pesquisa elaborada situava a pesquisadora, deixando-a mais atenta, fundamentalmente assumindo uma postura de relativizar as múltiplas verdades: a das instituições da sociedade civil como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a autenticidade jurídica, mas principalmente a verdade dos trabalhadores, lideranças de movimentos sociais, considerando o que seriam as ameaças, os conflitos, e a violência e suas formas, como por exemplo, a derrubada de casas, queima de roçados, fogo nas casas, morte de animais, como formas de intimidação, até atentados como tiroteios na frente das casas, ou diretamente atentados contra quem são os ameaçados e os motivos das ameaças como ocupações de terras, defesa de territórios, conflitos ambientais, ameaças a lideranças, mediadores.

Os trabalhadores rurais ameaçados de morte em conflitos fundiários no sudeste do Pará, se inserem nesse contexto com a concentração da terra e nas lutas dos

¹Em 17 de abril de 1996, 1.500 trabalhadores sem-terra no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, foram brutalmente agredidos e 19 covardemente mortos pela Polícia Militar. Os sem-terra estavam acampados na região e protestavam contra a demora da desapropriação de terras. Lutavam por Reforma Agrária. A ação truculenta comandada pelo coronel da PM Mário Pantoja, e com o consentimento do governo do PSDB, na época do então governador Almir Gabriel, entrou para a história como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Fonte: <http://www.mst.org.br/2015/04/17/carajas-19-anos-de-impunidade.html> acessado em 25/07/2016.

² Fonte: <http://direito.folha.uol.com.br/blog/ameaa> acessado em 25/07/2016.

movimentos sociais. São fortes lideranças que não deixam espaço para a dominação do latifúndio e das grandes empresas rurais. Os trabalhadores rurais e lideranças ameaçados de morte são vistos, por parentes, amigos e movimentos sociais, como pessoas corajosas, militantes, incansáveis na denúncia do assassinato de milhares de trabalhadores vítimas dos conflitos agrários, na denúncia da grilagem de terras, corrupção e conivência do Estado.

A partir desse contexto, Loureiro e Guimarães (2007, p. 228), afirmam que a violência se espalhou, como resultado da falta da presença e atuação do Estado nessa região. A questão jurídica na Amazônia, principalmente, a justiça penal, tem tido enorme dificuldade para lidar com o fenômeno da pistolagem. A violência e a pistolagem são fenômenos complexos e muito pior do que um conflito entre acusados e vítimas. O que está em jogo nos crimes de encomenda no campo são questões socioeconômicas, políticas e a ausência de uma efetiva reforma agrária, que configuram necessariamente aos chamados direitos sociais.

2.1. Área de estudo e área de conflitos no sudeste do Pará

O processo de ocupação do sudeste do Pará de maneira mais efetiva teve início no final do século XIX quando religiosos passaram a desenvolver trabalhos de catequização de índios e pescadores, caboclos e caçadores que percorriam a região em busca das drogas do sertão. Estes últimos eram principalmente nordestinos que vieram em busca de terra para plantar sua roça e criar a sua família. À medida que a terra precisava de descanso depois das queimadas para então ser novamente cultivada, muitas famílias avançavam em novas áreas na divisa do Pará com o Maranhão em busca de terra para o cultivo.

A descoberta do caucho nas matas do Araguaia e Tocantins estimulou a migração de um maior contingente de nordestinos para trabalhar na extração do látex. As terras do caucho rapidamente foram sendo ocupadas por seringueiros envolvidos na produção da borracha. Esses migrantes contribuíram principalmente com grande quantidade de mão-de-obra na extração e transporte da goma elástica. Vale ressaltar que as atividades econômicas do campesinato eram efetivadas cada vez mais nas encostas das matas, perto dos rios. Eram ali que se formavam roças, sítios e fazendas. Comumente o que produziam era próprio para a subsistência das famílias e mesmo para

o comércio local, em troca muitas vezes, de utensílios para manutenção das necessidades básicas (PEREIRA,2004).

Os trabalhadores rurais, migrantes, roçavam, queimavam e plantavam, criavam animais. Os poucos comerciantes que havia na área, tentavam contatos com Belém através dos rios, únicos meios de comunicação com a capital do estado. Vários criadores de gado descobriram, sobretudo na região de Conceição do Araguaia, pastagens naturais: campos e cerrados que possibilitaram a formação de um mercado local em torno desses animais (PEREIRA, 2004).

O período da borracha se iniciou com a extração livre do látex, onde as terras do caucho não tinham donos. Mas a necessidade de dominar o comércio transformou a terra em mercadoria. Com a extração da borracha, as relações econômicas da região mudaram. Aumentou a comercialização de produtos vindos de Belém, como por exemplo, roupas, calçados, sal, ferramentas de trabalho e etc. para o consumo da população local e não só milhares de trabalhadores migrantes foram envolvidos na extração do látex. Muitos índios forneceram mão-de-obra, sobretudo no transporte no meio da mata da goma elástica. Ianni (1978, p. 29) afirma:

Conceição do Araguaia tornou-se um dos importantes centros caucheiros da região amazônica, sobretudo após o encontro nas florestas dos seringueiros do Araguaia com os do Xingu. Era um movimento incessante de tropas chegando de todas as direções, atravessando o rio, parando alguns dias em Conceição antes de afundarem nas matas. Abriam-se casas de negócios, ao longo das ruas traçadas às pressas.

Conceição do Araguaia foi fundada por frei Gil de Vilanova, em 1897, para ser um núcleo de catequização e educação para os índios, mas com a descoberta da borracha, já que a predominância do caucho era muito característico do sul do Pará, a pequena comunidade transformou-se em um importante ponto de encontro entre seringueiros e imigrantes vindos de todas as partes do Brasil e tornou-se uma sociedade razoavelmente diferente, onde a produção e o comércio da borracha passaram a influenciar em todas as relações sociais e econômicas. Os índios que deviam apenas ser catequizados, passaram a fornecer mão-de-obra para extração e produção da borracha. Aos poucos foram surgindo várias identidades diferentes da simplicidade dos caçadores, pescadores, índios, posseiros e dos próprios dominicanos que habitavam a região. Surgiram os seringueiros, comerciantes, pecuaristas, milhares de outros posseiros e

estrangeiros que bem ou mal participaram do desenvolvimento da região. Um novo sentido é dado para a terra. “O extrativismo, a agricultura e pecuária implicavam na ocupação da terra. E a ocupação da terra implicava na apropriação. A apropriação foi à principal regra naquele então. ” (IANNI, 1978, p. 39).

Os trabalhadores da extração da goma elástica sofreram imposições de comerciantes e seringalistas que controlavam a produção e comercialização da borracha e diversas consequências por terem sido obrigados a se submeterem às relações de trabalho baseadas no aviamento: relações em que os trabalhadores são condicionados a trabalhar para pagar dívidas num esquema do qual não conseguiam escapar. Esse sistema de exploração tornou-se o principal articulador nas relações sociais e de trabalho entre seringueiros e seringalistas e mais tarde seria utilizado também na extração da CastanhadoPará.

A subordinação permanente do seringueiro ao seringal se dava pelo fato de que não podiam abandonar o seringal sem antes quitar as dívidas. Eram dívidas que aumentavam absurdamente pela manipulação abusiva dos preços das mercadorias entregues por comerciantes da borracha e do valor que os mesmos estabeleciam. O aviamento, além de dominar as relações entre seringueiros e seringalistas, também se converteu numa cadeia hierarquizada que ligava todos os setores comprometidos na produção e comercialização da borracha, desde firmas e bancos estrangeiros até pequenos seringalistas, sendo que os principais mediadores eram os comerciantes locais. Todos recebiam ou ofereciam crédito antecipado em troca da futura entrega da borracha (PETIT, 2003, p. 55). Ianni (1978, p. 43) argumenta que a exploração do seringueiro se dava da seguinte maneira:

Havia o seringueiro que trabalhava a extração do látex que resultava na borracha; o proprietário de fato, ou de direito, do seringal; o aviador que provia de aviamentos o seringalista para que este provesse a si e ao seringueiro de instrumentos, utensílios, gêneros ou bebidas; a casa aviadora, lá em Belém, e o exportador da borracha. Todos vivendo do trabalho do seringueiro, que estava na base do processo que operava a metamorfose do látex em borracha, da natureza em mercadoria.

A partir da década de 1960, o sudeste do Pará passou por profundas transformações na estrutura da posse da terra, devido à abertura de rodovias federais e estaduais. Os municípios do sudeste do estado tornaram-se importantes portas de

entrada para milhares de migrantes. A produção da borracha no município de Marabá modificou as relações entre os colonos da região que produziam alimentos para o consumo e um pequeno excedente para comercialização. A própria fundação de Marabá - cidade pólo do sudeste do Pará - está apoiada no domínio do capital mercantil, o que facilitou o transporte e venda da borracha e mercadorias ao longo dos rios Tocantins e Itacaiúnas. A vida econômica de Marabá era concentrada no extrativismo como atividade principal e, a agricultura, servia como complemento. É comum na história de Marabá, encontrar registros de violência, inclusive pela posse de terras de cauchais (EMMI, 1999). Segundo Emmi (1999, p. 38), “Naquelas épocas os caucheiros delimitavam a área marcada nos troncos das árvores com as iniciais do patrão. Quando a posse não era respeitada por bem, era respeitada por bala”.

Os maiores conflitos se davam na década de 1960 entre os donos de cauchais e os grandes latifundiários, famílias oligarcas dominantes na região. Período em que Marabá era quase que totalmente isolada do resto do Estado e as lutas não eram pela terra em si, mas pelo domínio das fontes da borracha, pois eram as terras dos cauchais de fundamental importância para os produtores dos lucros dos patrões. Os conflitos ocorriam entre os donos do capital por uma parcela maior de domínio do mercado (EMMI, 1999).

A importância de Marabá provinha de sua posição geográfica e das riquezas de seu território. Afluíram aí numerosas famílias ribeirinhas do Tocantins e do Araguaia, outras do interior do Maranhão, com milhares de seringueiros e caucheiros do Itacaiúnas [...] Marabá não era Conceição. Marabá brotara da ganância louca do dinheiro; logo totalmente alheia a qualquer preocupação religiosa e moral” (AUDRIN, 1947, p. 155, Apud EMMI, 1999).

Não muito mais tarde, com a falência do comércio da borracha na região, ascendeu a produção e comercialização da Castanha-do-Pará. Da mesma forma como aconteceu com a borracha, a castanha também teve seu período de extração livre, no sentido de que não tinha um dono do castanhal. O sistema de extração e venda da castanha seguia os mesmos processos do sistema de aviação e de exportação da borracha: tinha o barracão, o castanheiro, o lavador das castanhas, o tropeiro, o barqueiro, o cantineiro e o encarregado (empreiteiro) e o dono do castanhal que também formavam uma hierarquia, o que no geral, todos dependiam e viviam do trabalho do

castanheiro que se submetia a todos os tipos de exploração no meio da mata (EMMI, 1999, p. 67-73).

No sudeste do Pará se desenvolveu a partir da dominação política por grupos de famílias que se apossaram de grandes extensões de terras, principalmente de castanhais. Emmi (1999) chamou essas famílias de oligarquia latifundiária mercantil já que a riqueza desses grupos estava na monopolização do comércio da castanha, acompanhado pela concentração de terras³. Os donos de castanhais exerceram grande poder político e econômico em termos de estrutura de dominação e subordinação, traduzido de diversas formas no controle do trabalho e no processo de apropriação onde a violência e o clientelismo político sempre estiveram presentes.

Para explicar a necessidade de dominação e a luta pela terra, Emmi (1999) argumenta que nas relações de controle que constituíam as diferenças entre classes, o resultado foi o monopólio dos meios de produção. Foi à base da natureza dos meios de produção dominada por quem tinha mais posses que determinava o tipo de sociedade (escravidão, servidão, capitalismo). Emmi (1999, p. 14) afirma que:

Nas sociedades rurais e nos segmentos rurais de uma sociedade urbanizada, o domínio da terra é naturalmente fundamental. Sua importância varia, entretanto, conforme se trate de uma economia agrícola ou de uma economia extrativista mercantil. Na primeira, a terra é o meio de trabalho essencial, o objeto e ao mesmo tempo o produto do trabalho, no sentido em que se beneficia a terra, ao mesmo tempo em que se tira dela seus frutos. É por isso que se verifica uma tendência generalizada a apropriação da terra em forma de propriedade exclusiva.

Emmi (1999, p. 14) destaca como traço determinante do extrativismo com fins mercantis, “os frutos da própria terra” sobre os quais incide o trabalho e a troca, objetos de apropriação, tornando determinante o capital comercial, porém sob a seguinte condição, que “o controle da terra e dos meios de transporte não lhes fuja: o primeiro a fim de garantir o trabalho de coleta e do beneficiamento (produção); o segundo para permitir a comercialização”. Isso explica porque:

³Emmi (1999) chama de Oligarquia do Tocantins as estruturas de poder característica de um capitalismo atrasado, com fortes traços pré – burgueses em sua forma de dominação. A oligarquia do Tocantins são os grupos de famílias ou empresas que controlam as principais atividades econômicas da área: a coleta e o comércio da castanha. O domínio da economia da castanha exige o controle da terra e é nesse caso que leva a propriedade da terra ao poder político (p. 57-58)

[...] na economia extrativa amazônica o capital comercial teve que se articular com os que tinham o controle da terra e dos meios de transporte por meio do aviamento ou passar a exercer diretamente esse controle, o que não implicava necessariamente a propriedade da terra no sentido estrito. É o controle exclusivo da terra que se constituía na forma de dominação dos trabalhadores, obrigando-os a subordinar-se ao padrão para poder exercer seu trabalho. (EMMI1999, p. 14)

Os conflitos pela posse da terra na região tiveram como causa maior a oposição entre posseiros e grandes proprietários de terras. Nos municípios de Marabá, São João do Araguaia e na área que hoje é o município de Xinguara os grandes fazendeiros eram também donos de castanhais. Segundo Emmi(1999), os castanheiros da época se transformaram em posseiros quando perceberam que a terra, dos polígonos dos Castanhais estava sendo ocupada por aqueles que se diziam proprietários, num sentido contrário ao que era proibido no aforamento.

A região de Marabá tornou-se a maior produtora de castanha do Estado. Os castanhais eram considerados extremamente ricos, principalmente entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, ao sul de Marabá e São João do Araguaia, estendendo-se até Conceição do Araguaia, predominando também nos municípios de Itupiranga, Jacundá e Tucuruí (Velho 1972: 156). Junto com o extrativismo da castanha, as grandes fazendas começaram a crescer. Aos poucos iam se apossando de castanhais e formando grandes latifúndios. As famílias mais poderosas da região trabalhavam com o extrativismo da castanha e também com a pecuária, contribuindo ainda mais para a concentração de terras (EMMI, 1999, p. 60).

As frentes de expansão⁴ que já tinham atingido a região, ao longo dos rios Araguaia e Tocantins a partir daí ganharam uma nova dimensão com a abertura de novas estradas. O município de Conceição do Araguaia saiu do quase anonimato, que antes era quebrado por vias fluviais e aéreas, agora tinha estradas que a ligavam com cidades importantes como Belém, Goiânia, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo com Marabá. Com a construção da Belém-Brasília e com os incentivos fiscais o sul do Pará experimentou os ares da modernidade. O comércio local cresceu e a pecuária se espalhou. Em lugar das florestas ficaram imensas áreas cobertas de capim e estradas que ligavam fazendas de gado. Depois da Belém-Brasília vieram outras estradas, como a

⁴Velho (1978) chama de frentes de expansão áreas propícias a ocupação ou reocupação em territórios antes habitadas por indígenas. São áreas que durante um longo tempo conseguem absorver grandes contingentes populacionais, nesse caso, chamou-se também de frentes pioneiras (p. 13).

Transamazônica (BR-230) ligando o Pará ao Nordeste, a PA-70 (BR 222), a rodovia estadual a PA-150 (Pereira, 2008). As características demográficas mudaram. Chegavam em maior número, trabalhadores rurais de várias partes do Brasil, principalmente do Nordeste e, com o apoio do Estado que tinha objetivos de ocupar e desenvolver a região, esses trabalhadores passaram a ocupar de forma desordenada as terras devolutas. Segundo Ianni (1978, p. 118):

O processo de ocupação de terras devolutas sempre foi fácil, não exigindo nenhuma formalidade antecipada. Bastava (há pouco tempo) embrenhar-se na mata, construir um rancho, limpar um trecho, plantar uma roça e demarcar com uma picada rústica a área de posse. Em seguida deveria ser feita uma solicitação de título de posse, que mais tarde seria confirmada com título definitivo. Um mecanismo simples, mas mesmo assim impossível de ser seguido pelos posseiros, à maioria analfabeta e sem recursos, a não ser os braços e a vontade de trabalhar. Dessa forma a maioria deles, sem nenhuma orientação, deixou de solicitar o registro das terras em seu nome, limitando a fazê-las produzir.

Com a construção da Transamazônica, a partir de 1970, uma nova porta de entrada é aberta para a Amazônia Oriental. Surgiram novas empresas do sul do país e órgãos governamentais. Vale ressaltar que a exploração de ferro na Serra dos Carajás foi ampliada e se iniciou a construção da hidrelétrica de Tucuruí para o fornecimento de energia elétrica para seu consumo. A construção de uma ponte sobre o rio Itacaiúnas começa a sair do papel, ligando Marabá ao bairro do Amapá e ao aeroporto. Assim como a Belém-Brasília causou grande impacto no sul do Pará, no sudeste do estado não foi diferente. Com a construção da Transamazônica, Marabá estava sendo aberta para novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento, para grandes latifundiários e a esperança de grandes oportunidades para milhares de camponeses que chegaram à região. “O negócio pro chegante está complicado. Pobre tem que andar, tem que acompanhar o movimento. Quem já fez já fez, quem não fez, não faz mais” (VELHO, 1972, p. 148-153).

As campanhas de integração regional feitas pelo Estado, em geral promoveram modos de reprodução capitalista que beneficiavam os latifundiários ou empresas, enquanto desconsideravam as necessidades dos pequenos agricultores. O que é possível perceber que as políticas de desenvolvimento pelo Estado na fronteira agrícola são claramente contraditórias em relação aos trabalhadores rurais. Hall (1989) confirma quando afirma que, embora milhares de nordestinos migrantes tenham sido estimulados

a colonizar a floresta tropical úmida com o objetivo, entre outros, de aliviar os conflitos sociais em suas regiões de origem, o apoio oficial necessário para lhes garantir uma existência estável na Amazônia foi negado pelo Estado. Este, por uma grande variedade de razões concentrou seus esforços em apenas garantir o capital de investimento comercial. Segundo este autor, o Estado assumiu a forma de incentivos ao setor de criação de gado e também para empresas industriais e de mineração, como o Programa Carajás, por exemplo.

O Pará é o estado onde mais se tem minérios descobertos: as mais importantes reservas de ferro, alumínio e cobre; tem a segunda maior reserva de manganês do Brasil; além de ter importantes reservas de ouro, estanho, níquel e caulim. Não é por acaso que essa região foi escolhida para serem instalados os chamados grandes projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos na região. O Programa Grande Carajás, inaugurado em 1980, é o maior projeto de desenvolvimento em área florestal do mundo. O projeto tem como objetivo principal extrair, beneficiar minerais e transportá-los por ferrovia até a costa em São Luiz, onde é exportado para outros países, principalmente o Japão. A ferrovia de 892 km que liga Parauapebas a São Luís é também usada para o transporte de passageiros. No sudeste do Pará, o Programa serviu para transformar a paisagem econômica e social, atraindo milhares de trabalhadores em busca de uma chance de melhorar a sua vida, principalmente com a garimpagem. Essa também é uma história de luta, de muito sangue e sofrimento. Uma das maiores batalhas em busca de ouro, a partir da década de 1970, foi entre grandes empresas mineradoras e pequenos garimpeiros, que apenas utilizavam suas pás e picaretas. Mesmo assim foi impressionante o impacto populacional em busca de ouro no garimpo da Serra Pelada. Enquanto empresas modernas utilizavam máquinas de última geração para ter lucro na exploração mineral, milhares de garimpeiros se amontoavam, se submetendo às condições degradantes de trabalho, por meio de técnicas manuais de extração do ouro (PETIT, 2003:97).

Desde a década de 1960 com as políticas de colonização da Amazônia pelo Governo Federal, a região sudeste do Pará passou por um intenso processo de construção e reconstrução da sua estrutura fundiária, devido a sua abrangência, intensidade, violência na luta pela terra e a exploração do trabalhador rural. O desenvolvimento regional implementado pelo governo no contexto da ditadura militar foi a base para a constituição dos conflitos entre trabalhadores rurais, fazendeiros,

comerciantes e grandes empresas, o que se tornou necessário e importante refletir sobre as relações entre o Estado e o grupo dos que lutavam por seus direitos e as relações econômicas ao longo dos processos de desenvolvimento da história da região (HEBÉTTE, 2004)

Vale ressaltar que o processo de concentração de terras no sudeste do Pará foi devido, sobretudo, a instalação de grandes projetos agropecuários com o auxílio dos incentivos fiscais do Governo Federal por meio da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). Eram oferecidos isenção de impostos e dinheiro público para qualquer capitalista que quisesse se estabelecer na região, ao contrário do pequeno agricultor, principalmente migrantes que lutavam para se estabelecer na terra (IANNI, 1978).

Como recompensa, as empresas também tinham seus deveres. Teriam a obrigação de criar certo número de empregos, produzir um determinado número de cabeças de gado, construir obras de infraestrutura que colaborassem com o desenvolvimento da região. Mas é evidente que quase tudo serviu apenas como letra morta, no máximo o que se concretizou foi à ocupação de terras. Sabe-se que a maior parte desse dinheiro empregado na implantação de grandes fazendas foi desviada por empresários do centro-sul do país (HALL, 1989).

2.2. Crimes por encomendas e ameaças.

Se em um primeiro olhar para um conflito entre ameaças de morte pode inspirar uma versão, onde existem lados muito claros em embate, as experiências narradas pelas lideranças ameaçadas revelaram desde o início do trabalho de campo que esse não seria o caso apenas de um contexto de lutas. Através das histórias de vida dos sujeitos pesquisados, aquilo que a princípio parecia um conflito único, com lados bem definidos, aumentou em vários contextos dentro de uma configuração constituída pelas diversas relações entre mineradora, políticos, delegacias, jagunços, pistoleiros, posseiros, fazendeiros, pequenos proprietários, sindicalistas, e assim sucessivamente.

Cada caso é diferente do outro. Não se pode tratar a questão das ameaças de forma homogênea. Existem pessoas ameaçadas de forma personalizada ou não. As vezes a ameaça é contra um trabalhador rural, mas pode ser também contra o Movimento dos Sem-Terra (MST), por exemplo. Nesse caso, atingem-se as lideranças

que tem maior visibilidade, tornando-a vulneráveis a tentativas de assassinato, como forma de intimidação do movimento. Muitas vezes a CPT trabalha com ameaças de grupo. Já foram registrados casos de assassinatos de trabalhadores rurais que não eram lideranças, faziam parte do grupo de determinado conflito, ao mesmo tempo que os pistoleiros ameaçam as lideranças. Se um trabalhador rural encontra um pistoleiro em uma estrada e se está sozinho, termina sendo morto como forma de se passar o recado para o grupo e as lideranças. Portanto, essas são situações que não podem ser consideradas monolíticas, mas de forma mais complexa.

Durante as entrevistas, observou-se o estado de humor das lideranças, isso tem se dado desde as ameaças sofridas por estes. Observou-se que a maioria dos entrevistados demonstraram tristeza ao falarem sobre as ameaças. De acordo com Silva (2008, p.180), as lideranças que sofrem as ameaças, associam a tristeza ao seu envolvimento com a polícia, pois quem se mete com polícia é bandido, ele é honesto e trabalhador. A polícia nessa região tem um histórico de espancamentos, perseguições, torturas, sequestros e morte de trabalhadores rurais. A imagem da polícia é associada aos fazendeiros, grileiros e pistoleiros e resta ao trabalhador rural apenas resistir e temer por suas vidas. É importante dizer que não falamos de todos os policiais, mas de uma parte significativa que faz uso do abuso de autoridade e agressão para seus interesses pessoais. Nesse caso, a desconfiança e o medo fazem com que muitas lideranças não registrem boletim de ocorrência e de modo geral, tenham medo da polícia. Muitas vezes o medo é mais da polícia do que dos agressores. Em outros relatos, observa-se casos em que a polícia se recusa a ouvir as lideranças, se recusando a registrar boletins de ocorrência. Esse fato, fere o direito das lideranças de acessar a justiça, intimidando, desiludindo e os deixando desamparados

Inspirado nos relatos de quatro lideranças ameaçadas de morte por nós selecionados, analisaremos nesse texto alguns aspectos que marcam as histórias de inúmeras outras lideranças de movimentos sociais que são constantemente ameaçados de morte no sudeste do Pará. Gostaríamos de destacar que estas trajetórias resultam tanto das condições da luta pela terra, nas quais as lideranças tomam a frente, quanto pelo avanço do capitalismo na região que por natureza, já é violento. São lideranças que vivem em programas de proteção e, portanto, os nomes utilizados aqui são fictícios.

Os trabalhadores ameaçados, que abordados neste trabalho, fazem parte de um contingente maior de indivíduos que aguardam uma posição do INCRA para resolver os

conflitos pela terra. Eles representam um exemplo claro das contradições e agravamento das desigualdades socioeconômicas e dos discursos de direitos e a real situação de quem vive em baixo de lonas pretas nos acampamentos.

Seu Josimar, do seu Antônio, do seu Francisco e do seu Raimundo vivem há alguns anos em situação de risco, sob ameaças constantes a suas vidas. Suas trajetórias de vida serão apresentadas, procurando ser o mais fiel possível as suas palavras.

Em essência, a proposta de realização desse estudo é extrair das histórias elementos que permitam um melhor entendimento como e sobre o que leva milhares de trabalhadores rurais a enfrentarem as ameaças de morte durante os conflitos pela posse da terra.

2.3. A experiência de viver ameaçado do seu Josimar (53 anos).

“E sou conhecido na cidade como seu Josimar. Se você me procurar pelo meu nome, ninguém vai saber quem é. Em qualquer localidade que eu mexo com os movimentos sociais, eu sou conhecido como Josimar.” Natural do Maranhão, seu Josimar, com 53 anos de idade, estudou até a segunda série do Ensino Fundamental, carrega no corpo e na mente as marcas das tentativas de assassinato que já sofrera ao longo de sua permanência enquanto liderança de um acampamento de sem-terra.

Seu Josimar estudou pela última vez há quarenta anos atrás e para ele, as dificuldades eram muito grandes [...] aí eu sei fazer o nome e mais alguma coisa. Para hoje eu não sei quase nada, né”. Vive junto com a esposa e mais o filho caçula, dos três que tivera em casamento anterior.

Esse trabalhador, Senhor Josimar, teve que mudar com sua família para a cidade em atendimento ao acordo com o INCRA e a ouvidoria agrária nacional para que ficassem fora da terra ocupada. O entrevistado afirma: “o governo nunca honrou seu compromisso e por causa disso levei cinco tiros”. O acordo estipula que o Sr. Josimar não voltaria a se reunir em grupos enquanto estes não estivessem assentados, ou seja, encaminhados para a terra a qual reivindicam. A terra em questão já foi vistoriada e foi constatada que é terra da união, uma terra grilada. Ele associa a responsabilidade do Incra na resolução do conflito “Por causa do INCRA, eu fui baleado e outras pessoas foram mortas”.

O Sr. Josimar trabalha como carpinteiro, mas considera sua profissão sendo a de lavrador, pois toda a vida trabalhou na roça. Além disso, assume cargo de diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e é líder do acampamento, através da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura)

O Sr. Josimar sofreu um atentado onde foi baleado cinco vezes, mas conseguiu sobreviver. O percurso parece longo para quem acompanha a luta do seu Josimar frente a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O gerente da fazenda lhe avisou que iam lhe matar e ele afirma que quando sofreu o primeiro atentado, estava em casa, desarmado. Hoje não está mais “ hoje eu não to desarmado. Se o pistoleiro entra aqui, ele tem dois riscos. Ele pode me matar ou pode morrer. Eu não vou andar desarmado? No dia que a polícia pegar eu devolvo, mas infelizmente tem que ser assim”.

Dentro da minha casa o delegado não poderia ir lá me prender. Eles não têm uma ordem judicial para entrar na minha casa. Uma vez eu estava distribuindo cestas básicas na minha casa e o delegado foi lá procurar saber. Um dos rapazes que estava comigo, disse para ele: o rapaz é liderança dos sem-terra e essas cestas básicas são do movimento social, doadas pelo governo federal e o senhor para entrar aí precisa autorização da justiça. Ele foi embora e nunca mais me procurou (depoimento do seu Josimar).

Estando em estado de tensão e ameaça tempo todo, seu Josimar relata sentir dores de cabeça, perda de apetite, dor nas costas, problemas nos rins e dificuldades para dormir. A maioria das queixas estariam ligadas aos trabalhos no sindicato e as ameaças que recebe.

Para Moreira et al. (2008), quando os sujeitos se encontram diante de situações tensas, que exigem respostas imediatas, ele reage com seu corpo que responde somaticamente. Assim, a realidade sócia cultural das lideranças inibe de certa maneira que ele exteriorize o sofrimento a que é submetido. Portanto, as dores de cabeça podem refletir as dificuldades emocionais das lideranças, de falarem sobre a perda de entes queridos, da saúde, do aumento da pressão alta que se manifesta quando recebe as ameaças, pois estes sujeitos vivem em constante estado de violação de direitos e de tensão emocional.

Além disso, seu Josimar relata que sente que carrega um peso nas costas, por causa dos “compromissos com os movimentos sociais”, visto que as pessoas têm “confiança em mim. O povo não acredita mais nas autoridades”ou “ a cruz é muito pesada por causa da minha família, mas meu compromisso com o movimento é ainda

maior” e ao mesmo tempo “eu assumi uma causa que não posso deixar. Isso seria muita falta de responsabilidade. Eu não posso deixar de lutar”. Seu Josimar se sente comprometido e assume as responsabilidades de liderança, garantido a confiança dos companheiros em suas lutas.

Para Moreira et al. (2008) os companheiros idealizam na figura da liderança, que cuida de todos os membros do grupo. Assim, nas representações psíquicas de cada indivíduo, o líder representa as aspirações do grupo, a identificação com os mesmos propósitos dos companheiros e os incentivos a dedicarem o melhor de seus esforços em torno do bem comum.

O trabalhador mencionado relata que sente dificuldades para dormir e as situações acontecem quando “estou preocupado com a segurança das famílias no acampamento” ou “pensa na possibilidade de ser morto no acampamento” ou que “tenho preocupações, porque nós saímos vivos, mas não sabemos se vamos permanecer vivos com tudo isso acontecendo”.

2.4. A experiência de viver ameaçado do seu Antônio (58 anos):

Sr. Antônio (58 anos), formado em Agronomia pela Universidade Federal do Pará. Trabalha como voluntário na CPT, acompanhando as famílias nas disputas pela terra, nos acampamentos, assentamentos e ocupações, discutindo com as famílias sobre agricultura familiar, a produção tendo como base os princípios agroecológicos e a permanência na terra. Além disso, acompanha as lideranças de um município próximo de Marabá, que são ameaçados de morte em conflitos fundiários, nas lutas por direitos. Afirma que desde 2008 a CPT acompanha mais de perto as lideranças que são ameaçadas de morte.

Seu Antônio também é uma das lideranças ameaçadas de morte, preferiu não falar do seu caso específico para evitar se expor, mas concordou em falar sobre a situação das lideranças ameaçadas no sudeste do Pará, pois acompanha esses casos.

Seu Antônio afirma que as ameaças não são feitas por acaso, existe sempre um motivo. Na maioria das vezes as lideranças são ameaçadas por que estão lutando por direitos, direito à terra, reforma agrária. Para ele, o governo não tem projetos de reforma agrária. O que normalmente se consegue conquistar é a criação de assentamentos, através de muita luta, que passa pelo processo de organização e ocupação da terra e

depois armação de barracas de lona preta, onde as famílias permanecem por cinco, dez, quinze ou vinte anos disputando, em uma “quebra de braço” com o pretense proprietário da terra ocupada. Primeiro a luta começa na Vara Agrária da Justiça, até chegar a uma sentença que seja favorável ou desfavorável as famílias. Quando a sentença é desfavorável, a liminar é de despejo e quando é favorável, a área é passada para o INCRA para tomar as providencias de desapropriação e criação do assentamento. Quando sai da Justiça Agrária e vai para o INCRA, é outra batalha, devido à demora e durante esse processo os fazendeiros contratam pistoleiros ou policiais para manter todo tipo de ameaça as famílias e as lideranças.

Para osr. Antônio, as ameaças aparecem em decorrência da luta pela terra, outras vezes aparecem por que as famílias defendem a questão ambiental, mantendo uma postura contrária às formas de exploração dos proprietários. Elas não querem vender madeira do assentamento e o madeireiro exerce ameaça para extrair a madeira ali existente. Outras vezes, é em função dos grandes projetos de mineração, onde as lideranças são ameaçadas devido o enfrentamento dos grandes projetos de desenvolvimento promovido pelo grande capital, sem considerar a presença das comunidades locais. Tudo isso é motivo de ameaça, mesmo que seja de forma indireta. Quando a ameaça é feita diretamente para as lideranças, é possível ir nas delegacias de polícia e registrar o boletim de ocorrência ou ir na Delegacia Especializada em Conflitos Agrários (DECA).

De acordo com sr. Antônio, muitas vezes o delegado se recusa a autorizar o registro do boletim de ocorrência, quando se sabe que são fatos decorrentes de ameaças de morte a trabalhadores rurais ou qualquer problema que aconteça no acampamento ou assentamento. Existe uma legitimação da injustiça pela própria polícia nas delegacias na medida em que as ameaças exercidas por fazendeiros e latifundiários não são registradas no ato de denúncia das famílias. Seu Antônio afirma que já aconteceu muitas vezes caso em que as famílias ao procurarem uma delegacia para registrar boletim de ocorrência contra pistoleiros ou fazendeiros, tornam-se responsáveis, pois a polícia vai até as áreas de acampamento ou assentamento após a denúncia, para prender os trabalhadores que fizeram a queixa na delegacia, muitas vezes, acompanhados dos pistoleiros acusados. Dessa forma, os trabalhadores rurais que vivem acampados ou assentados, não tem nenhuma segurança. Estão totalmente vulneráveis e por isso, o medo de a qualquer momento serem assassinados.

Sr. Antônio reconhece que o boletim de ocorrência se torna uma arma contra as vítimas devido à tendência de a polícia criminalizar quem faz o registro das ocorrências. Isso já teria acontecido no município de Goianésia do Pará, cidade próxima de Marabá e na região de Tucuruí. Quando a polícia vai ao acampamento ou assentamento, ela vai para prender as lideranças. Dificilmente existe a apuração dos casos de ameaças. Afirma que, no geral, quando as famílias estão acampadas na fazenda de um suposto proprietário, fica evidente que quando surge uma ameaça, ela deve vir do fazendeiro, mas nada é, de fato, investigado.

Para sr. Antônio apenas algumas pessoas participam do programa de proteção à testemunha, outros não participam por diversos motivos ou mesmo pela dificuldade de se ter acesso a esse tipo de programa do governo. A maioria dos entrevistados não participavam de programas de proteção. O significado de participar de um programa de proteção é algo muito sério para os entrevistados, pois ter uma proteção ostensiva ou ter um policial vinte e quatro horas por dia dentro de sua casa, muda a vida das lideranças. Ter sempre uma pessoa estranha vigiando não é fácil para quem é trabalhador rural.

Para sr. Antônio, depende muito do ameaçado querer ter uma proteção com policial em sua casa ou não. Algumas lideranças não estão no programa de proteção porque eles acham que não resolve a situação e preferem estar no meio das famílias acampadas, protegidas pelas mesmas. É melhor do que ficar sob a proteção de policiais, pois essa forma de proteção gera inibição, controle e não garante a proteção dos ameaçados pela polícia. Algumas lideranças ameaçadas são retiradas do meio do conflito, do lar, da família e são levados para um hotel, em outro local, onde permanecem isolados e sozinhos, dependendo apenas de uma visita de um responsável pelo programa, que os procura pela manhã, ao meio dia ou à noite para saber se está tudo bem. O ameaçado permanece longe da área de atuação dela e psicologicamente eles não estão preparados para enfrentar essas situações. É como um peixe fora da água, pois quebra todo o vínculo com a família, os amigos e conhecidos. Um exemplo dado desse tipo de situação foi de uma liderança que acabou pedindo para ir visitar a família e não voltou mais para o domínio do programa de proteção, pois se queixava de estar isolado e se sentindo deprimido.

O entrevistado afirma que quando a CPT solicita que uma liderança seja incluída no programa de proteção, eles solicitam também que o caso seja investigado pela polícia para saberem as origens das ameaças, mas na maioria das vezes não há investigação.

Então, a CPT do sudeste do Pará se preocupa em elaborar relatórios, em casos de suspeita de ameaças, sobre os casos vividos pelas lideranças e encaminha para o programa de proteção do governo federal, em Brasília. Quando a liderança é acompanhada apenas pela CPT e pelo programa que funciona a distância, os responsáveis pelo programa de proteção ligam uma vez por mês para o ameaçado, querendo saber se está tudo bem e se teve mais alguma suspeita de ameaça, depois elaboram relatórios e encaminham para registro. Na capital do Pará, em Belém o programa está desativado, mas atualmente a CPT, através de um projeto para os ameaçados⁵ tenta, junto com outras entidades, como o programa Terra de Direitos, reorganizar um programa estadual de proteção dos ameaçados.

Durante a entrevista sr. Antônio demonstra sentir medo da vingança ou da retaliação e diz “por parte das pessoas que não gostam de mim e da minha atuação”, ou que “a vingança pode aparecer de um jeito que a gente não espera”. Sr. Antônio conhece muito bem a vingança e a retaliação, visto que muitos companheiros de luta já foram mortos pela sua atuação. Para Moreira et al. (2008), essas retaliações são organizadas pelos agressores, como um meio de retirar as lideranças da atuação, de evitar que suas ações tenham efetividade, ou mesmo com uma simples forma de punição. Essas retaliações muitas vezes ultrapassam as figuras das lideranças, atingindo os familiares, amigos e entidades.

Sr. Antônio afirma não ter medo de viajar para longe de casa, não tem medo da multidão e nem teme estar em lugares públicos e relata que “sinto-me protegido durante o dia, no meio do povo. O meu pessoal cuida de mim”. O fato de se sentir seguro estando perto da companheira, dos amigos, demonstra que a maioria deles são solidários entre si quando acolhem uma liderança ameaçado de morte. Afirma que tem medo de lugares isolados pois “penso que estou vulnerável aos pistoleiros e a perseguição” e ainda “penso que pode acontecer alguma coisa comigo, eu não posso avisar. Não gosto de ficar sozinho, me sinto isolado e deprimido”.

2.5. A experiência de viver ameaçado do seu Francisco (62 anos):

Sr. Francisco afirma que a responsabilidade pelas ameaças que sofrem, é do INCRA. As ameaças fazem parte do INCRA, enquanto órgão do governo federal, que

⁵ Projeto pesquisa dos ameaçados de morte elaborado pela CPT em 2015.

atua lentamente para resolver os casos de conflitos pela terra. A lentidão e a morosidade são grandes. Afirma que o INCRA sabe dos casos de desvio de madeira, pois isso é denunciado pelos trabalhadores ameaçados e não fazem nada. Se o INCRA resolvesse o problema dos conflitos pela terra, a ameaça não existiria. “Nós denunciemos e nada acontece”. Não existe solução para a ameaça, se não regularizar a terra. Afirma que não tem medo de ir no assentamento, pois lá tem suas criações, lá tem sua roça e não tem jeito de ficar longe da terra não.

Sr. Francisco, com 62 anos de idade, afirma que estudou até a terceira série do Ensino Fundamental. É natural do Maranhão, junto com a família. Diz que chegou ao Pará com oito anos de idade e depois de adulto voltou a morar no Maranhão, mas teve que retornar ao Pará de novo, fugindo dos pistoleiros. No Maranhão era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e era atuante na luta pela terra, se envolvendo nos conflitos. Chegando ao Pará, afirma que nunca deixou de lutar para conseguir um pedaço de terra. Primeiro trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e depois foi ser liderança do acampamento onde vive e está até hoje. Diz que sua profissão é a de trabalhador rural e sua ocupação atual é cuidar da roça e de suas criações no acampamento e se responsabiliza em ajudar a criar o assentamento. Agora é aposentado e a esposa é professora, mas que trabalha junto com a CPT e na cooperativa dos produtores rurais da região. Vive do salário da aposentadoria e dos complementos da roça e não abre mão de atuar nos movimentos sociais.

Afirma que sofre de graves ameaças de morte e já participava de um programa de proteção do governo e tinha seguranças na porta do apartamento onde vivia, mas confessa ter sido inevitável a sua fuga do programa porque se sentia preso. Os seguranças lhe perguntavam o que estava faltando e ele dizia que queria voltar para a terra. Nesse caso, sr. Francisco vivia da roça e de repente foi retirado do acampamento e colocado em um apartamento, longe da sua cidade, da família e dos amigos e não teve como se acostumar a viver seu novo estilo de vida. Está ciente que exista investigação das ameaças que sofre porque a CPT cobra da Deca e afirma que a responsabilidade das ameaças é do INCRA que enquanto não resolver o conflito pela terra, as ameaças também não terminarão.

Durante a entrevista Sr. Francisco relata que sente que a vida vale a pena e afirma “porque eu sinto orgulho da minha participação, do que fiz. Orgulho de não aceitar dinheiro, carro e terra. Sr. Francisco sente orgulho de atuar como defensor de

direitos humanos e apesar de todas as dificuldades sociais e econômicas por que passa, não se deixa corromper pelo poder. Afirma que “eu fui chamado para uma missão”.

Para Moreira et al. (2008) a manifestação da violência contra o sujeito rompe a sensação de equilíbrio e revela o grau de vulnerabilidade que as lideranças se encontram. A ação da violência faz vir à tona o que está recalcado, o que está intimamente vinculado a dor. A violência é real e não simbolização da realidade, pois esta se revela nua e crua. Nesse contexto, as lideranças revelam seus temores e inseguranças e se manifestam em frases como “de alguém chegar a me dar um tiro” ou “eu tenho medo de morrer matado. Se eu não mudar o estilo de vida, eu não vou viver velhinho. Eu tenho medo da violência”.

Para o Sr. Francisco, representar uma categoria na defesa de direitos pode significar tornar-se alvo principal da violência, já que os assassinatos das lideranças são feitos de forma seletiva, pois o objetivo dos ameaçadores é anular ou eliminar as lideranças que lhes fazem oposição, como forma de dispersar os demais membros do grupo. Demonstra otimismo em relação à vida “a vida é bela” ou “a vida é um dom precioso” e ainda “porque é preciosa por causa da família, dos amigos. A vida é uma graça de Deus, de ajudar as pessoas a transformar o mundo. Eu adoro a minha vida”

2.6. A experiência de viver ameaçado do Sr. Raimundo:

Sr. Raimundo, 42 anos, é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e enfrenta as consequências deixadas pela Vale, com a mineração na cidade onde vive. Ele enquanto presidente do Sindicato, é um líder atuante e apoia os trabalhadores rurais sem-terra e por isso sofre diversas ameaças de fazendeiros, da empresa de mineração e do próprio delegado de polícia da cidade. Afirma que a última ameaça que sofreu foi do delegado que foi em sua casa acusá-lo de estar mandando invadir terra alheia, além de procurarem armas em sua casa e não encontrarem nada. O delegado recomendou a seu Raimundo que tivesse cuidado, se cuidasse e se preparasse para o pior. Seu Raimundo afirma que tem o apoio dos advogados da CPT e tem o apoio da Fetagri para registrar boletim de ocorrência e acompanhar como andam as investigações, apesar de que não sabe dizer se as ameaças contra a sua pessoa estão sendo investigadas, pois só para conseguir registrar o boletim de ocorrência teve que andar durante quatro dias para a delegacia.

Durante a entrevista sr. Raimundo ficou emocionado e afirmou que está extremamente abalado com as ameaças, sem conseguir dormir à noite. Demonstrou desconfiança e medo, querendo saber mais detalhes da pesquisa, pois teve receio desta pesquisaser do fazendeiro. Relata que recentemente várias comunidades de agricultores vêm sendo impactadas pela exploração mineral no sudeste paraense e que esta é uma reflexão demonstrada onde o conflito ambiental envolve diversas variantes sociais e se torna impossível de ser reduzido a questões relacionadas exclusivamente ao meio biofísico. Assim o conflito é ambiental porque envolve a disputa por recursos naturais, sem deixar de considerar os aspectos econômicos, sociais e políticos dos atores envolvidos.

2.7. Reflexões sobre as experiências dos ameaçados:

Optamos por reconstruir os relatos de Josimar, Antônio, Francisco e Raimundo, pois ilustram as histórias de muitos outros, como veremos a seguir. São histórias marcadas pela violência e uma constante busca por um lugar no mundo. Seus relatos refletem uma multiplicidade de vínculos e trajetórias, normalmente confusas, entremeadas de episódios violentos, que aparecem numa sucessão de perdas e conquistas.

Josimar, Antônio, Francisco e Raimundo vivem como quaisquer outros trabalhadores rurais – a vontade de viverem tranquilos nas roças, em suas terras de trabalho. Fazem parte do grande contingente de trabalhadores camponeses que vivem na pobreza no Brasil. De acordo com o caderno de Conflitos (2015) da CPT, quando observamos a dinâmica agrária da sociedade brasileira nos últimos 16 anos (2000 a 2015), podemos verificar o seu caráter altamente contraditório materializado no elevado e crescente número de localidades em conflito por terra, de ocorrências de conflitos e de famílias envolvidas. E, sublinhemos, esses números são superiores a todos os períodos desde que a CPT passou a registrar a violência no campo em 1985. Entre 2000 e 2015 foram registradas 5.782 localidades em conflito envolvendo em média 97.399 famílias ao ano. No mesmo período, 38.280 famílias foram expulsas, 295.935 sofreram tentativas de expulsão, 248.353 foram despejadas, 25.746 foram ameaçadas de despejo, 45.946 tiveram suas casas destruídas, 40.078 suas roças destruídas, além de 595 (encontramos 602 vítimas no período 2000-2015) pessoas assassinadas. Das situações

de conflitos em que foram registradas as categorias sociais envolvidas entre 2000 e 2015, as populações tradicionais representam 46% das localidades, enquanto os sem-terra e os assentados 48%, somados. No subperíodo 2000-2007, os sem-terra e os assentados predominavam, somando 64% das localidades registradas em conflito enquanto as populações tradicionais aparecem em 31%. Já no período subsequente de 2008 a 2015, essas proporções são invertidas, com o registro de 33% das localidades em conflito envolvendo sem-terra e assentados, e as populações tradicionais, em 59% das localidades.

O mesmo pode ser verificado com relação ao número de famílias: as famílias das populações tradicionais contribuía com 28% do total entre 2000 e 2007 e com 56% no período seguinte 2008-2015. Mais da metade das localidades envolvidas em conflitos estavam na Amazônia (51%) e as demais distribuídas em 26% na região Centro-Sul e 23% no Nordeste. É de salientar o aumento da participação da Amazônia no total de localidades em conflito entre os dois períodos considerados, de 44% para 57%, enquanto a região Nordeste via sua proporção no total do país cair ligeiramente de 25% para 22%, e a região Centro-Sul com uma queda mais acentuada, de 31% para 21%.

Para a CPT (2016) a dinâmica histórica e geográfica demonstrada por esses dados indica a necessidade de repensar o significado da questão (da reforma) agrária no Brasil primeiro pelo aumento do número de conflitos, segundo pela distribuição geográfica dos conflitos, onde a Amazônia ganha destaque, e terceiro pela importância que as populações tradicionais/camponesas vêm assumindo entre os diferentes grupos sociais em situação de subalternização, opressão e exploração.

Esses dados (fatos) reafirmam a continuidade histórica da violência que vêm caracterizando a dinâmica agrária brasileira e colocam em xeque o êxito de um padrão de acumulação incessante de capital, que tem como eixo mais dinâmico o latifúndio monocultor voltado para exportação, que apesar de seus recordes de produção de grãos, de madeira e de carne se faz com base na injustiça e violência.

Entretanto, a luta em defesa do direito à terra, ao longo dos últimos anos, promoveu um entendimento da conjuntura socioeconômica de caráter excludente. Hoje já é possível reconhecer que essas lideranças ameaçadas estão nessa situação em decorrência de uma estrutura marcada pela iniquidade.

As lutas dos posseiros e sem-terra conformaram, ainda, um novo grupo social – o assentado - que também traz as marcas do Estado na sua constituição. Afinal, o

assentamento é uma unidade territorial do Estado que faz a Relação de Beneficiários – RBs – e considera cada família assentada como cliente da reforma agrária. Os termos “beneficiários” e “clientes” indicam que os assentados são uma categoria social subordinada pelo Estado e, assim, não se constituem como categoria política propriamente dita, como os sem-terra se constituíram, por exemplo. O assentamento continua sendo lugar de conflitos intensos, que abriga dentro de si uma tensão entre terra e território, em sua grande maioria, é um somatório de propriedades privadas e não um território controlado pelos assentados. E não estamos nos referindo a um fenômeno marginal haja vista questão mais de um milhão de famílias assentadas, no Brasil, ocupando uma área de cerca de 85 milhões de hectares de terra, aproximadamente 10% de todo o território nacional (Caderno de Conflitos, 2015).

As lideranças ameaçadas de morte são escolhidas e marcadas para morrer sistematicamente. Durante as entrevistas, eles relatam os muitos casos de assassinatos dos companheiros de luta, porque eles sabem que os pistoleiros não brincam em serviço e que precisam estar sempre pensando em estratégias de sobrevivência.

Segundo Moreira et al. (2008) para os ameaçados a morte parece estar sempre à espreita na frente de sua casa, no caminho para o trabalho e em vários lugares “penso na possibilidade de uma cilada” (depoimento de Josimar). Como a morte é um fato real, alguns ameaçados revelam “penso na minha família e na possibilidade de meus filhos ficarem órfão” (Depoimento do Sr. Raimundo) ou ainda “tenho medo de morrer e deixar os filhos. Eles dizem para eu ter cuidado. A possibilidade de pensar na própria morte faz vir à tona sentimentos depressivos que se manifestam, às vezes, como uma resposta positiva do ameaçado “A Dorothy morreu aos 71 anos de idade e a gente não pensava que fosse acontecer isso. Eu não vou recuar. Quando o padre Jósimo foi morto, eu deixei muita coisa. Para mim tanto faz anoitecer e não amanhecer” (depoimento de Sr. Antônio).

A irmã religiosa Dorothy Stang simbolicamente deixou vários filhos órfãos, os quais podemos constatar durante as entrevistas. Um desses filhos é o sr. Antônio que afirma que nunca pensou na possibilidade de sua morte, entretanto que nunca pensou que Dorothy, por ser mulher, idosa, religiosa e de grande notoriedade pudesse ser assassinada.

Todos os entrevistados demonstraram ter esperança na busca de realização de um sonho em ter um lugar que os acolha, alcançado através das lutas e conquistas da

reforma agrária. Para Moreira et al. (2008), cujo sangue derramado sobre a terra é semente que faz brotar novas perspectivas, novos sonhos, novas ideias. De fato, as experiências das lideranças ameaçadas são escritas com sangue e em cada capítulo é escrito uma das muitas histórias que corresponde a um ameaçado que derrama seu sangue, suor e lágrima por uma justa causa.

2.8. Quem são os ameaçados de morte?

Muitas pesquisas já foram realizadas sobre a violência que se abate na zona rural do sudeste do Pará, considerando a questão agrária e a vulnerabilidade social em que vivem os trabalhadores rurais e os inúmeros assassinatos no campo. Lançamos mão de alguns autores objetivando estabelecer um diálogo sobre os registros e denúncias de morte em conflitos fundiários. Um dos primeiros diálogos foi com o texto de Moreira et al. (2008) que retrata bem a dinâmica de povoamento existente no Pará, instituída desde a década de 1940, quando a Amazônia era vista como um enorme vazio. Trata ainda do segmento atraído pelos incentivos fiscais e pela possibilidade de ganho rápido. Esse seria um segmento de pessoas vindas, em sua maioria, das regiões sul e sudeste do país, com a ideia de que “fariam o Pará” (p.50).

Observou-se que a mecanização no campo, a monocultura e o agronegócio vem estimulando ainda mais a violência no campo, a devastação ambiental, sendo motivos de assassinato de milhares de trabalhadores do campo. Para Moreira et al. (2008), é desse segmento, inclusive de pessoas que ocuparam as terras paraenses, que são os principais agressores dos trabalhadores rurais e lideranças de movimentos sociais. Os resultados da presente pesquisa nos permitiram constatar que as lideranças dos movimentos sociais ameaçadas de morte no campo saíram de sua cidade natal, principalmente a partir da década de 1970, com a esperança de conseguir um pedaço de terra para viver. No entanto, para os trabalhadores que vieram sem a ajuda de incentivos fiscais, tendo apenas a esperança de uma vida melhor, tem restado apenas a expectativa e a luta diária pela sobrevivência. Apesar disso, a esperança não morre, pois, muitas lideranças veem na consolidação da justiça e humanização da vida o estímulo para continuarem lutando.

Para Moreira et al. (2008) o sistema capitalista atribui aos cidadãos a responsabilidade pelo fracasso ou pelo sucesso na trajetória de ascensão econômica e,

por conseguinte não leva em consideração o ponto de partida e as condições objetivas disponibilizadas e ou presentes nessa trajetória. Essa meritocracia nos faz reportar ao período pós-abolição da escravidão em que os ex-escravos no Brasil, de origem africana, foram tratados como estando em pé de igualdade com os cidadãos brancos. Assim considerados não cabia nenhuma reparação, pois estando como homens e mulheres livres, poderiam estabelecer contrato com o mercado e negociar sua principal mercadoria que é a força de trabalho. As consequências da meritocracia estão estampadas na realidade brasileira, podendo ser verificadas em todas as classes sociais, principalmente as mais vulneráveis, inclusive as lideranças dos movimentos sociais, conforme resultados apresentados a seguir.

Nesta parte procuramos identificar o perfil das lideranças entrevistadas levando em consideração a idade, condições de moradia, salário e renda, participação nos movimentos sociais e tipos de ameaças sofridas. Consideramos os quatro exemplos aqui expostos como uma tendência do perfil presente entre as lideranças ameaçadas.

Para Moreira et. al., (2008, p. 177) sabe-se que a luta pelos direitos humanos no Brasil não se inicia com o advento da Constituição Brasileira de 1988 que recepcionou diversos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trata-se de uma busca antiga que remonta as lutas indígenas e negras contra a colonização e a escravidão. Mais recentemente, durante a ditadura militar, milhares de homens e mulheres que defenderam os direitos humanos sofreram toda sorte de violência. Com a abertura política, já na década de 1980, o país passou por grandes transformações políticas, sociais e econômicas. No entanto, até hoje o Estado não consegue garantir e respeitar a dignidade humana e proteger a vida de quem luta por direitos.

Ao analisarmos as consequências desta forma de violência, bem como os aspectos psicológicos do estado de humor dos trabalhadores ameaçados de morte, serão apresentados, dados comparativos considerando o estudo de Moreira et al. (2008, p. 178).

As perguntas feitas às lideranças ameaçadas foram extremamente mobilizadoras. Muitas vezes, durante as entrevistas, as lideranças se emocionavam e se expressavam com lágrimas. Como afirma Moreira et al (p.178):

[...] percebíamos que aquele momento era o encontro do defensor consigo mesmo, com a sua própria história. Era um efeito catártico, o/a defensor/a rememorava experiências dolorosas, perdas, ameaças,

alegrias há tempos esquecidas, e/ou “recalcadas”. Essas recordações foram revividas de forma intensa, cujos afetos reprimidos eram descarregados no momento da entrevista.

Durante as entrevistas, por algum tempo, da história e da militância e os efeitos das ameaças sobre o psiquismo do sujeito, objetivou-se colaborar para a percepção do estado de humor das lideranças. Não existia a menor pretensão de se fazer psicoterapia (o que me falta competência para isso). Todavia, é impossível ouvir as histórias de vida dos ameaçados sem considerar seu estado psicológico.

Nesse sentido, os aspectos subjetivos como os sentimentos, sintomas psicossomáticos não terminam apenas em leituras de relatos, mas é preciso retomá-los por sua humanidade, encarnados em sujeitos únicos. Cada sujeito aparece com seu nome, sua história de vida e suas lutas. Neste caso, a luta por direitos humanos que tem se desenvolvido em um cenário adverso, onde a ausência ou omissão do Estado os deixam condenados a um permanente estado de alerta para as ameaças de morte (ibid).

As lideranças ameaçadas de morte apresentaram, durante as entrevistas, apresentavam expressões de tristeza, desesperança e esperança ao mesmo tempo, desamparo, irritação, ansiedade, desconfiança e estresse.

Alguns trabalhadores desistem de lutar pela terra porque ficam abalados psicologicamente. Os efeitos das mortes e das ameaças nas lideranças, é destruidor. Por isso, em tese, o programa de proteção tem que ser multiprofissional (tem que ter assistentes sociais, psicólogos, etc.). O fato de você ter sua vida alterada, sabendo que pode morrer a qualquer momento, colocando seus familiares em risco e você ter que lidar com restrições na própria atuação política e profissional é estressante para qualquer um. É claro que as pessoas reagem de formas diferentes, mas no geral, todos permanecem sobre profundo estresse e as lideranças não tem acompanhamento psicológico para resolver isso. (Depoimento de um agente da CPT, 2016).

As lideranças têm como referência as imagens de muitos defensores de direitos humanos como, Irmã Dorothy, Dezinho, Jósimo, Canuto, Chico Mendes, e muitos outros. Podemos chegar à conclusão que, mesmo vivendo uma realidade desfavorável, quanto da busca de efetivas políticas públicas voltadas a defesa dos direitos humanos, esses homens e mulheres optaram pela defesa e promoção desses direitos. As violações deixam traumas ou estigmas inscritos e registrados no psiquismo do sujeito, cujos efeitos podemos constatar nesta pesquisa.

Capítulo III

A mediação dos conflitos e as Políticas de Proteção

Neste capítulo pretendemos relacionar a história das ameaças ao importante papel nas mediações entre os movimentos sociais e os trabalhadores rurais ameaçados de morte. Para isso devemos retornar à história da Amazônia considerando a presença da Igreja progressista e da atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores.

3.0 As listas das ameaças e dos ameaçados.

A CPT chama de “lista dos ameaçados” a lista de pessoas que são ameaçadas de morte em conflitos fundiários. Desde os anos de 1980, existe essa dinâmica de registrar os conflitos pela terra. O papel da CPT tem sido, ao longo dos anos, de registrar, acompanhar e divulgar os conflitos pela terra na região e no Brasil através do caderno de conflitos que contém textos e tabelas que mostram as ameaças de morte. O registro das ameaças de morte é uma das importantes atividades que a CPT tem realizado.

O que a CPT do sudeste do Pará tem feito nos últimos anos é elaborado um diagnóstico, registrando a realidade das ameaças, registrando também com os assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais, as situações de conflitos e o trabalho escravo. Essa pastoral tenta a partir dessas informações, fazer um registro mais local para se trabalhar efetivamente contra as ameaças e os assassinatos por encomenda. Diferente da CPT de outras regiões do Brasil, no sudeste do Pará o registro dos casos

visa ao acompanhamento do processo de proteção dessas lideranças. Nos diagnósticos realizados pela CPT é registrada cada uma das ameaças e atividades realizadas para evitar o seu cumprimento. Não se trata apenas da apuração da denúncia, mas também de acompanhar a resolução do conflito, pois para a CPT o objetivo de combater a ameaça de morte sob uma perspectiva criminal não é suficiente, mas de combater as causas das ameaças, o que está ligado ao conflito pela terra, como consta nos relatórios da CPT. Dentre as causas de conflitos e ameaças estão falta de reforma agrária, a impunidade, entre outras questões.

Para a CPT as diversas ameaças de morte feitas por grandes proprietários de terras, madeireiros e carvoeiros são cumpridas porque a polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário não se empenharam em apurar essas ameaças e não deram a devida proteção aos trabalhadores em situação de risco. Podemos citar a morte de várias lideranças como José Dutra da Costa, o Dezinho, Pedro Laurindo, José Pinheiro Lima, José Claudio Ribeiro da Silva, Maria do Espírito Santo da Silva, onde todos já tinham registrado boletim de ocorrência ao sofrerem ameaças.

De acordo com a CPT (2013), a omissão do Estado teve por exemplo, como consequência a execução em 2011 do casal ambientalista José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, ocorrida numa pequena estrada que dá acesso à reserva extrativista Praia Alta Piranheira, no município de Nova Ipixuna no sudeste do estado. Algumas situações de ameaças mais recentes são priorizadas na lista da CPT, o que significa que a ocorrência em um ano não apareça no ano seguinte, porque não surgem situações de novas ameaças à mesma liderança perseguida. Além disso, respeita-se a decisão da liderança de tornar ou não público as situações de ameaças. Isso acontece devido às repercussões que atingem não somente a vida das vítimas, mas também de toda a família. Por exemplo, em caso de haver na família situação de gestação ou doença, por exemplo, e essas informações tornarem-se públicas, termina por aumentar os riscos para toda a família, em sua saúde e segurança. Quer dizer, os números que aparecem nas listas são bem maiores do que aqueles que normalmente são publicados. Existem muitos casos de lideranças ameaçadas que não entram para a lista de ameaçados. Nos relatórios da CPT, constam os nomes de algumas lideranças e outros ameaçados, como forma de enfatizar que a comunidade é também ameaçada. Assim, qualquer membro dessa comunidade corre risco de vida se estiver andando sozinho em qualquer lugar.

Em 2015 foram encontrados 29 casos de ameaças somente no sudeste do Pará. Esse é o número de trabalhadores rurais que integram a lista dos ameaçados, de acordo com relatório entregue oficialmente pela CPT ao Ministério da Justiça e, no entanto, ainda não obtiveram segurança. O caderno contendo os nomes dos ameaçados de morte e os locais dos conflitos também foi repassado ao governo paraense. A relação, segundo a CPT (2016) é elaborada há mais de 20 anos, mas somente após 2007 é que elas passaram a ser oficialmente recebidos pelo governo federal e estadual.

Por exemplo, as lideranças mortas em 2011, José Cláudio e Maria do Espírito Santo, já eram anunciadas nas listas desde 2001, como aponta a coordenação nacional da CPT. Um agente da CPT de Marabá, município próximo a Nova Ipixuna, assegura que a publicação do caderno da CPT, com uma relação das lideranças ameaçadas de todo o País é entregue oficialmente ao Ministério da Justiça e aos governos de seus respectivos estados.

De acordo com o caderno de conflitos no campo da CPT (2016), a manutenção da aliança do Estado com o agronegócio acarretou o agravamento da violência vivida pelas comunidades camponesas que lutam por direitos e pela permanência em seus territórios. Os registros parciais apontam que o Nordeste foi a região em que houve mais ocorrência de conflitos no campo em 2015, representando 35% dos casos em todo o país. Em seguida, veio a região Norte, com 27% das ocorrências, o Centro-Oeste com 17%, o Sudeste com 15% e, finalmente, o Sul do país com 5,5%.

De acordo com a CPT, o casal executado tinha um filho em comum, que fica órfão aos 15 anos, mas também deixaram outros filhos de casamentos anteriores. A família lamenta a morte do casal e também se sente ameaçada. A irmã de Maria, L. S., pede justiça, mas acha que vai ser difícil continuar a luta do casal ambientalista, já que ela também é ameaçada de morte. Ela acredita que quando a polícia deixar a área, as ameaças poderão voltar e a vida na reserva extrativista poderá ficar cada vez mais perigosa. A família do casal ainda não decidiu se deve permanecer no local.

Desde de 2011 os trabalhadores da reserva extrativista Praia Alta Piranha sofriam com ameaças de morte. Segundo dados da CPT José Martins e Francisco Tadeu da Silva, são colonos da área e trabalhavam com o casal de ambientalistas. Eles tiveram suas casas queimadas por pistoleiros depois de sofrerem ameaças de morte por se recusarem a deixar a reserva.

A região de Nova Ipixuna mantém uma das poucas reservas de castanhais que ainda resta no sudeste paraense. A excitação em derrubar a floresta para exportar principalmente madeiras e transformar o restante em carvão se acentuou com a criação do polo guseiro⁶ na região, que utiliza restos de madeira para abastecer os fornos das usinas de ferro-gusa em Marabá. Na reserva, Maria e José Cláudio, juntamente com seus familiares e os assentados da área, trabalhavam com o extrativismo de andiroba, semente de onde se extrai o óleo, assim como, de castanha-do-pará, cupuaçu e outras frutas nativas da Amazônia. A castanheira é uma árvore frondosa de madeira cobiçada pelas serralherias da região. Galhos e sobras da madeira são utilizados pelos madeireiros para fazer carvão e fornecer às guseiras.

O projeto do assentamento Praia Alta Piranha foi criado em 1997, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, possuindo 22 mil hectares onde residem 500 famílias. Ali, além dos extrativistas residem os ribeirinhos que vivem à margem esquerda do rio Tocantins, em frente ao lago da hidrelétrica de Tucuruí. Desde 1996, os trabalhadores mortos Maria e Zé Cláudio lideravam o movimento para formação da reserva. O casal integrava o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e eram muito envolvidos na luta pela formação de reservas extrativistas na Amazônia, inclusive, mantendo ligações com lideranças dos outros Estados como Amazonas, Acre, Amapá.

Ainda de acordo com o caderno de conflitos no campo da CPT (2016), as ocorrências de conflitos em 2015 continuaram sendo provocadas pelo poder privado, com destaque para fazendeiros, grandes latifundiários, grandes empresas, mineradora, hidrelétricas, portos, dentre outros grandes projetos de infraestrutura. O fato demonstra uma disputa excessivamente desigual por territórios e bens naturais entre o poder privado e as comunidades camponesas. Apesar disso, permanece alarmante a violência praticada pelo próprio Estado Brasileiro, através da força policial, dos investimentos aos grandes projetos desenvolvimentistas, pelas ações do Poder Judiciário e das portarias e decretos que limitam as demarcações e desapropriações. O ano de 2015 deixou outra triste marca na história do campesinato, com os assassinatos no campo se destacando e ganhando repercussão nacional e internacional. Segundo dados parciais da CPT, o número de assassinatos no campo é o maior desde 2004. Foram 49 assassinatos de camponeses, sobretudo de posseiros, sem terras e assentados da Reforma Agrária. A

⁶ São empresas que transformam o minério em ferro-gusa, matéria-prima para a produção de aço utilizando madeira como carvão, nos fornos.

região Nordeste concentra o maior número de ocorrências de conflitos agrários e o Norte do país se destaca por possuir os piores índices de conflitos com vítimas fatais. Dos 49 assassinatos no campo, 19 assassinatos foram registrados no estado do Pará.

A CPT (2016) afirma que exemplos da violência que se estabelece nas disputas pela terra, são casos de assassinato como o que ocorreu no município de Conceição do Araguaia/PA, onde seis pessoas de uma mesma família foram assassinadas a golpes de facão e tiros. O crime foi motivado por disputa por lote de terra, ocasionada pela morosidade dos processos de regularização fundiária. Esta é uma das principais causas do acirramento da violência no campo. Quanto maior é a demora do Incra para solucionar os conflitos fundiários, mais violência e assassinatos acontecem envolvendo vítimas e pessoas inocentes, nas áreas das comunidades tradicionais e de ocupações. Outra vítima fatal em circunstâncias cruéis foi o caso da trabalhadora rural Maria das Dores dos Santos, conhecida como Dora, que vivia na comunidade de Portelinha, município de Iranduba/AM. Ela foi sequestrada de sua casa por cinco homens fortemente armados e executada com 12 tiros de pistola. Dora vinha sendo ameaçada de morte e tinha procurado ajuda na Delegacia de Iranduba, local em que registrou 18 boletins de ocorrência. A trabalhadora também havia feito denúncias na Assembleia Legislativa.

Pelo menos 29 pessoas no sudeste do Estado amanhecem o dia com a real sensação de que podem não ver o dia seguinte. São pessoas marcadas para morrer, de acordo com a lista de ameaçados de morte feita pela CPT, a partir de levantamentos realizados nos municípios paraenses. São lideranças sindicais ou trabalhadores rurais que vivem sob ameaça constante e que passaram a ter mais receio em relação à própria vida. Finalizado em dezembro de 2015 o último levantamento da CPT mostra que a violência no campo ainda é palavra de ordem na região. Diz um agente da CPT (2016).

Diversos trabalhadores rurais e lideranças ameaçadas de morte fazem parte dos acampamentos de famílias sem-terra que reivindicam terras públicas ilegalmente ocupadas por fazendeiros e madeireiros. No sudeste do Pará, são milhões de hectares de terras criminosamente grilados ou ocupados ilegalmente por latifundiários. As respostas que os trabalhadores rurais e suas lideranças têm recebido quando pressionam a liberação dessas áreas para a reforma agrária tem sido as ameaças e mortes por parte dos grileiros e ocupantes ilegais.

A CPT afirma que não são casos isolados. O número de ativistas ameaçados no país aumentou de 125 para 347 entre 2010 e 2011, segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil. Somente em um ano, o número de ativistas ameaçados no país aumentou 177,6%, mostrando uma situação particularmente grave no Estado do Pará. Segundo o Relatório de Investigação 2015 da Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), o Estado representa 40% da superfície total desmatada no Brasil, e tem as taxas mais altas do país, tanto de escravidão como de ameaças a defensores dos direitos humanos. Doze dos 29 assassinatos de ativistas rurais brasileiros em 2015 ocorreram no sudeste paraense.

De acordo com os Cadernos de Conflitos no Campo da CPT (2016), nos últimos 10 anos, 692 pessoas foram ameaçadas de morte no Estado do Pará, a maioria no sul e sudeste do Estado.

Esse número, embora alto, não representa a totalidade das pessoas vítimas desse tipo de violência no campo. Muitos casos não são registrados porque as vítimas se encontram em municípios isolados ou em regiões que não têm a presença da CPT ou de outras entidades de defesa dos direitos humanos que possa fazer o registro das ameaças. (Diz um representante da CPT).

Em São Félix do Xingu, Juvêncio Coelho da Luz tem medo da escuridão e tem uma bala no peito como companheira diária. Membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Félix, é assentado pelo Incra desde 2004. Em 2011 recebeu uma proposta de compra da terra. Juvêncio recusou. Poucos dias depois enquanto roçava o pasto recebeu um tiro de revólver, calibre 32. A bala continua alojada no peito. Juvêncio Coelho da Luz registrou o ocorrido na Delegacia de Polícia de São Felix do Xingu, mas nenhuma providência efetiva foi tomada por parte da polícia. O agricultor mora atualmente na vila do Projeto de Assentamento Sudoeste, sem poder retornar ao próprio lote por medo de ser assassinado. Depois de baleado, vem sendo avisado do risco que corre.

Em Tucuruí, Seu Geraldo é uma das lideranças do grupo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). As ameaças de morte sofridas por ele têm sido especificamente por denúncias feitas contra madeireiros de Tucuruí que extraem e vendem ilegalmente madeira nas ilhas do Lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e nas áreas de terra firme no entorno. Depois das denúncias feitas por Geraldo, madeireiros tiveram madeiras, balsas e equipamentos apreendidos pela Secretaria

Estadual de Meio Ambiente e foram intimados pela Delegacia de Polícia Civil de Tucuruí. A partir daí a vida de Geraldo virou de ponta cabeça, teve a casa incendiada duas vezes e escapou de uma tentativa de homicídio. “Perdi a liberdade. Me sinto inseguro, achando que a qualquer hora posso ser assassinado”. O medo de Geraldo não é, portanto, infundado.

Cerca de 240 famílias ligadas ao MST ocuparam em março de 2009 a fazenda Cedro. A área é objeto de disputa jurídica que envolve o Estado, a família Mutran e o grupo Santa Bárbara, do banqueiro Daniel Dantas, conhecido pela sua esperteza no mundo dos negócios do mercado financeiro e investigação da Polícia Federal.

Outro exemplo da violência que prevalece no sudeste do Pará, próximo do município de Xinguara, é provocado por jagunços travestidos de seguranças da fazenda Cedro, de propriedade do banqueiro Daniel Dantas, que atiraram contra um grupo de trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MST, no Sudeste do Pará, que realizavam um ato político de denúncia da grilagem de terra pública, de desmatamento ilegal, uso intensivo de venenos na área e violência cotidiana contra trabalhadores rurais. O episódio deixou a confirmação de que 16 trabalhadores foram feridos a bala, sendo que, alguns deles estavam em estado grave. Não houve confirmação de mortes.⁷

Através de mediação da Ouvidoria Agrária Nacional, foi proposto um acordo judicial perante a Vara Agrária de Marabá, através do qual os movimentos sociais com apoio do Incra, desocupariam três fazendas (Espírito Santo, Castanhais, Porto Rico) e outras três (Cedro, Itacaiúnas e Fortaleza) seriam desapropriadas para o assentamento das famílias. O grupo Santa Bárbara, que administra as fazendas do banqueiro, concordou com a proposta. Em ato contínuo, os trabalhadores Sem Terra desocuparam as três fazendas.

A formação da Fazenda Cedro e de muitas outras fazendas adquiridas pelo Grupo Santa Bárbara no sudeste do Pará (ao todo, adquiriram mais de 60 fazendas num total de mais de 500 mil hectares) vem de uma trama de ilegalidades históricas envolvendo grilagem, apropriação ilegal de terras públicas, fraude em Títulos de Aforamento, destruição de castanhais, trabalho escravo e prática de muitos outros crimes ambientais.

Somente em 2015, foram 52.507,82 km de área em disputas no estado do Pará, envolvendo cerca de 12.695 famílias, com 77 focos de conflitos pela terra. Foram

⁷Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=qwWNgWhQQuY>. Acessado em 27/07/2016.

assassinadas no estado 19 pessoas em conflitos pela terra e 36 pessoas seguem ameaçadas de morte. História, que até o momento, por falta de coragem política, nem o INCRA nem o ITERPA se propuseram a enfrentar. Terras públicas cobertas de floresta de castanheiras se transformaram em pastagem para criação extensiva do gado.

3.1. A importância dos mediadores dos conflitos e na defesa dos ameaçados.

A Igreja Católica, principalmente através da CPT, procurou atuar junto aos trabalhadores rurais visando garantir a permanência dos mesmos na terra em resistência à expulsão pelo fazendeiro (BECKER, 1990:39) e os atos coercitivos dos proprietários e organismos do Estado. A atuação da Igreja visa, de acordo com seu ponto de vista, a “conquista” da terra e a “quebra do latifúndio”. Isto é, conforme defendia, “dividir a terra para quem nela trabalha”, em contraposição à terra de exploração que objetiva somente o lucro. A sua intervenção nos conflitos é no sentido de legitimar o direito de posse, a terra de trabalho, requerida pelos trabalhadores rurais, conforme assinalado em seu documento Igreja e Problemas da Terra, de 1980. Nesse documento, a Igreja afirmava que a terra de trabalho é aquela possuída por quem nela trabalha, posse explorada de forma familiar, tribal ou comunitária e terra de exploração. Se, por um lado, os trabalhadores rurais buscam a terra como uma forma de sobrevivência, acesso à liberdade, ser dono de seu destino, por outro, as grandes empresas do capital privado buscam-na como meio de ampliar o seu patrimônio e o seu lucro. Dessa forma, contrapunham-se dois direitos distintos à terra: um gerado pelo trabalho e outro gerado pelo dinheiro. E é justamente nessa perspectiva do uso e posse da terra, no interior da Amazônia, que se dá o encontro moral entre os trabalhadores rurais e a Igreja Católica progressista (MARTINS, 1989). Para o trabalhador rural, a terra é fonte de trabalho e sustento de sua família, pois é dela que tira a sua sobrevivência. Expulsá-lo da terra compromete a sobrevivência do trabalhador, porque o priva de seu principal meio de produção: a terra, os produtos de seu trabalho, a moradia, a roça, as criações e o lugar enquanto espaço simbólico.

Segundo Martins (1989), ao privar o camponês de sua terra, expulsando-o sempre de maneira violenta, se o priva do trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa. O fim do período autoritário, de 1964 a 1984, não pôs fim ao cerco e esvaziamento das lutas dos trabalhadores rurais da Amazônia brasileira nem

ampliou as possibilidades políticas deconstruírem e realizarem um modelo alternativo de agricultura. O padrão de propriedade da terra permaneceu inalterado durante toda a Nova República. Sobre essa questão do uso e posse da terra, segundo Martins (1991) confrontam-se em clara oposição dois regimes de propriedade. De um lado, o regime que leva o conflito aos trabalhadores rurais, que é a propriedade capitalista, do outro, a propriedade familiar. Enquanto a primeira, a terra de negócio, explora o trabalho alheio ou serve como especulação que não tem outra finalidade a não ser o lucro, a segunda, é a terra de trabalho, bem comum, feita para todos e não só para alguns. Estes dois regimes de propriedade, para o autor, constituem concepções antagônicas de direito à terra, um direito moral, fundado sobre a procedência do trabalho. O outro, direito racional, é a terra como mercadoria recoberta pelas formas jurídicas. Nesse processo, o legal e o legítimo se confrontam e se opõem. Daí a extensão dos conflitos e a sua gravidade. Ao lutar pela terra o posseiro luta pela sua sobrevivência: a terra é o seu trabalho e o seu espaço construído pelas relações afetivas.

A resolução do conflito e a legalização das terras possibilitavam aos posseiros uma certa tranquilidade: poder continuar trabalhando e vivendo na terra. No período de conflito aberto e de conquista da terra, às vezes, somente os homens permaneciam no local. Ao solucionar o conflito, o posseiro poderia ter livre acesso à área, morar no local com sua família e implementar com segurança as benfeitorias na terra, deixando de existir o caráter provisório de seu estabelecimento. Normalmente, os conflitos mais intensos e duradouros aconteciam nas áreas de ocupações antigas. O posseiro antigo tinha uma relação maior com a sua posse enquanto lugar de trabalho: a roça, a mata, o igarapé, o pomar etc. Enquanto ambiente de moradia, a casa, o terreiro, o quintal, a fonte, bem como as pastagens e os animais. O seu espaço de trabalho e de moradia era um lugar construído na relação com a natureza e camponeses vizinhos.

Assim, a resistência tendia a ser maior não somente em defesa dos bens que os trabalhadores rurais poderiam vir a perder, como, a roça, a casa, o pomar, o chiqueiro, o curral, os animais etc., mas também do lugar constituído pela afetividade, de valor simbólico, onde o trabalhador rural e sua família tinham criado relações afetivas, além do vínculo com a vizinhança. Naquele lugar estava estabelecida a vida familiar e comunitária dos camponeses, o seu futuro e de seus filhos. Normalmente, os trabalhadores rurais haviam estabelecido relações sociais duradouras: os casamentos entre si, as festas, os terços, as novenas, as relações de compadrio, o comércio, o

mutirão, a escola etc. A expulsão da terra significava tirar toda uma vida edificada nas relações pessoais e comunitárias no lugar. Para o posseiro recente, a terra tendia a aparecer mais como uma possibilidade de aquisição de um bem, de trabalho autônomo e lugar de sobrevivência; a resistência inclinava-se a ser menor, pois a relação afetiva com o seu espaço era pequena. O seu tempo no lugar poderia ser de uma ou duas colheitas. Os eminentes conflitos impossibilitavam uma vida mais ou menos tranquila em sua posse, com a esposa e os filhos. Para estes posseiros, a possibilidade de abrir outra posse seria menos dolorosa do que para os posseiros mais antigos, que tinham uma ligação afetiva com seu espaço de trabalho e moradia. Mas a necessidade de sobrevivência e as constantes expulsões colocavam-nos vigilantes e na defensiva.

Segundo dados da CPT, de 1982 a 1992, devido a essa resistência dos trabalhadores rurais em suas terras houve na região Araguaia Paraense um total de 840 ameaças de mortes contra trabalhadores rurais e seus apoiadores: 1.647 trabalhadores rurais foram espancados e feridos; outros 870 foram detidos; 4.352 famílias foram expulsas de suas terras; 884 casas foram queimadas ou destruídas e 28.439 famílias foram ameaçadas de despejos. Por outro lado, na região Araguaia Paraense, sobretudo a partir do final da década de 1970, a Igreja através da CPT passou a promover diversas reuniões e encontros de capacitação e troca de experiências com os posseiros de diversas áreas. A CPT, contudo, também tinha em vista criar oportunidade para que os posseiros discutissem os mecanismos de resistência no enfrentamento aos proprietários rurais e às suas milícias.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tinham forte presença nas diversas áreas de conflitos. As CEBs se originaram no Brasil no início da década de 60. Segundo Skidmore (1988) as CEBs:

São constituídas por células de estudos leigos, cuja criação foi encorajada pela hierarquia eclesiástica a partir dos anos 60. Não tem estrutura definida. O agente pastoral, ou o organizador, é usualmente um padre ou uma freira. As comunidades compõem-se em média de 15-25 pessoas, embora seu número possa chegar a 100-200 na zona rural (p.358).

Nessas comunidades, as reflexões bíblico-religiosas a partir de suas realidades, por meio das celebrações, dos terços, das novenas e das festas, estimulavam os trabalhadores rurais a resistirem em suas terras. As suas participações nas assembleias paroquiais e diocesanas, as chamadas “Assembleias do Povo de Deus”, nos encontros e

nos cursos de cantos religiosos e populares, somadas às atividades específicas da CPT, possibilitavam a estes posseiros perceberem que não estavam totalmente isolados e que a sua situação não era particular, mas comum a muitos outros trabalhadores e isso de certa forma os animavam para a luta, aumentando a resistência. A CPT tornou-se, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), um canal de denúncia e politização dos conflitos e da violência. Para Martins(1999), a ação da CPT, somada à do sindicato, transformou a violência dos latifundiários contra os camponeses numa disputa legal.

O envolvimento dos sindicatos nos conflitos pela posse da terra na região, aconteceu somente a partir de 1985, quando lideranças das CEBs, sob assessoria direta da CPT, ganharam a eleição dos Sindicatos. De 1975 a 1985 o país encontrava-se sob intervenção militar. Para cada área de conflito, uma situação distinta, um conflito distinto com grupos de posseiros não homogêneos (MARTINS, 1984, p. 94; GRZYBOWSKI, 1991, p. 19). Os conflitos pela terra tornaram-se visíveis, dadas a frequência em que se davam e a intensidade que atingiam, chegando, graças ao papel da Igreja Católica e do STR de denúncia e divulgação, aos órgãos do governo e à imprensa.

Os conflitos localizados, heterogêneos e plurais adquiriram dimensões mais abrangentes e politizados em âmbito nacional e internacional. Esta visão pode ser entendida à luz das afirmações de Medeiros & Leite (1998, p. 162) e Rothman (2001, p. 332) quando argumentam que as ações dessas instituições (STR e Igreja) não se esgotam no âmbito local, mas potencializam-se numa rede regional, estadual e nacional, possibilitando que interesses localizados sejam tratados como algo mais amplo. Os conflitos e a violência pela posse da terra nessa região tenderam a se intensificar na medida em que proprietários de terras passaram a resistir às ocupações, por parte dos posseiros, bem como, às desapropriações de seus imóveis pelo governo (BRUNO, 2002). Enquanto para alguns a desapropriação do imóvel surgia como um caso inevitável, pois tinha “perdido o controle” sobre a terra, para outros, a ocupação por posseiros e a desapropriação do imóvel representavam a perda, não só da renda da terra, mas também de posição social, política e de poder (MELO, 1999; BRUNO, 2002).

Para Arendt (1994, p.38) nada “é mais comum do que a combinação de violência e poder, e nada é menos frequente encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema”. Aparecem combinados e só percebemos a clivagem entre eles sob as condições extremas. Ainda segundo esta autora, a violência surge onde o poder está em

risco. A diminuição do poder é sempre um convite à violência. Para Medeiros (1996), a emergência dos trabalhadores rurais, com as suas reivindicações, colocando-se na cena pública como iguais, como portadores de direitos, implica que os proprietários de terra tenham que aceitar outro interlocutor. “Significa ter de reconhecer um, outro”, abrir espaço para a negociação e colocar em risco os privilégios e a capacidade de mando que se assentam sobre a propriedade da terra” (p.133). Daí o caráter dos sangrentos conflitos na região. Talvez esta tenha sido a fase em que a violência atingiu com maior intensidade as lideranças mais expressivas dos trabalhadores rurais. Segundo Medeiros (1996, p. 137), “o aparecimento de lideranças expressivas é um passo no sentido de conquista da palavra, de desobjetificação desse grupo social, de germinação de novas concepções de mundo” e é normalmente sobre elas que a violência recai com maior força e com requintes de crueldade. Tirar a vida de uma liderança dos trabalhadores rurais significa acima de tudo, a destruição de longos anos de preparação, de educação e de produção de novas percepções geradas no interior dos próprios movimentos. Foi talvez ainda nessa fase que a violência expressou seu mais alto refinamento de crueldade e ostentação de corpos de trabalhadores desfigurados, humilhados, com o objetivo de provocar efeito-demonstração com o propósito de “docilizar”, silenciar e punir quem se colocava à frente do poder dos proprietários e empresários rurais numa verdadeira tecnologia de poder que incide sobre os corpos. Uma tecnologia de poder cada vez mais eficaz, insidiosa e impune (SANTOS, 1992).

O sindicalista João Canuto de Oliveira, primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, foi assassinado em 18 de dezembro de 1985, com 14 tiros. Em 22 de abril de 1990, os seus filhos Paulo e José foram sequestrados, assassinados e deixados expostos à beira da estrada. Nove meses depois, Expedito Ribeiro de Souza, o terceiro presidente desse mesmo Sindicato, também foi assassinado quando voltava de uma reunião na sede do sindicato. Jairo Andrade, proprietário das Fazendas Forkilha, Arca e Gaúcha, tesoureiro da UDR, na década de 1980, contou ao O Estado de São Paulo, de 5 de novembro de 1994, p.A27, como assassinou, em 1988, um dos acusados pela morte de seu filho Tarley. (Depoimentos de posseiros *apud* PEREIRA, 1999)⁸.

⁸Segundo depoimento do fazendeiro, “a polícia me ajudou a ficar cara a cara com o assassino dentro do quarto do hospital. Ele tinha levado um tiro no saco e estava em péssima condição, agravada pela diabetes. Mirei o revólver mas achei melhor deixar ele morrer devagarinho”. Contou ainda que o trabalhador acusado pela morte de seu filho tinha sido preso na divisa do Brasil com a Bolívia em “um

Mesmo diante de tudo isso, não quer dizer que a resistência dos trabalhadores rurais não fosse forte e efetiva. Ou seja, não é possível caracterizar os trabalhadores rurais ocupantes de terras no sudeste do Pará como passivos e vítimas de todo o processo, se a luta pela terra nessa região não nasceu como fruto de uma organização coordenada por um movimento, por um partido político ou mesmo pela Igreja e os conflitos locais, fragmentados e múltiplos. Os trabalhadores, embora tenham pouca formação política, uma vez na área tinham uma prática de resistência avançada, com tática de defesa e esquema de segurança, como comunicação interna, roças coletivas ou agrupadas (muito próximas umas das outras), fabricação de armas, munição, trincheiras etc. Como eles mesmos expressaram a tática de enfrentamento do inimigo: “com uma vinte atrás do toco”, para referir à eliminação ou o confisco do gado do fazendeiro, quando este invadia as suas roças⁹. Quando estavam trabalhando ou fazendo uma reunião estrategicamente em lugar de difícil acesso, sempre colocavam pessoas armadas a certa distância em posição de vigília com a função de resguardar o grupo, ou pessoas que ficavam próximas ao caminho de acesso e avisavam quando algo estranho aproximava, soltando um foguete ou fazendo qualquer sinal sonoro codificado como ameaça. Até mesmo um determinado latido de um cão alertava o grupo do perigo externo. Outros recursos simples utilizados também evitavam ações imprevistas, como uma vala ou um tronco de árvore na estrada obstruindo o acesso, trilhas e pontes precárias, caminhos estreitos para evitar a entrada de veículos motorizados. Por outro lado, contavam com um sistema de informação externa. Pessoas de confiança da cidade ou vizinho à área de conflito que lhes informavam que na fazenda havia qualquer movimentação. Algumas instituições, como o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), através de sua revista “Pará Agrário”, procuravam registrar também o número de pistoleiros e policiais mortos em confronto com os posseiros. No entanto, eles estão bem aquém da real situação. Muitos pistoleiros, policiais e fazendeiros foram mortos no confronto com os posseiros. Por exemplo, os

lugar onde só têm pretos” e acrescentou: “trouxeram ele de caminhão, amarrado e amordaçado, dois dias sem comer e sem beber. Eu mandei levar para o mesmo lugar onde ele matou o Tarley. Olhei na cara dele e mandei levantar os paus, em forma de cruz. Amarraram ele. Eu comecei a cortar, dedo por dedo”. Ele chorou, pediu clemência (?) perguntou o pesquisador, que obteve como resposta: “Não. Era um cabra macho. Só disse que se eu não matasse ele, ele ia me matar. Pediu água, mas eu não deixei. Cortei os dez dedos, rasguei o peito dele, e descarreguei os 56 tiros que deram no Tarley” (PEREIRA, 1999).

⁹ Referem à arma de calibre 20 utilizada para caça e oportunamente, durante os conflitos no campo pelos trabalhadores.

pistoleiros Chapéu de Aço, Francisco Sales e Joaquinção (Joaquim Francisco dos Santos) morreram no confronto armado ocorrido no dia 19 de outubro de 1981 com os posseiros que ocupavam a Fazenda Tupã-Ciretã, em Rio Maria. E no confronto armado ocorrido no dia 17 de dezembro de 1984, entre pistoleiros da Fazenda Flor da Mata, município de Xinguara, e os posseiros que ocupavam esta fazenda, cinco pistoleiros foram mortos e seis outros saíram feridos (CPT Nacional, Fichas de conflitos).

Para Pereira (2004) a CPT é talvez a única organização que conseguiu nos últimos vinte anos registrar com maior precisão o número de mortes ocorridas no campo, optando em fazer somente as baixas de importância aos trabalhadores rurais e seus apoiadores. A este respeito, a CPT¹⁰ alegou duas razões: uma porque ela sempre se dirigiu à imprensa e ao Estado, considerando o trabalhador rural como vítima de toda a situação; estes não tinham terra, não tinham dinheiro, não tinham apoio do Estado, de instituições e nem da mídia e eram mal armados; os proprietários e empresários rurais consideravam os trabalhadores rurais muitos bravos e violentos. A CPT passou então em apoio aos trabalhadores, a não divulgar o número de pistoleiros mortos, policiais e fazendeiros, para evitar uma criminalização dos trabalhadores pela polícia. Por outro lado, a CPT não podia levantar informações completas, não interessando tampouco aos fazendeiros divulgar tais dados, porque implicaria em confessarem que cometem crimes por meio de suas milícias. A divulgação da morte de um pistoleiro não significava absolutamente nada para um grande proprietário de terra, pois para este aquele é apenas um prestador de serviço remunerado e indireto. Em terceiro lugar, os proprietários temiam os seus próprios pistoleiros, os quais por qualquer motivo se transformam em ameaça ao contratante. A CPT, no entanto, reconhece que os trabalhadores rurais nunca foram passivos, mas de resistência forte e efetiva. Segundo a CPT, “houve muitas mortes de pistoleiros, morte de fazendeiro e morte de policiais.

Almeida (1993) argumenta que o registro de baixas relativas ao lado oposto dos conflitos, classificando os camponeses como “vítimas” faria disso o móvel absoluto da denúncia, retirando os elementos essenciais da compreensão da lógica dos confrontos entre posseiros e proprietários de terras. Não fazer qualquer menção ou registro de pistoleiros, jagunços, fazendeiros e policiais reforça, ainda de acordo com o autor, uma imagem religiosa caracterizada pela passividade dos trabalhadores rurais, como aqueles que sofrem a ação e que não a exercem. Outra interpretação que este autor menciona é

¹⁰ Entrevista da CPT, concedida em 26 de setembro de 2015, para fins deste trabalho.

aquela na qual “cada um conte os seus mortos ou faça o boletim de suas baixas”. Assim, não só a CPT o faz, mas também os dirigentes sindicais. Para o autor, os dirigentes sindicais acreditam que a inclusão das baixas do lado dos grandes proprietários rurais poderia enfraquecer o efeito de demonstração das estatísticas referentes à tragédia camponesa.

Na Amazônia brasileira, sobretudo na região Araguaia Paraense, o conflito pela posse da terra pode ser entendido como uma luta entre classes sociais, os proprietários e os trabalhadores rurais pela apropriação do mesmo recurso, a terra, à qual é conferido valor diferenciado. Os proprietários e empresários rurais se articularam, a partir de seus interesses, contra os trabalhadores que tinham interesses diferentes dos seus. A força tornou-se um instrumento efetivo tanto de controle, repressão e coerção quanto de reivindicação e de luta. Enquanto para os proprietários e empresários rurais, o conflito era uma reação às ocupações, às desapropriações e como forma de evitar não só a perda da renda da terra, mas de prestígio social e de autoridade. Para os trabalhadores rurais, o conflito significou não apenas manifestações de autodefesa, mas também uma forma de relacionarem com os aparelhos de poder, uma vez que estes agiam por pressão. Os antagonismos os impuseram como interlocutores legítimos diante destes organismos.

Nesse sentido, o conflito pode ser então traduzido como um ato político que encarna a possibilidade de sobrevivência desses trabalhadores na terra. Pode ser, tanto para assegurar o acesso à terra, quanto o domínio de posses mais ou menos consolidadas. Aqui, faz-se pertinente remeter à noção de classe social de Thompson (1987) para quem os homens sentem-se e articulam a identidade de seus interesses contra outros que têm interesses divergentes. Os trabalhadores rurais frente aos proprietários e empresários rurais, com o apoio da Igreja e do STR, identificaram pontos antagônicos e divergentes e se descobriram enquanto classe e começaram a lutar. Afastaram-se, assim, de sua condição de categoria marginalizada, identificaram parceiros solidários às suas lutas e estabeleceram alianças, enfrentando os proprietários e empresários rurais e impuseram o seu reconhecimento junto aos organismos de Estado. Embora nem sempre uma área ocupada, com muito conflito, resulte em vitória para os trabalhadores rurais, de modo geral eles foram beneficiados por essas situações conflituosas, como resultado das lutas e resistência da classe camponesa. O tratamento institucional do governo aos conflitos das diversas áreas ocupadas foi a regularização fundiária, algo que não foi possível obter informações sistematizadas, ou a

desapropriação por meio da criação de Projetos de Assentamentos (PA). No contexto da Nova República, a partir de ações definidas pelo PNRA, em razão dos intensos conflitos, o Governo Federal passou a implementar uma política de aquisição de terras para a reforma agrária na região, muitas das quais foram transformadas em Projetos de Assentamentos posteriormente.

Assim, de forma geral, pode-se afirmar que em razão destas regularizações fundiárias, as ocupações e resistência dos posseiros à expulsão e expropriação da terra, as desapropriações e a criação de Projetos de Assentamentos pelo Governo Federal, ocorreram a partir da experiência de luta na área litigiosa e o apoio das instituições de mediação, além da capacidade desses trabalhadores de se constituírem enquanto atores políticos na região.

3.2. A mediação da CPT nos conflitos pela terra

Os conflitos pela posse da terra fizeram com que a tendência progressista da Igreja Católica que, desde o início da década de 1970 vinha-se constituindo em mediação nos conflitos agrários na Amazônia, criasse em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o propósito de interligar, assessorar e dinamizar as atividades de apoio aos camponeses (POLETTO, 1985; 1997; ROTHMAN, 1993; MARTINS, 1997; 1999). O seu trabalho, realizado diretamente nas comunidades de posseiros, e as constantes denúncias dos conflitos e da violência pela posse da terra na região fortaleceram a resistência destes trabalhadores na terra (FIGUEIRA, 1986, ALMEIDA, 1993 e MARTINS, 1999). Fortaleceram porque as lutas dos trabalhadores rurais não nasceram no bojo de uma organização política de um partido, de uma instituição ou mesmo marcadas por um projeto histórico capaz de unificar os confrontos dispersos e locais. Elas surgiram “espontânea” e defensivamente como resistência à sua expropriação e expulsão de forma violenta por pistoleiros e policiais a serviço de proprietários e empresários rurais. Nasceram como resistência aos violentos despejos, às ameaças, aos assassinatos e aos incêndios e destruição de suas casas, depósitos de cereais e plantações. Na maioria dos casos, esses trabalhadores rurais foram colocados diante da falta de alternativas. Ou eles resistiam ou seriam expulsos com as suas famílias da terra (MARTINS, 1984).

A CPT é formada por uma equipe de padres, bispos, pastores, freiras, leigos e trabalhadores rurais (Igreja Católica e pela presença da Igreja evangélica Luterana) tem seu Secretariado Nacional em Goiânia (CPT Nacional) e está organizado em 20 regionais distribuídas em “grandes regiões” (Norte, Noroeste, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Sudeste) de maneira muito próxima à divisão geográfica do país. A “grande região norte” abrange, por exemplo, o Pará, o Amapá, o Maranhão e o Araguaia-Tocantins (norte do Mato Grosso e Tocantins).

Dentro de um grupo regional pode haver várias equipes. O regional Pará, por exemplo, é composto por sete equipes (Xinguara, Guajarina, Altamira, Santarém, Xingu, Tucuruí e Marabá). Cada equipe está normalmente organizada por “frentes de trabalhos”. A equipe de Xinguara, por exemplo, está organizada pelas “frentes de trabalho”: Produção, Comercialização e Ecologia; Assessoria Jurídica e Direitos Humanos; Assessoria às Organizações dos Trabalhadores (as) Rurais e Assessoria às Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Os limites geográficos de uma equipe da CPT transcendem os marcos divisórios dos municípios, das paróquias, e, às vezes, de Dioceses, conformando, no caso do Norte, muito mais com as zonas críticas de conflitos agrários, pois estes não se restringem a um município, a uma mesorregião ou mesmo a um Estado da federação.

Assim, não nasceu politizado nenhum dos conflitos gerados, tanto pela expulsão de posseiros que viviam em terras devolutas sem documentação legal de propriedade, pelas grandes empresas do capital privado, quanto pelo processo de ocupações por posseiros expulsos e migrantes de algumas áreas da região. Eram distintos, localizados e plurais com grupos de posseiros heterogêneos (MARTINS, 1984; GRZYBOWSKI, 1991).

De acordo com a CPT (2016) a região sudeste do Pará ficou conhecida nacional e internacionalmente como uma das regiões mais conflituosas do Brasil, tão noticiada pela imprensa e citada na literatura sobre a problemática da terra, dada a capacidade desses trabalhadores de mobilizar apoios de sindicatos, de partidos e, principalmente, de um certo setor da Igreja Católica atento e vigilante. Houve também identificação entre esses dois atores quanto à visão ética da terra e sua avaliação a respeito do poder e do capital. Para Martins (1989), a posição da Igreja quanto à questão fundiária não partiu do problema da propriedade, mas de questões éticas, sociais, políticas e pastorais; passa pelo problema da propriedade para terminar na dimensão do ético, do social, do político

e da pastoral. É na questão da concepção do humano, da pessoa, que reside a chave, segundo Martins, para decifrar a concepção da propriedade que orienta a Pastoral da Terra. Na visão da Igreja, segundo este autor, a propriedade privada impede o desenvolvimento do homem. Ela brutaliza, marginaliza e empobrece o ser humano, desumaniza a pessoa, é justamente nesta questão que transparece a negação da pessoa humana.

Nesse sentido, a questão agrária não é apenas uma questão econômica, mas também moral. E é justamente por ser uma questão moral que irá se transformar numa questão política, levando ao confronto entre Igreja e Estado, ou seja, uma posição definida da Igreja em favor dos trabalhadores em luta pela terra e vítimas da violência do poder econômico com a cumplicidade do Estado, a partir do início da década de 1970. Enquanto a CPT se aproxima do trabalhador rural, que tem a terra como trabalho, condição direta de sua sobrevivência, entra em conflito com o Estado e o capital. Segundo ainda Martins (1989), expulsar o camponês de sua terra, que quase sempre foi de maneira violenta, compromete a sua sobrevivência, porque o priva não só de seu trabalho, mas de seu meio e instrumento de dignidade e da condição humana. É nesse plano que se dá o encontro moral dessa tendência na Igreja e o trabalhador rural.

A concepção de pessoa está na doutrina social da Igreja e tem a adesão dos camponeses. Para Almeida (1993), na Amazônia brasileira, após o golpe militar de 1964, as organizações políticas e sindicais foram reprimidas e desorganizadas, enquanto as Igrejas Católicas, não obstante algumas perdas e defecções, mantêm quase que intocada a sua estrutura de atuação no campo. Assim, a mediação externa que contribuía para quebrar a dominação local e auxiliava os movimentos camponeses a se contraporem aos atos coercitivos dos aparelhos do Estado e dos proprietários de terra, ora exercidos por estas organizações, passou a ser efetivada pela Igreja. Segundo este autor, os conflitos agrários na região “impuseram a necessidade de intermediações” e a Igreja Católica que vinha desenvolvendo a sua pastoral junto às comunidades de posseiros acabou suprindo a lacuna deixada pela não atuação e até à não-existência dessas organizações no campo.

A atuação das instituições religiosas desenvolveu-se a partir do que estava à margem da cena política e sem possibilidades imediatas de representação. É por esta brecha que se insinua a ação mediadora, quando as reivindicações dos trabalhadores, quaisquer que fossem não eram facilmente assimiladas por aparelhos de poder que se

impuseram tão só pela repressão e que tinham sua legitimidade contestada (ALMEIDA, 1993, p. 42).

Para Almeida (1993), em face da emergência dos conflitos agrários e do seu agravamento, o Estado não encontrava interlocutores na região. O acirramento da violência, a ineficácia da coerção e a multiplicação dos antagonismos entre trabalhadores e proprietários rurais impuseram a necessidade de intermediações. Aqui também a Igreja acaba suprindo a lacuna, significando, de certa forma, a institucionalização dos conflitos agrários que não eram, até então, reconhecidos como tais pelos aparelhos de poder (ALMEIDA, 1993). Mas na região do sudeste do Pará, a Igreja surgiu muito mais como um problema para o Estado e não como um interlocutor entre este e os posseiros. O seu credenciamento junto às comunidades de posseiros desencadeou, durante as décadas de 1970 e 1980, um acirrado confronto com o Estado em torno da problemática da posse da terra.

O Estado não aceitava o trabalho político da Igreja no campo, julgando-a subversiva e incitadora da luta de classe. De acordo com Martins (1986), para o Estado o problema não estaria na existência dos conflitos pela posse da terra na Amazônia brasileira, mas na sua manipulação por “subversivos”, pessoas “estranhas” à realidade do campo. Então, é possível entender por que o governo prendeu e torturou padres e freiras e, por várias vezes, implementou na região operações cívico-assistenciais, denominadas ACISO (Ação Cívico Social), que com comboios de carros, máquinas e helicóptero, se põe a construir estradas, a oferecer consultas médicas e distribuir remédios. A mediação da Igreja Católica “insinuaria em circunstâncias históricas que, objetivamente a favoreceu seja do prisma dos aparelhos de poder ou dos camponeses, seja mesmo em razão das necessidades intrínsecas à própria ação religiosa” (ALMEIDA, 1993, p. 46). A prática política da Igreja deu-se em virtude de fatores de ordem social, política e interna à mesma. Ela não é uma ilha. O seu corporativismo foi se mantendo, se modificando ou redefinindo pela mediação de processos da sociedade da qual ela faz parte. O trabalho pastoral da Igreja foi, dessa forma, se impondo junto aos trabalhadores rurais de regiões de tensão social da Amazônia, na medida em que se confrontava com os aparelhos de poder e aos detentores do capital. Essa era a condição necessária para se manter como “confiável” aos olhos dos trabalhadores rurais.

Para Pereira (2004), os agentes de pastorais, padres, freiras, bispos estavam desenvolvendo os chamados “trabalhos de base” junto às famílias camponesas, como

educação sindical, saúde popular, legislação, reuniões, cursos, assembleias, missas, celebrações e outros serviços políticopedagógico: como melhor se organizarem em suas comunidades e exigir os seus direitos, partindo sempre da visão de que era possível que os trabalhadores se conscientizassem e se organizassem e a partir de seus próprios problemas e dificuldades, buscassem alternativas para superar a situação de opressão e exclusão em que estavam vivendo.

Pereira (2004) relata que os membros da Igreja Católica progressista passaram a incorporar objetos e modos da “cultura camponesa”, que simbolizavam a “íntima ligação” com os camponeses, por exemplo bancos e mesas toscas, pilão de socar arroz, tipiti, paneiro, chapéus de palha, sandálias, mesmo que fossem para enfeites de suas casas e capelas, e certas palavras e expressões e outros, alçados à condição de vestes litúrgicas etc.; além de politizarem os rituais como criando a “missa da terra”, “romaria da terra”, as “caminhadas” e as “santas missões populares”, em que as leituras bíblicas, os cânticos, o “credo”, o “glória”, o “ofertório” e outros momentos nas liturgias fizessem referência à cultura e à luta dos trabalhadores rurais. Canções e poesias destes passaram também a serem incorporadas às celebrações, missas, reuniões e assembleias da Igreja, sobretudo nas comunidades de camponeses.

Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Espaço este onde se sacralizava a luta e materializava-se o sagrado. Em algumas regiões da Amazônia, a partir da década de 1980, nas ordenações sacerdotais, recitava-se a chamada “ladainha dos mártires da terra”. Os instrumentos de trabalho e os frutos da terra (colheitas dos camponeses) faziam parte do ritual litúrgico (Ibd). Nesse período, também os espaços da Igreja (salões paroquiais, capelas, casas paroquiais, barracões) foram utilizados para reuniões, cursos e treinamento sindical, numa reapropriação e redefinição dos espaços sagrados. Os seus veículos contribuía para o deslocamento de trabalhadores das áreas em litígios para acompanhar o desdobramento jurídico em questão nas cidades (ALMEIDA, 1993).

Segundo Martins (1989), sempre existiu no campo um acordo tácito entre a Igreja e o “povo”, onde um se apropria da fala e da força do outro. “De ambos os lados, da Igreja e do povo” existe a tentativa recíproca de apropriação da fala do outro e da força do outro” (p.59). Assim, ao mesmo tempo em que os representantes da CPT eram influenciados pelos trabalhadores, incorporando os modos da “cultura camponesa” para

dessa forma se aproximar de suas maneiras de viver, compreender e denunciar, a partir de um serviço pastoral “engajado” a marginalização dos trabalhadores rurais influenciava, conforme Medeiros & Esterci (1994), nas organizações dos trabalhadores rurais, conformando a maneira de expressarem e serem reconhecidos.

O exercício da mediação pode ser aqui compreendido a partir do conjunto de ideias, valores e modos transmitidos, como formas de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades dos trabalhadores rurais. De modo geral, os trabalhadores rurais tiveram um papel fundamental na “conversão” da Igreja à sua causa, a começar de suas regiões. Assim escreve Almeida (1993): “A estrutura hierárquica começa a ser pressionada de baixo para cima, das paróquias que compõem as prelazias e dioceses para os centros de decisão, do localizado para o mais abrangente e superior circuito de poder eclesiástico” (p.58). E quanto mais ela passava a ter conhecimentos localizados e detalhados da problemática em que estavam envolvidos os trabalhadores rurais, coagidos, ameaçados e expulsos de suas terras, mais ela era questionada e “convertida” por estes trabalhadores. Esse esforço acirrava o confronto com o poder local, com as empresas privadas e com o Estado, ou seja, à medida que a Igreja se credenciava como mediação “confiável” aos olhos dos trabalhadores que viam o Estado e as empresas privadas com desconfiança e apreensão, confrontava-se com uma poderosa coalizão de interesses que tanto abrangia os detentores do poder local, quanto das empresas privadas de origem do Centro e Sul do País que se estabeleceram na região.

A mediação da Igreja por meio da CPT efetivou-se não no sentido de negociação, mas como canal de expressão, direção e significado mais amplo da luta dos posseiros na região (MARTINS, 1993 p.103). Os conflitos que até então eram localizados passaram a ter dimensões políticas mais amplas. Segundo Medeiros & Esterci (1994), a mediação de instituições, como a Igreja e o STR permite que questões de âmbito local sejam tratadas como algo mais amplo, envolvendo interesses globais. Assim, mesmo não sendo uma organização política, a CPT, nas áreas de tensões sociais, localizava politicamente aquele acontecimento, aquele conflito, seja em relação aos aparelhos de Estado, sobretudo àqueles responsáveis pelas questões agrárias, seja no que se refere à sociedade como um todo, por meio da imprensa e por intermédio de seus próprios canais, como: cartas, panfletos, boletins, assembleias, conferências, missas, romarias, novenas, círculos bíblicos e outros. Assim, o papel dos mediadores propiciou

maior visibilidade aos conflitos e à luta dos posseiros da região. Por este motivo é mais fácil entender o porquê, em determinado momento da história, do envolvimento de organismos e representantes do Estado nos conflitos pela posse da terra na região. A CPT e alguns párocos passaram, cada vez mais, a registrar e relatar de forma mais detalhada os conflitos e a violência pela posse da terra. Assessorias especializadas de advogados, agrônomos, técnicos agrícolas e cientistas sociais foram acionadas, além das práticas localizadas e do acervo documental, rivalizando, muitas vezes, com “especialistas” dos órgãos públicos. Registros dos conflitos eram elaborados, sobretudo sob a lógica da denúncia, contendo fichas, tabelas e relatórios com os nomes dos imóveis, proprietários, datas, nomes de trabalhadores assassinados, executores, mandantes e número de famílias envolvidas. O aparato de “especialistas”, visava também desenvolver um trabalho eficiente nas comunidades de posseiros, com objetivo de qualificá-los a reivindicar os seus direitos à terra e ao trabalho.

Segundo Almeida (1993), objetivava-se com a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), assegurar condições mínimas à implantação de projetos vinculados ao Programa Grande Carajás e neutralizar a luta dos trabalhadores rurais e dos povos indígenas da região. Por esta razão, esse órgão criou, nesse período, um Cadastro das Áreas Problemas em suas várias unidades executivas. Para Martins (1984), a criação do GETAT fazia parte da estratégia do governo da ditadura militar de “militarização da questão agrária”, para desmobilizar e desmoralizar a atuação da Igreja no campo e proteger os interesses dos grandes proprietários e das grandes empresas. Este órgão não só distribuiu títulos de terras, a maioria, aos grandes proprietários (HALL, 1991, p. 148).

A partir dos confrontos entre os aparelhos de poder e a Igreja, a consciência da generalização dos conflitos foi se consolidando e exigindo novos esforços institucionais em face da questão agrária. Ocorria, no plano institucional, um deslocamento no sentido da intermediação, a qual se transformou em disputa de poder. A Igreja enquanto mediação transformou-se em antagonista, inclusive nos primeiros anos da Nova República.

A transição no país do período autoritário para o regime democrático conferiu um novo contexto político e institucional para os mediadores na região, quanto aos encaminhamentos dos conflitos pela posse da terra. Os trabalhadores rurais contavam agora com o apoio da CPT e do Sindicato para encaminhar as suas reivindicações. As

ocupações de terras tituladas ociosas, que vinham acontecendo desde a metade da década de 1970, foram realimentadas com a maior abertura política da Nova República a partir de 1985. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a possibilidade de atendimento das demandas pelos organismos governamentais, mesmo porque representantes da Igreja e do movimento sindical passaram a ocupar diversos cargos no INCRA e no MIRAD (ALMEIDA, 1993 e BRUNO, 2002).

Se antes a conquista da terra passava, necessariamente, pela capacidade dos posseiros em resistir às pressões e a violência dos proprietários rurais e da polícia, emergia agora a possibilidade de conquista da terra por vias legais. Foi nesse período que, de fato, se deu início, na região, às desapropriações de terra por interesse social, embora período entre novembro de 1982 e fevereiro de 1985, o GETAT havia desapropriado apenas seis imóveis nos 40 mil quilômetros quadrados em seu domínio.

A CPT, além de desenvolver um trabalho direto nas áreas de conflitos, passou a assessorar diretamente a nova diretoria do sindicato para que essa pudesse encaminhar as demandas dos posseiros, sobretudo das áreas ocupadas, que eram relativamente grandes.

Segundo Almeida (1993), os segmentos da burocracia estatal do período autoritário, de 1964 a 1984, que haviam conduzido ações fundiárias, foram racionados. Para ele, os quadros especializados em “problemas agrários”, como advogados, agrônomos e oficiais militares do antigo GETAT encastelaram-se na Secretaria Geral do Conselho Nacional de Segurança, urdindo uma estratégia conservadora e contrária à proposta de reforma agrária, acertada pelo MIRAD. Para este autor, o PNRA, instituído pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, era 11ª versão apresentada pelo MIRAD ao Presidente da República. Para cada versão, o Presidente e seus assessores exigiam uma nova modificação. O Estado tornou-se um campo de disputa na orientação do plano de ação agrária. Para Almeida (1993), “posições conflitantes passaram, desse modo, a permear os aparelhos de poder, revelando as próprias ambiguidades e níveis de contradição dos compromissos políticos que resultaram na chamada Nova República” (p.260).

Para Martins (1999), à medida que a pressão pela reforma agrária crescia, entre 1985 e 1986, e o MIRAD encaminhava ao Presidente da República as propostas de desapropriação, o Gabinete Civil estabelecia diretrizes para evitar que decretos fossem assinados ou, mesmo, fossem colocados em prática. Não apenas diversas propriedades

improdutivas foram evitadas do ato desapropriatório, como também decretos assinados pelo então presidente não foram publicados no Diário Oficial. Em consequência dos constantes boicotes, caíram o ministro e seus auxiliares, inclusive do segundo escalão, praticamente em todo o País.

Se em nível nacional os agentes de mediação conseguiam estabelecer um certo diálogo com o INCRA e o MIRAD, pelo menos ser atendidos em algumas questões, o mesmo não acontecia na região. À medida que cresciam as ocupações de terras e colocava-se em xeque o poder econômico e político dos proprietários e empresários rurais, alicerçados na propriedade capitalista da terra, acirrava-se o conflito entre os aparelhos de poder da região e a Igreja, ou seja, o advento da Nova República não fez cessar o conflito entre a Igreja e o Estado. A problemática da terra continuou sendo uma arena de disputas entre estes dois atores. Para Martins (1984), na Amazônia brasileira, nas regiões pioneiras, a ordem pública estava frequentemente subordinada ao poder privado. Nomes de delegados de polícia, de soldados e de juízes têm sido, com frequência, apontados pelos seus envolvimento com grileiros de terras, jagunços, grandes proprietários e empresários rurais que chegavam do Centro-Sul do país, realizando despejos ilegais e violentos, aterrorizando as populações camponesas, tanto os trabalhadores rurais recém-chegados quanto os mais antigos, que supunham ter direitos adquiridos de permanência na terra que lavravam com o trabalho, às vezes, de muitas gerações. Fatalmente, não tinham a quem recorrer senão, conforme Martins (1989) a “uma Igreja que agregao seu serviço pastoral o refúgio dos aflitos” (p.86). À medida que os aparelhos de Estado, em nível local, apresentavam-se como aliados dos grandes proprietários de terras quando qualquer imóvel era ocupado, o trabalho de mediação do padre, do agente pastoral, do sindicalista destacava-se nas reuniões, nos encontros, nas assembleias, bem como no atendimento em seus escritórios, aos trabalhadores rurais despejados, perseguidos e coagidos. Enfrentavam incorrendo a riscos de vida, inclusive de morte, os proprietários rurais e seus aliados, tentando estabelecer posições diferenciadas e divergentes quanto ao uso e posse da terra. Pode-se dizer que o reconhecimento e a mediação da Igreja e do STR ocorreram como demonstrado, em razão das circunstâncias de marginalização dos trabalhadores rurais em face da violência a que foram submetidos e do seu investimento político-pedagógico nas comunidades de camponeses, ao mesmo tempo em que enfrentava publicamente os proprietários rurais e aos aparelhos de Estado, assumindo uma posição contestatória,

não somente no que se concerne à objetivação de seus pontos de vista, como também ao processo de construção de um ator contestador, capaz de produzir a sua história mediante a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais.

Para Pereira (2004), os agentes de mediação não só desqualificavam os proprietários rurais e os representantes dos aparelhos de Estado, sob a ótica da denúncia, como também pressionavam para atender as reivindicações e demandas dos trabalhadores. Uma das táticas adotadas pelos mediadores era a desmoralização pública na imprensa de proprietários de terras e representantes dos aparelhos de Estado. Grandes proprietários eram também políticos e, sobretudo, empresários no Centro-Sul do País e no entanto, de repente apareciam os seus nomes na grande imprensa, associados às pistolagens, aos massacres e aos assassinatos de posseiros na Amazônia. Os agentes de mediação acreditavam que, com essas ações, poderiam inibir a violência dos proprietários e criar aliados em torno de uma luta mais ampla pela reforma agrária. Esse mecanismo legitimou as ações da Igreja e do STR enquanto mediadores e contribuiu para que a problemática da terra viesse para a esfera pública, intensificando e prolongando os conflitos e a violência pela posse da terra na região.

Por outro lado, os proprietários e empresários rurais, procuraram desqualificar e desmoralizar, através dos meios de comunicação, a Igreja Católica progressista, os trabalhadores rurais e a reforma agrária e, ao mesmo tempo, exaltavam a figura do “produtor rural” (BRUNO, 1997).

Conclusão

Desenvolveu-se este trabalho na tentativa de compreender as práticas de ameaças de morte a trabalhadores rurais, lideranças de movimentos sociais, vítimas da pistolagem, no sudeste do Pará, buscando analisar o significado social e político dos direitos na luta pela posse da terra e o desenvolvimento capitalista na região enquanto forma de estabelecimento da violência no campo. A “acumulação primitiva” identifica certamente a existência de desapropriações contínuas que resultam de um capitalismo já desenvolvido e separa essas desapropriações de um conceito de progresso na Inglaterra da revolução industrial.

Estes conflitos ocorrem e são registrados desde a segunda metade da década de 1970, quando sucederam diversas ocupações de terras públicas por grandes empresas e fazendeiros. Para tanto, realizamos uma pesquisa empírica com ameaçados de morte e posteriormente procedemos a uma seleção de oito casos ou experiências para análise, dos quais quatro trabalhadores rurais foram eleitos metodologicamente para compor o objeto de um capítulo em especial e os demais relatos foram utilizados de forma assistemática ao longo da exposição da realidade pesquisada. Assim, pretendemos investigar qual teria sido a influência das disputas, das provocações e das agressões físicas e discursivas entre essas lideranças e os grandes capitalistas na duração da violência nos conflitos registrados.

Os relatos utilizados na exposição do segundo capítulo sintetizam os fatos que acontecem diariamente com os trabalhadores e trabalhadoras rurais em situação de ameaça, enquanto vivem e trabalham em áreas de conflito, áreas em que a disputa se dá por meios de ações de enfrentamento ou resistência, tais como as ocupações e os acampamentos. Na exposição da metodologia de pesquisa expusemos os desafios enfrentados na tarefa de identificação de alguns casos de ameaça durante a pesquisa. A primeira dificuldade diz respeito à forma como se toma conhecimento das ameaças, o que se dá algumas vezes, de forma indireta, quando terceiros comunicam que o/a trabalhador/a está sendo ameaçado/a, dizendo ou não quem é o autor da ameaça. Outras vezes a situação de ameaça se realiza por meio de ações intimidadoras (abordagens ostensivas e suspeitas por estranhos ou pelo ameaçador, tiros disparados em sua residência, objetos depositados no acampamento), e aqui mais uma vez, a autoria pode ser ou não de fácil identificação.

Mas o que mais chamou a atenção na sistematização dos resultados foi a grande quantidade de ameaças que foram feitas/identificadas em situações de agressão ou tentativa de homicídio, o que demonstra que o grau de risco em que se encontram esses/as trabalhadores/as, lideranças ou grupo ameaçado, é muito acentuado. Ou seja: tratam-se de ameaças que se cumprem de maneira violenta, com tentativas de homicídio, em geral no momento ou logo depois de serem lançadas.

Para a CPT, as áreas em conflito com ocorrência de ameaças a trabalhadores/as ou lideranças, a grande maioria, 11 delas (65% aproximadamente) possuem segurança armada ou atuação de grupos de milícia (pistoleiros). Esse é um dado preocupante. Muito embora as firmas de segurança armada devam ser registradas em lei e fiscalizadas pela Polícia Federal, há muitos relatos de abusos, como ficará evidente nas descrições de alguns casos, a exemplo do que acontece na Fazenda Fazendinha em Curionópolis. Mas isso não é tudo: nos relatos das lideranças, observa-se que nas áreas em conflito com casos de ameaça, há maior frequência de grupos de milícia do que de segurança armada, o que precisa

Por fim, quais as características das áreas em conflito onde há ameaças? Escolhemos a variável “tipo de terra – pública ou privada” para avaliar se havia uma correspondência entre ela e a recorrência das ameaças. Embora, estatisticamente, se recomenda mais informações, entendemos que é ilustrativo que a maioria das *áreas em conflito* violentas (11 das 17) e com recorrência de ameaças **estão sobre terras públicas. Para as outras 6 áreas privadas, em 5 delas discute-se inclusive se não seriam públicas ou se não estariam ocupando parte de terras públicas. De toda forma, o que** os dados mostra é que os conflitos tendem mais a se reproduzir em áreas públicas – e a demora do Terra Legal, INCRA ou Iterpa em definir de quem é a legitimidade de ter a posse da área aumenta o conflito.

Ou seja, uma primeira leitura dos relatos nos fornece indícios que para serem confirmados precisariam de uma continuidade da pesquisa com mais informações sobre os ameaçados, mais visitas de campo, entrevistas e consulta aos arquivos. Entretanto, os indícios parecem válidos por confirmar hipóteses estabelecidas há muitos anos pela CPT, desde que ela faça a memória e registros dos conflitos e ameaças. E isso tem a ver com o “padrão de conflitualidade” que tratamos na introdução. Em outras palavras: As áreas mais conflituosas estão em cima de propriedades de natureza pública onde a maioria dos casos de ameaças foram identificados; A presença de firmas de segurança

armada não dissuade o conflito, mas o alimenta; e nas áreas mais conflituosas com ameaças a trabalhadores/as, é ainda mais comum a presença de grupos de milícia do que de segurança privada; As ameaças tendem a se reproduzir (grau de recorrência elevado) e o registro formal não tem impacto para impedir sua reprodução – isso tende a estar ligado à inoperância dos órgãos de investigação e fiscalização (o que não pudemos medir e avaliar para este trabalho); As ameaças se cumprem e muitas vezes não tardam a cumprir – 58,6% dos casos de ameaça vieram acompanhados de agressão ou tentativa de homicídio;

Separamos os casos de ameaças que não estão ligados a uma área em conflito especificadamente, para não confundir a interpretação dos dados. Entretanto, essas ameaças se originam da atuação militante dessas lideranças (que nesta pesquisa são todas sindicais), que no dia-a-dia acompanham muitas dessas áreas em conflito mencionadas.

Dos oito casos de ameaças individuais, apenas 3 são ou foram acompanhados formalmente pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, durante a realização da pesquisa. Seu Francisco e Josimar foram acompanhados à distância (acompanhamento psicológico/ ofícios do Programa para instituições públicas resolver o problema da ameaça) e Maria Joel da Costa tem direito à proteção policial. Não recolhemos informações sobre avaliação que esses trabalhadores faziam do programa de proteção, mas a CPT que comunica alguns desses casos a Brasília avalia que a ausência de programa de proteção no Pará dificulta o combate às ameaças.

O instrumental elaborado foi dividido em cinco itens que são: Perfil dos ameaçados, situação econômica da família, em qual organização participa, informações do conflito, sobre as ameaças e participação em programas de proteção. Cada item é composto de perguntas relacionadas que contribuíram para o detalhamento das entrevistas e foram construídos a partir de pressupostos, alguns dos quais já constados em outras pesquisas da CPT e de relatórios da comissão de direitos humanos, como por exemplo, observamos que a impunidade fortalece e estimula a violação dos direitos humanos; a corrupção e a conivência do poder público contribui para a continuidade das violações de direitos humanos; buscou-se também comprovar a veracidade dos fatos dos boletins de ocorrência não avançarem em investigação e a não atuação das policias no combate aos crimes por encomenda.

Ao longo das entrevistas com os ameaçados, foi constatada situações em que o roteiro de pesquisa não contemplava o fato da maioria dos entrevistados serem relutantes em dizer “sim” a proposta de proteção do programa de proteção do Estado. Isso implica sair da cidade, trocar telefones, não manter contato com amigos e organizações e viver em situações que os trabalhadores permanecem afastados do seu cotidiano, da família, longe da roça, principal meio de sobrevivência dos trabalhadores e tudo isso tem uma interferência negativa na vida de quem é, ao mesmo tempo, camponês e ameaçado de morte. Esse impasse entre aceitar serem protegidos, quando se tem oportunidade, ou correr o risco de sofrerem atentados, tem sentido na situação de pobreza em que vivem.¹¹

Devido ao fato de que nem todos os municípios do sudeste do estado serem acompanhados pela mediação da CPT e pelo fato das entrevistas serem realizadas somente com as lideranças ameaçadas, listados pela CPT, também, devido as dificuldades de entrar em contato com todos os trabalhadores e as dificuldades financeiras estruturais, não foi possível realizar o deslocamento a todos os municípios onde havia denuncia de lideranças ameaçadas de morte no sudeste do estado. Foi possível, então, contemplar os municípios com o maior número de conflitos entre trabalhadores rurais, o latifúndio e a empresa de mineração Vale. Em face dos problemas registrados durante a pesquisa, não foram ouvidos os trabalhadores lideranças do município de Curionópolis, Marabá, Palestina do Pará e Tucuruí, onde também são áreas de registro de grandes conflitos pela terra.

Nessa forma de deslocamentos para as áreas em conflitos foi possível perceber que muitos trabalhadores que vivem em situação de risco continuam ainda sem serem ouvidos em suas reivindicações da luta pela terra. De acordo com o diagnóstico, de 2015, elaborado pela CPT, os limites das atividades para o desenvolvimento do programa de proteção na região, é ainda muito grande, como a ausência de procedimentos rápidos nas idas até os municípios dos ameaçados, o não enfrentamento das causas e das consequências das ameaças, a não adoção de medidas protetivas emergenciais para quem é ameaçado e principalmente a descontinuidade dos convênios e de repasses para a continuidade do programa.

¹¹ Em defesa da Vida: A realidade dos/defensores de Direitos Humanos sob situação de risco e ameaça no estado do Pará (2008, p 34).

Durante as entrevistas, sem conseguir ir além do imediato e sem compreender as relações de poder de um sistema político e ideológico que provoca a perda de vidas e valores humanos, a pressa e a indignação foram imprescindíveis nos moldes da minha forma de olhar. Recolhi depoimentos também de agentes da CPT, indo além do registro objetivo dos relatos de ameaças, munida de novos instrumentais teóricos. O trabalho pressupôs as entrevistas com as lideranças ameaçadas, mas também com suas histórias de vida, com seus familiares que passaram pela mesma violência, muitos sendo assassinados. No meio de um clima tenso e inquietante durante as conversas, havia uma dignidade austera, manifestada nas formas de lidar com as ameaças e ao mesmo tempo continuar trabalhando como liderança. Havia uma dignidade no olhar e na dor de quem já perdera seus familiares durante os conflitos.

Por isso, ao transcrever as gravações das entrevistas, pude perceber o empobrecimento nas gravações, já que nem todos os sentimentos se manifestavam em forma de palavras, mas num silêncio de vozes embargadas e dos olhos marejados, que por si só era eloquente. Eu sabia que ao começar a pesquisar, não seria suficiente encontrar um número significativo de trabalhadores ameaçados, que estariam dispostos a falar, nem bastava ter as perguntas do roteiro. Era necessário estabelecer uma relação de confiança entre a entrevistadora e os entrevistados. Estes tinham uma certa insegurança, pois não sabiam o que se podia fazer com as gravações depois.

Por fim, fiz um levantamento complementar de material primário e secundário. Ao mesmo tempo que entrevistei pessoas novas no meio dos conflitos, registrei também a presença de pessoas que já são ameaçadas há muitos anos. Por outro lado, coletei documentos em vários arquivos da CPT de Marabá e completei o levantamento de dados. Em síntese, a minha principal fonte de pesquisa foi o conjunto de entrevistas realizadas com os trabalhadores ameaçados. No processo de interpretação do material colhido, o conteúdo das entrevistas foi o centro de referência para a incorporação das informações contidas nas fontes primárias e secundárias. Além disso, realizou-se uma abordagem ideológica dos discursos dos trabalhadores, sendo possível, continuamente relatar trechos das conversas dos ameaçados de morte.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. 463 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- ARENDT, Hanah. *A condição humana*. 10. ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- _____. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARREIRA, C. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998. 178p.
- _____. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro, RJ. Fundo Ed., 1992, 193p.
- BARP, Wilson. *A fronteira da cidadania: Cartografia da violência na Amazônia brasileira*. Campinas, SP, 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidades: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.112p.
- BRUNO, Regina Ângela Landin. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Campinas: UNICAMP, 2002. 316 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Identidade e a representação – elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conquistar a terra, reconstruir a vida. CPT-dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985. 97p.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil*, 2013.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil*, 2015.
- CPT. *Conflitos no Campo Brasil. Setor de Documentação*. Goiânia, 1996-2013.
- DENZI, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Eds.). *The Handbook of Qualitative Research*. 4th edition. New York: Sage, 2011.

EMMI, Marília F., MARIN, Rosa Elizabeth A., BENTES, Rosineide da Silva. O Polígono Castanheiro do Tocantins. In: Pará Agrário: informativo da situação fundiária. Castanhais: destruição, violência, indefinições. Belém, IDESP. Nº1, Jan /dez de 1987. Edição especial.

FEITOSA, T.C. disponível em:

http://r1.ufrj.br/cpda/wpcontent/uploads/2012/07/Tese_Terezinha_Feitosa_2011.pdf

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais. Brasília, 1963. Cap. 9: Anotações sobre o Capitalismo Agrário e a Mudança Social no Brasil.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986. 115p.

FLICK, U. *The Handbook of Qualitative Data Analysis*. New York: Sage, 2013.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. Os carrascos voluntários de Hitler. O povo alemão e o Holocausto. Tradução Luís Sergio Roizman. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GUIMARÃES, Ed Carlos. (In) Justiça e violência na Amazônia: o massacre da fazenda Princesa. *PRACS*, n. 3, p. 109-122, 2010 GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 170p.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 3ª Edição, Petrópolis: Vozes/FASE, 1991. 90p.

HALL, Anthony L. Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1989.

HÈBETTE, Jean. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Volume 2, 3 e 4. Belém Pa. EDUFPA. 2004.

IANNI, Otávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. 236p.

IANNI, Otávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. 140p.

LOUREIRO, V; GUIMARÃES, E. C. Reflexões sobre a pistolagem e violência na Amazônia. *Revista Direito GV* 5, v. 3, n. 1, 2007.

MARTINS, Edílson. Nós do Araguaia: Pedro Casaldáliga, bispo da teimosia e da liberdade. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 219 p.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 5ª edição, Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.

- MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. 134p.
- MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República. São Paulo: Hucitec, 1986, 152 p.
- MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989. 147 p.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991. 182p.
- MARTINS, José de Souza. A Chegada do Estranho. São Paulo: Hucitec, 1993. 179p.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta. 2a edição, São Paulo: Hucitec, 1999. 174p.
- MARTINS, José de Souza. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: Secretariado Nacional da CPT. A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997. 9p.
- MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, L. M. (Org.). História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea. Vol. IV, São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.660-726
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 213 p.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: BRUNO, Regina Ângela Landin. Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1988, p. 828-894.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. I, 1996, p. 126-141;
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de et al (Org.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994, p.11-26.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sergio Pereira. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira, SANTOS, Raimundo e COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p.152-176.

MOREIRA et. al. Em Defesa da Vida. A realidade dos/as defensores/as de Direitos Humanos sob situação de risco e ameaça no estado do Pará/ Centro de Estudos e Defesa do Negro no estado do Pará (org.) – Belém: CEDENPA, 2008

MELO, Aloísio Lopes Pereira. Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia –PA. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. 294p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988. 419p.

PEREIRA, Airton dos Reis. O fruto da justiça será a paz: uma análise das práticas do Comitê Rio Maria (1991 a 1998). Marabá-PA: UFPA, 1999. 111p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de História) – Universidade Federal do Pará, 1999.

PEREIRA, Airton dos Reis. O papel dos Mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: O caso da Fazenda Bela Vista. Viçosa: UFV, 2004. 205p.: il.

PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará. Marabá/PA: Universidade Federal do Pará, 2008.

PETIT, Pere. Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka – Tatu, 2003. 352p; (Açaí).

PINHEIRO. Luci Faria. Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

POLETTI, Ivo e CANUTO, Antônio. Nas pegadas do povo da terra: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002. 164p.

ROTHMAN, Franklin Daniel. Political process and Peasant Opposition to Large Hydroelectric Dams: the case of the rio Uruguai Movement in Southern Brazil, 1979 to 1992. University of Wisconsin-Madison, 1993. 439 p. Tese (Doutorado em Sociologia), 1993.

ROTHMAN, Franklin Daniel. A Comparative Study of Dam-Resistance Campaigns and Environmental Policy in Brazil. *Journal of Environmental & Development*, Vol. 10, nº 4, December 2001, p. 317-334.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SAUER, Sergio. Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 170p.

SKIDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. Tradução Mario Salviano Silva 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608 p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. Reforma Agrária, Campinas, v.22 nº 01, jan./abr., 1992, p.211.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. Sociedade e Estado. Brasília, 10(2), 1995, p.281-298.

THOMPSON, Edward. P. A formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987.204p.

TODOROV, Tzvetan. Em face do extremo. Tradução Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránazky – Campinas, SP: Papirus, 1995.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar ed.1981.